

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Taís Garcia Teixeira

A COBERTURA SOBRE O CÓDIGO FLORESTAL NO JORNAL NACIONAL

Porto Alegre

2014

Taís Garcia Teixeira

A COBERTURA SOBRE O CÓDIGO FLORESTAL NO JORNAL NACIONAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGCOM/UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi

Coorientador: Prof. Dr. Flavio Antônio Camargo Porcello

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Teixeira, Taís Garcia

A COBERTURA SOBRE O CÓDIGO FLORESTAL NO JORNAL NACIONAL / Taís Garcia Teixeira. -- 2014.
128 f.

Orientadora: Ilza Maria Tourinho Girardi.

Coorientadora: Flávio Antonio Camargo Porcello.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Código Florestal Brasileiro. 2. Jornalismo ambiental. 3. Telejornalismo . 4. Jornalismo político . 5. Valores-notícia. I. Girardi, Ilza Maria Tourinho , orient. II. Porcello, Flávio Antonio Camargo, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Taís Garcia Teixeira

A COBERTURA SOBRE O CÓDIGO FLORESTAL NO JORNAL NACIONAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGCOM/UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação e Informação.

Aprovada em: 10 de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dra. Liége Zamberlan
UNIRITTER

Prof^ª. Dra. Cristiane Finger
PPGCOM/UFRGS

Prof^ª. Dra. Ana Taís Martins Portanova Barros
PPGCOM/UFRGS

Prof. Dr. Valdir José Morigi (suplente)
PPGCOM/UFRGS

Dedicatória

*A Deus, por ter me dado perseverança e lucidez em momentos de dificuldade.
A minha mãe, pelo carinho e apoio indispensável durante todo o tempo.
A minha filha, pelo simples fato de existir e me incentivar com a sua presença.*

AGRADECIMENTOS

Obrigada ao programa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) por ter investido na minha pesquisa durante dois anos. Obrigada ao programa de Pós-graduação de Comunicação e Informação da UFRGS por ter me selecionado e acolhido nesta respeitada instituição de ensino público.

Obrigada, à professora e Dr^a. Ilza Maria Girardi Tourinho, minha orientadora, por ter me ensinado o valor e a essência do jornalismo ambiental como prática que necessita ser vista com olhos profissionais e com os “olhos” do coração. Obrigada, ao professor e Dr. Flávio Antônio Camargo Porcello, meu coorientador, por dividir conhecimento e experiência em telejornalismo e política, sendo presença indispensável para a realização desta pesquisa.

Obrigada aos demais professores, que aprimoraram o meus saberes e me fizeram refletir sobre os campos do jornalismo e da comunicação. Obrigada aos funcionários da secretaria que, através do seu trabalho e atenção, resolveram as questões burocráticas.

Obrigada à turma que ingressou comigo formada por colegas queridos e inquietos que, por meio de debates ou pelo bom humor, sempre tornaram mais leve a rotina de pesquisadora. Obrigada aos colegas de outras turmas, que também acrescentaram alegria aos dias de aula e fora deles.

Obrigada aos colegas com quem mais tive afinidade, como a Rita de Cássia e a Dirce Santin e, em especial, a Débora Sartori, antiga colega e amiga, que sempre me apoiou e acreditou na minha capacidade.

Obrigada a minha família. Ao meu pai, Juemy, pela ajuda incondicional. Ao meu irmão, Eduardo, pelo apoio e presença constante. A minha avó Dulce, que já partiu para o outro plano, mas antes me criou e me deu o maior amor do mundo. A minha avó Julieta, pelo amor e mimos que recebo até a data de hoje. A minha filha, Beatriz, meu “pedacinho” que me incentiva e estimula a ser uma pessoa melhor diariamente. A minha gata, Safira, companheira silenciosa que sempre esteve ao meu lado nos momentos de solidão e de estudos, oferecendo-me o seu carinho e o seu olhar generoso. A todos os meus amigos por compreenderem a minha reclusão em tantos momentos e me darem o privilégio de ser parte da vida deles. A minha mãe, Maria, a mulher mais forte e o ser humano que mais pratica o ato de doação que eu conheci na vida. És meu exemplo, mãe querida.

Obrigada a todos os professores, colegas e chefes que eu tive até hoje. Com certeza, conviver com vocês me ofereceu a oportunidade de ter uma visão mais ampla e complementar da profissão e da vida.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a cobertura sobre o Código Florestal Brasileiro no Jornal Nacional de março de 2012 até maio de 2013. Utilizamos a metodologia de Análise de Conteúdo para verificar quais os valores-notícia de seleção e de construção que mais apareceram nas categorias de questão ambiental e política. Examinamos também quais foram as fontes mais consultadas no período de análise. Os valores-notícia de seleção mais usados foram conflito ou controvérsia, notoriedade e tempo (efeméride) nas duas questões. Os valores-notícia de seleção que apareceram mais nas duas questões foram dramatização e personalização, o valor de amplificação apareceu mais na questão política e o de simplificação na questão ambiental. As fontes mais utilizadas foram as primárias, oficiais e testemunhos. Em 2013, o Jornal Nacional não apresentou nenhuma matéria sobre o Código Florestal, nem em maio quando completou um ano de vigência. Concluimos que o foco ambiental foi preterido por uma cobertura política focada na disputa entre parlamentares ruralistas e ambientalistas em torno da redação do novo texto e do processo de votação.

Palavras-chaves: Código Florestal Brasileiro. Jornalismo ambiental. Telejornalismo. Jornalismo político. Valores-notícia.

ABSTRACT

This dissertation aims to the coverage about the Brazilian Forest Code in the Jornal Nacional, from 2012 to May 2013. The methodology used is content analysis in which will be checked what news values of selection and construction appear most in the categories environmental issue and politics. The most listened sources were also examined. The news values of selection that appear most were conflict or controversy, notoriety and time (ephemeris) in both issues and the news values of selection most used were dramatization, personalization on both issues and amplification, in the political issue, and simplification in the environmental issue. The most used sources were the primary, official and witnesses. In 2013, the Jornal Nacional showed no article about the Forest Code, not even in May when it completed one year of validity. We conclude that the environmental focus has been deprecated for a political coverage focused on the dispute between ruralist and environmentalist parliamentarians around the redaction of the new text.

Keywords: Brazilian Forest Code. Environmental journalism. Television journalism. Political journalism. News values.

LISTA DE SIGLAS

AC - Análise de Conteúdo

APP - Área de Proteção Permanente

CFB - Código Florestal Brasileiro

CNA - Confederação Nacional da Agricultura

Conama - Comissão Nacional do Meio Ambiente

DEM - Democrata

ESALQ USP - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz- Universidade de São Paulo

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

JN - Jornal Nacional

MP - Medida Provisória

ONU - Organização Nacional das Nações Unidas

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

PGR - Procuradoria Geral da República

PL - Projeto de Lei

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PSD - Partido Social Democrático

PT - Partido dos Trabalhadores

PV - Partido Verde

RBS - Rede Brasil Sul

RL - Reserva Legal

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STF - Supremo Tribunal Federal

TCU - Tribunal de Contas da União

TP - teleprompeter

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matérias exibidas sobre o Código Florestal Brasileiro	65
pelo Jornal Nacional em 2012	65
Quadro 2 – Transcrição da primeira análise.....	66
Quadro 3 – Valores-notícia de seleção e de construção da primeira análise	69
Quadro 4 – Transcrição da segunda análise	69
Quadro 5 – Valores-notícia de seleção e de construção da segunda análise.....	72
Quadro 6 – Transcrição da terceira análise	73
Quadro 7 – Valores-notícia de seleção e de construção da terceira análise	74
Quadro 8 – Transcrição da quarta análise	75
Quadro 9 – Valores-notícia de seleção e de construção da quarta análise	80
Quadro 10 – Transcrição da quinta análise	81
Quadro 11 – Valores-notícia de seleção e de construção da quinta análise	85
Quadro 12 – Transcrição da sexta análise	85
Quadro 13 – Valores-notícia de seleção e construção da sexta análise	89
Quadro 14 – Transcrição da sétima análise.....	90
Quadro 15 – Valores- notícia de seleção e de construção da sétima análise	94
Quadro 16 – Transcrição da oitava análise	94
Quadro 17 – Valores-notícia de seleção e de construção da oitava análise	96
Quadro 18 – Transcrição da nona análise	96
Quadro 19 – Valores-notícia de seleção e de construção da nona análise	99
Quadro 20 – Transcrição da décima análise.....	100
Quadro 21 – Valores-notícia de seleção e de construção da décima análise	103
Quadro 22 – Transcrição da décima primeira análise	104
Quadro 23 – Valores-notícia de seleção e de construção da décima primeira análise.....	106
Quadro 24 – Transcrição da décima segunda análise	106
Quadro 25 – Valores-notícia de seleção e de construção da décima segunda análise	107
Quadro 26 – Transcrição da décima terceira análise.....	107
Quadro 27 – Valores-notícia de seleção e construção na décima terceira na análise	112

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Ilustrando o off 2 “O projeto do Senado obriga a recomposição de 15 a 100 metros de mata à beira dos rios para livrar o produtor rural da multa ambiental”. 71
- Figura 2** – Mostrando onde há exigência de APP - ilustrando o primeiro trecho off 2 “As áreas de preservação permanente locais frágeis a beira de rios, encostas, e topos de morro, terão que ser recuperadas”. 77
- Figura 3** – Ilustrando o segundo trecho do off 2 “A presidente Dilma, vetou a anistia. Os pequenos produtores rurais terão que recompor de 5 a 15 metros nas margens dos rios. Para os grandes produtores, a obrigação é maior. Recuperar de 30 a 100 metros”. 78
- Figura 4** – Carta apresentada pelo deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) ilustrando o primeiro trecho do off 3 “As reações já começaram. Em nota, o deputado Ronaldo Caiado do Democratas, um dos líderes dos ruralistas, disse que o governo não respeitou a realidade dos produtores rurais”. 78
- Figura 5** – Carta do Greenpeace ilustrando segundo trecho do off 3: “E já os ambientalistas do Greenpeace, defendiam o veto total e dizem que do jeito que está a lei pode trazer insegurança jurídica”. 79
- Figura 6** – Ilustrando o primeiro trecho do off 2 “Com a anistias aos desmatadores, os pequenos produtores rurais serão obrigados a recompor de 5 a 15 metros nas margens dos rios”. 83
- Figura 7** – Ilustrando o primeiro trecho do off 2 “Para os grandes produtores, a recuperação será de 30 a 100 metros”. 83
- Figura 8** – Mostra a nova proposta do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ilustrando o off 2 “Ele propõe que nas médias propriedades, com rios de até dez metros de largura, a recomposição da mata seja de 20 metros em cada margem, como o governo já exigia”. 87
- Figura 9** – Ilustrando segundo trecho do off 2 “Mas o relator fez a ressalva de que esse replantio não ultrapasse 25% de toda a propriedade. Se isso acontecer, o produtor poderá replantar uma área menor”. 87
- Figura 10** – Ilustrando o terceiro trecho do off 2 “Outra mudança: na Amazônia é a soma da reserva legal e das áreas de preservação permanente, ou seja, a área que não pode ser cultivada será de, no máximo, 80% da propriedade”. 88
- Figura 11** – Ilustrando o quarto trecho off 2 “Nas demais regiões do país, a área de proteção será de 50%”. 88

Figura 12 – Ilustra o off 2: “Nas médias propriedades com rios de até 10 metros de largura, a recomposição da mata será de 20 metros em cada margem” .	91
Figura 13 – Ilustra o segundo trecho do off 2: “Como o governo já exigia, mas com a ressalva que com esse replantio não ultrapasse 25% de toda propriedade. Se isso acontecer, o produtor poderá replantar uma área menor” .	92
Figura 14 – Ilustra o terceiro trecho do off 2 “Outra mudança: na Amazônia a soma da reserva legal e das áreas de preservação permanente, ou seja, a área que não pode ser , será de, no máximo, 80% da propriedade” .	92
Figura 15 – Ilustra o quarto trecho do off 2: “ Nas demais regiões do país 50%” .	93
Figura 16 – Ilustrando o primeiro trecho do off 1 “Nesta foto da Agência Estado, é possível ver um bilhete da presidente supostamente para as ministras Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, e Ideli Salvatti, das Relações Institucionais” .	97
Figura 17 – Ilustrando o primeiro trecho do off 1: “ A mensagem é a seguinte: “Porque os jornais estão dizendo que houve um acordo ontem no Congresso sobre o Código Florestal e eu não sei de nada?” .	98
Figura 18 – Ilustrando o off 1: “Prevê que em pequenas , médias e grandes, com rios de até 10 metros de largura, que a recomposição da mata auxiliar seja de 15metros. A proposta original do governo determinava a recuperação maior, de 20 metros” .	102
Figura 19 – Ilustrando off 1 “Segundo o texto, as propriedades médias e grandes, com rios de até 10 metros de largura, a recomposição da mata será de 15 metros pela proposta original. Pelo governo a recuperação seria de 20 metros” .	105
Figura 20 – Ilustrando o primeiro trecho do off 3: “Entre eles o que previu a recuperação de pelo menos 15 metros das matas de beiras de rios em propriedades grandes e médias” .	109
Figura 21 – Ilustrando o segundo trecho off 4: “Com o veto, esse limite mínimo volta a ser de 20 metros” .	109
Figura 22 – Ilustrando o terceiro trecho do off 3: “Outro ponto vetado é o que permitia a recuperação das áreas de preservação permanente apenas com árvores frutíferas” .	110
Figura 23 – Ilustrando o quarto trecho do off 3: “A lei prevê sempre o uso de árvores nativas” .	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Valores-notícia de seleção na questão ambiental	113
Gráfico 2 – Valores-notícia de construção da questão ambiental.....	114
Gráfico 3 – Valores-notícia de seleção da questão política.....	114
Gráfico 4 – Valores-notícia de construção da questão política	115
Gráfico 5 – Fontes mais usadas do corpus.....	116

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	JORNALISMO, TELEJORNALISMO E JORNAL NACIONAL	17
2.1	Jornalismo	17
2.2	Telejornalismo	22
2.3	Jornal Nacional.....	28
2.4	O olhar do jornalismo ambiental	32
2.4.1	Breve história do Código Florestal Brasileiro	42
2.5	O domínio do jornalismo político.....	50
2.6	Valores-notícias e as fontes	56
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	62
3.1	Análise de Conteúdo (AC)	62
4	O CÓDIGO FLORESTAL NO JORNAL NACIONAL: OS VALORES-NOTÍCIA E AS FONTES	65
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
	REFERÊNCIAS	121
	ANEXO-DVD: MATÉRIAS DO CORPUS CONSOLIDADO	

1 INTRODUÇÃO

A motivação inicial para realizar este trabalho surgiu do meu interesse pelo jornalismo ambiental. Somam-se aos atributos de interesse da pesquisadora por este tema as origens vinculadas à serra gaúcha, onde tive contato com o campo, a criação de animais, a produção nas lavouras, ou seja, a oportunidade de conhecer a procedência dos alimentos que sustentam o corpo físico e a saúde humana. Acompanhar essas atividades desenvolveram em mim a noção inicial da necessidade do homem pelos elementos do meio ambiente. Essa vivência aliada ao interesse de fazer do jornalismo um componente que ultrapasse a barreira da informação, mas também, seja um meio capaz de promover sensíveis mudanças na relação do meio ambiente com o homem a partir da incorporação do jornalismo ambiental como parte da rotina diária jornalística. Por isso, torna-se fundamental que esta mudança comece a partir do próprio jornalista para que possa repercutir o assunto de uma forma mais qualificada a partir do próprio trabalho.

Quando eu me formei como jornalista, ingressei no mercado e trabalhei, de 2008 a 2011, numa emissora de televisão segmentada do agronegócio, o Canal Rural, que na época pertencia ao Grupo RBS. Durante o ano de 2011, o processo de mudança do Código Florestal Brasileiro foi uma pauta constante, uma vez que as decisões acerca dessa legislação iriam interferir diretamente nas condições de uso, espaço e aproveitamento das propriedades rurais pelos pequenos, médios e grandes agricultores. As alterações no Código Florestal Brasileiro afetariam o modo de relação do homem com o meio ambiente. Em 2012, o processo de votação do Código Florestal foi intenso. Parlamentares pertencentes à chamada “bancada ruralista”, ou seja, políticos favoráveis às modificações que levariam ao uso intensivo da terra, e os parlamentares “ambientalistas”, isto é, que defendem o reflorestamento e a preservação do meio ambiente, fizeram do Congresso Nacional uma arena política, onde os votos representavam as armas de interesse que mobilizavam cada segmento. Dessa forma, a discussão tomou conta de alguns espaços de jornalismo.

Como observadora dos acontecimentos, decidi estudar a cobertura realizada pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, sobre a votação do Código Florestal. A escolha justifica-se porque o tema é de interesse nacional e o Jornal Nacional é um modelo de telejornalismo de sucesso com mais de 40 anos de existência. A proposta desta pesquisa é estudar a cobertura do Código Florestal Brasileiro no Jornal Nacional no período de março de 2012 até 25 de maio de 2013. Para acompanhar esse processo foi preciso pesquisá-lo de forma mais

minuciosa, pois não é um tema diário na agenda da mídia e a sua abordagem geralmente está associada a outro tema tradicional, como a política, por exemplo, colocando o meio ambiente numa posição tangencial mesmo quando deveria ter um destaque central. Neste contexto, formulamos o seguinte problema de pesquisa: como interesses políticos e econômicos desviaram o foco ambiental no processo de votação e no texto do novo Código Florestal Brasileiro?

O objetivo geral é analisar a cobertura da votação do Código Florestal Brasileiro no Jornal Nacional de março de 2012 até maio de 2013. Os objetivos específicos são os seguintes:

- a) identificar os critérios de noticiabilidade que tornaram o Código Florestal Brasileiro noticiável;
- b) verificar como o Código Florestal foi apresentado no Jornal Nacional;
- c) verificar se o campo político e o campo econômico se sobrepuseram ao campo ambiental;
- d) analisar se o Jornal Nacional contemplou os diferentes segmentos da sociedade mobilizada pelo tema;
- e) identificar os tipos de fontes mais utilizadas nas matérias.

A estrutura da dissertação tem cinco capítulos. O primeiro capítulo é a introdução, onde fizemos a apresentação da pesquisa, com o problema investigado e os objetivos do trabalho. No segundo capítulo, refletimos sobre jornalismo, telejornalismo, jornalismo ambiental, política, valores- notícias e fontes. Consideramos o jornalismo como um mecanismo acionado pela própria realidade social, que fornece subsídio para a construção de notícias e que, posteriormente, são devolvidas e consumidas pela mesma conjuntura que inicia o processo, como se fechasse um ciclo ao retornar ao ponto de partida. Em seguida, apresentamos o telejornalismo, que tem uma aptidão difusora fortalecida pelo poder de projeção da televisão, onde se mostra a abrangência de público que a produção de jornalismo em tevê consegue captar favorecendo uma aproximação maior com as pessoas e interferindo no modo de pensar a partir da informação fornecida. O jornalismo ambiental evidenciou a importância da inclusão do meio ambiente na pauta diária como um tema multidisciplinar, que se relaciona com as outras áreas sugerindo um novo olhar do jornalismo e do público a partir de uma abordagem sistêmica. Quanto à política, estudamos a capacidade deste campo prevalecer, dominar os demais e alterar os acontecimentos em prol dos interesses dos seus

representantes. Para finalizar, verificamos os valores-notícias e as fontes que mais aparecem no corpus dessa pesquisa.

No terceiro capítulo apresentamos a Análise de Conteúdo, metodologia considerada adequada para este tipo de investigação por permitir que os objetivos propostos sejam alcançados. No mesmo capítulo recuperamos a história do Código Florestal Brasileiro com a intenção de mostrar a sua importância para a sustentabilidade econômica, social e ambiental do país.

No quarto capítulo tratamos da análise do Código Florestal Brasileiro a partir dos valores-notícia de seleção, conforme Mauro Wolf (2005) e Nelson Traquina (2008), e dos valores-notícia de construção, sugeridos por Nelson Traquina (2008). Também apontamos as fontes, a partir do conceito de Nilson Lage, mais utilizadas nas matérias. No quinto capítulo estão as considerações finais, em que constatamos que o campo político se sobrepôs ao campo ambiental. Os valores-notícia de seleção mais usados foram de conflito ou controvérsia, notoriedade e tempo (efeméride), os valores-notícia de construção foram de personalização e dramatização e as fontes mais presentes foram as primárias, oficiais e testemunhos. Esse resultado nos permite avaliar que a cobertura do Código Florestal Brasileiro pelo Jornal Nacional em 2012 foi política.

2 JORNALISMO, TELEJORNALISMO E JORNAL NACIONAL

2.1 Jornalismo

A realidade social é a pauta do jornalismo, que tem o ideal iluminista de levar esclarecimento aos seus leitores (MORETZSOHN, 2007). Desde o século XVII, a circulação dos primeiros jornais tinha a intenção de informar os cidadãos. O jornalismo é uma profissão dedicada ao outro e é uma função fundamentada no pluralismo social. É inerente da profissão procurar, produzir, criar, interpretar e replicar conteúdos em forma de notícias, que instrumentalizam o indivíduo oferecendo possibilidades para que possa estar ciente sobre o que está acontecendo na comunidade local ou na sociedade global. O processo de construção da realidade depende da prática produtiva do jornalismo.

A relação entre o jornalista e seus destinatários estabelece-se por um contrato pragmático fiduciário social e historicamente definido. Os jornalistas têm a incumbência de recopilar os acontecimentos e os temas importantes e dar-lhes sentido. Esse contrato baseia-se em atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através da implantação do uso social da mídia como transmissores da realidade social de importância pública. A própria mídia é a primeira que realiza uma prática contínua de autolegitimação para reforçar esse papel social (ALSINA, 2009, p. 47).

O contrato fiduciário pragmático da mídia de Alsina (2009) é um produto histórico da institucionalização e da legitimação do papel do jornalista perante o público. Nesse sentido, o jornalismo é amparado num contrato de comunicação proposto por Charadeau (2007), onde cinco tópicos são elencados: os sujeitos inscritos (quem fala a quem); a finalidade (para quem é dito); um domínio de saber (o que é dito); as condições em que algo é dito, e os modos como se diz. Logo, parte-se do pressuposto de que os textos jornalísticos contém a verdade e não criações imaginárias do profissional. Assim, estabelece-se um acordo tácito de confiança delegada pelo público a essa categoria profissional, que é capacitada para realizar a produção de notícias.

O jornalista disponibiliza notícias para o público. E o jornalismo é o canal que conduz essa produção para a coletividade. Isso indica que o papel do jornalista é dizer para o outro o que está acontecendo para que esse outro se aproprie do que lhe for conveniente. Neste processo produtivo, o jornalista é um observador sagaz, um participante dinâmico e um

tradutor das próprias impressões que teve sobre um fato, o que permite afirmar que “os jornalistas são participantes ativos na definição das notícias, e por consequência, na construção da realidade” (TRAQUINA, 2004, p. 26).

O jornalismo não consegue ficar isolado da interferência dos fatores políticos, econômicos, sociais e até individuais. Tudo está relacionado à construção da notícia e à condicionalidade à linha editorial resultando numa formação sistêmica de fatores externos e internos, que agem desde a “fundação até a “edificação” noticiosa. Segundo Berger (2003, p. 127), “o jornalismo não representa o real, mas o constrói pela linguagem, obedecendo a uma ‘gramática de produção’ própria do contexto e da instituição da qual ele (o discurso) é produzido”. Já Traquina (2004, p. 142) considera que “a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas uma série de procedimentos que os membros da comunidade interpretativa utilizam para assegurar uma credibilidade como parte não interessada”.

Pelo viés da conquista da credibilidade, o jornalismo persegue esse capital simbólico e o mantém na sua gênese existencial. Para Bourdieu (1989, p. 7-8), o poder simbólico é esse “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Ou seja, o domínio é exercido com a conivência estabelecida a partir do reconhecimento que legitima quem domina e quem é dominado. Dessa forma, pode ser instituído o ideal da “verdade”, potencializado pela autoridade de quem enuncia ou do veículo que apresenta ao público esse “manancial de verdades” reais. Segundo Traquina (2004), o principal produto do jornalismo contemporâneo, a notícia, não é ficção, isto é, os acontecimentos ou personagens das notícias não são invenção dos jornalistas, ou seja, é o pressuposto da verdade inerente à produção profissional do jornalista.

A construção da notícia segue a lógica do organograma. Estabelece hierarquias e funções, liga a rede em fluxo, mas operacionaliza individualmente. Ao localizar um tema, antes de fazê-lo ser notícia, atribui-se hierarquia, classifica-se numa editoria do veículo, mas a mensagem transmitida é única e vai ser divulgada naquele meio. Porém, isso não engessa a atuação de outros veículos, que podem criar a partir do mesmo assunto, a própria notícia. Eles possuem características específicas, mas pertencem a esse fluxo de comunicação. Jornalista, empresa, mercado, tempo, interferências internas e externas, todos estes fatores são razões que somam, multiplicam, dividem e subtraem trazendo nuances e ângulos divergentes ou convergentes ao processo. As características do veículo e a cultura do local formam a própria notícia, que não pode ter um conceito uniforme e padrão quanto à forma de fazer porque cada veículo estabelece os fatores que são prioritários para a construção da “sua” notícia.

Alsina (2009) considera que para a construção do tema das notícias alguns fatores devem ser analisados. A começar pela tecnologia de cada meio, que condiciona a morfologia da mensagem e o uso desse. O segundo item é a morfologia, que se expressa na forma como os elementos são destacados na apresentação, na natureza e na tipologia da informação, que avalia anormalidade, aproximação, espetaculosidade, entre outros. O terceiro é o modelo de uso dos meios, que mostra a utilização dada à mídia, o que seria um ponto essencial para a compreensão do processo comunicativo.

Vizeu (2007, p. 223), considera a notícia como “um bem público, produzido institucionalmente, que submetida às práticas jornalísticas possibilita o acesso das pessoas ao mundo dos fatos [...]”. Já Beltrão (1969, p. 81), considera que “notícia é a narração dos últimos fatos ocorridos ou com possibilidade de ocorrer em qualquer campo de atividade e que, no julgamento jornalístico, interessam ou tem importância para o público a que se dirigem”. Sendo assim, a definição, o olhar do jornalista, a conjugação dos fatores externos (interesses desvinculados da redação) que se impõem à compilação da notícia determinam a relação de empatia, gerando convencimento ou aversão, com o público.

A notícia é profissionalmente elaborada numa organização jornalística e ao ser colocada no fluxo passa a servir como respaldo para a formação do pensamento social. Traquina (2004) classifica a notícia como construção social da realidade quando relaciona aos estudos construcionistas divididos em duas escolas: a interacionista (que considera a autoridade do jornalista condicionada às rotinas de produção) e a estruturalista (que reporta ao poder das fontes, muitas denominadas definidores primários). Os autores construcionistas acreditam que os veículos constroem representações de acontecimentos seguindo os valores corporativos e à estrutura da rede noticiosa, onde a escolha das fontes é pensada como forma de corroborar para que o processo seja bem-sucedido. Para isso, a escolha dos entrevistados é definida por determinados critérios, como produtividade, credibilidade e autoridade. Desta forma, as fontes oficiais são quase sempre as mais requisitadas por seu *status* (MIRANDA, 2002) e o jornalismo termina reforçando e legitimando ao dar voz a esses sujeitos e ao que representam.

Traquina (2004) esclarece que o acesso à mídia é um poder que define a relevância de quem foi solicitado para opinar no veículo, ou seja, é o papel político atribuído pelo jornalismo, que é considerado nas teorias estruturalista e interacionista. O autor afirma que o “quarto poder” (alusão à mídia como quarto poder depois dos três poderes legítimos: legislativo, executivo e judiciário) do jornalismo não é um conceito fechado, e sim, é usado estrategicamente pelas empresas, como na seleção das fontes.

Conforme a teoria estruturalista, há uma relação de disposição entre os meios de comunicação e as suas fontes que pode repercutir em reprodução de discursos da elite pelos veículos por recorrer periodicamente aos definidores primários ou *primary definors*. Ao excluir as fontes periféricas (Wolf, 1999), e isso pode fazer parte das rotinas produtivas, há formação de uma informação tendenciosa ou distorcida, que reproduz uma realidade com as limitações corporativas. Segundo Traquina (2004), num primeiro instante, as notícias recebem a influência da interação entre a comunidade jornalística e sua partilha de valores, de responsabilidades éticas e de linguagem específica de uma tribo profissional.

As rotinas de produção e as circunstâncias, que desafiam os jornalistas durante a construção de notícias, estão nos estudos de *newsmaking* de Nelson Traquina e Mauro Wolf. Esse tipo de estudo correlaciona-se ao paradigma construcionista das teorias do jornalismo, que percebe o jornalista como elemento essencial na produção da notícia.

Primeiro, a teoria construcionista desce no seu nível de análise, do nível interno ao nível interior, ao sublinhar a importância da cultura profissional como fator determinante, fator esse que também é transorganizacional. Segundo, a teoria construcionista dá ênfase às práticas diárias e aos procedimentos rotineiros, que procuram fornecer um fluxo constante e seguro de notícias. Terceiro, a teoria construcionista examina em maior detalhe as relações entre os jornalistas e as fontes de informação considerando estas um componente fundamental do processo de produção (TRAQUINA, 1999, p. 136).

Wolf (2005, p. 194) afirma que os estudos sobre a produção da informação (*newsmaking*) acontecem por meio da cultura profissional dos jornalistas e da organização do trabalho dos processos. “As conexões e as relações entre os dois aspectos constituem o ponto central desse tipo de pesquisa”. O objetivo é compreender que imagem do mundo as empresas jornalísticas criam nos telejornais considerando as exigências que cerceiam as rotinas de produção. Neste caso, a natureza da realidade é “a mola propulsora” para a notícia, pois no seu teor também estão inseridos os valores empresariais impostos à redação e os constrangimentos sofridos pelos profissionais. Essas são situações presentes nas “rotinas que orientam o trabalho e que condicionam toda a atividade jornalística e as identidades das fontes de informação com que falam” (TRAQUINA, 2002, p. 122-123).

O processo de elaboração da notícia pode ser considerado uma cadeia produtiva com vários elos de ação. O jornalista, o elo inicial, busca no universo temático assuntos com potencial para notícia. Depois, o elo das forças intrínsecas, provenientes da condição humana e da cultura empresarial, o elo das forças extrínsecas, oriundas das relações exteriores que emanam poder sobre o fazer jornalístico, o elo da aprovação, que determina como vão ser

divulgadas. E por último, a entrega da notícia para o público. Esse esquema simboliza a estrutura inconsciente e informal que ajuda a definir o que deve, pode e interessa ser noticiado. O jornalismo é o cenário onde atua esse sistema híbrido e multifacetado. Também, podemos atribuir a esse sistema a noção de gestão compartilhada ao invés de uma gestão impositiva. Neste ângulo, consideramos que os interesses dos jornalistas e dos proprietários atuam conjuntamente nas decisões sobre os temas que serão transformados em notícias. A construção da notícia tem relação com os conceitos de fato e acontecimento. Segundo Alsina (2009, p. 13), “a produção da notícia é um processo complexo que se inicia com um acontecimento”. O autor diferencia o conceito de notícia e acontecimento dizendo que

[...] o acontecimento é uma mensagem recebida enquanto que a notícia é uma mensagem emitida. Ou seja, o acontecimento é um fenômeno de percepção do sistema, enquanto que a notícia é um fenômeno de geração desse sistema. No entanto, o que é notícia para um determinado sistema, para outro sistema é acontecimento (ALSINA, 2009, p. 133).

Notícia e acontecimento são postulados convergentes e divergentes pela perspectiva de cruzamento, ou seja, de ocuparem o mesmo lugar conforme a natureza do sistema. Considerando uma forma comparativa entre dois conjuntos peculiares, podemos perceber ambos conceitos numa posição de igualdade, e também, de se contrariar em relação a um mesmo campo dentro da dualidade de emissão e recepção de mensagem, conforme o que determina o sistema.

Sodré (2009, p. 28) considera a ideia de que seria como um fenômeno do conhecimento humano, constatado pela existência de algo, ou seja, “o mundo dos fatos – a que podemos também chamar de “estado de coisas” – é o mundo da experiência empírica, isto é, de relações contingentes, do fenômeno que pode acontecer ou não, fora de qualquer ordem necessária”. No entanto, Alsina (2009, p. 29) acentua que “o fato não é a própria coisa, e sim uma objetivação conceitual da realidade dos fenômenos”. Já o conceito de acontecimento “implica uma passagem, uma transformação no estado de uma coisa ou de uma pessoa” (SODRÉ, 2009, p. 29). Assim, entender um acontecimento é perceber que houve uma modificação, uma alteração no transcurso do fato. Os acontecimentos também são “hierarquizados em razão de sua previsibilidade dentro de um sistema determinado” (SODRÉ, 2009, p. 34).

Dessa forma, para avaliar a formação de notícias é preciso contextualizar uma mensagem considerando a cultura empresarial, a linha editorial, o conjunto de fatores internos e externos à redação. Logo, a notícia é o resultado de uma rede processual onde o objetivo

principal pode ser mais do que atingir o público, e sim, servir aos interesses escusos nas entrelinhas da construção noticiosa. Para o objetivo deste trabalho passamos a discutir a notícia no contexto do telejornalismo, trazendo, inicialmente, um pouco da história da televisão no Brasil.

2.2 Telejornalismo

A televisão brasileira foi inaugurada em 18 de setembro de 1950 com a TV Tupi-Difusora, emissora pertencente ao grupo Diário dos Associados, a maior empresa jornalística da época, liderada por Assis Chateaubriand. Nessa época, o rádio era o meio de comunicação mais popular do país.

O crescimento inicial da televisão pode ser atribuído ao favoritismo político, que “concedia licenças para canais com um plano de ação pré-estabelecido” (Marques de Melo, 1975, apud, Mattos, 2010, p. 37). Além disso, o conteúdo foi submetido à imposição da ditadura militar (1964-1985), que fazia uso adequado aos fins do sistema, buscando obter benefícios sobre esse novo meio de comunicação que surgia e que contava com aparatos diferentes do rádio, como a imagem. Conforme Mattos (2010, p. 35),

Nos telejornais era exercido um controle tão rígido, no sentido de aliviar o quadro real da situação vivida no país que, em março de 1973, o presidente Médice fez a seguinte declaração: “Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se tomasse um tranquilizante após um dia de trabalho.

O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) foi promulgado em 1962, quando já tinha 27 emissoras em operação no Brasil, ou seja, a televisão ocupava uma posição privilegiada. A primeira concessão de televisão no Brasil foi concedida à Rede Globo, de Roberto Marinho, em 1957. Mas a estreia aconteceu em 26 de abril de 1965, no canal 4, no Rio de Janeiro. Em 1972, com a constituição da televisão a cores no Brasil, a Rede Globo consolidou a liderança no mercado. Nesse ano também, ocorreu a primeira transmissão de TV em cores no Brasil, com a transmissão da Festa da Uva, direto de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Transcorridas mais de quatro décadas, a Rede Globo é formada por emissoras,

afiliadas e retransmissoras, atingindo cerca de 98,44% do país, o que significa em números 5.564 municípios e 99,5% da população (REDE GLOBO, 2010).

No início a Rede Globo adotou uma linha editorial condizente ao momento político, o que proporcionou a ascensão da emissora e balizou um conceito de “bom jornalismo”. Ou seja, o “padrão de qualidade” foi “batizado” pelo poder político, por um “acordo velado” entre o interesse empresarial e o interesse político. Podemos perceber desde já como a relação entre mídia e política é bidirecional e bilateral, capaz de atribuir a uma empresa jornalística a chancela de superioridade e marcar tal distinção dentro do campo. Segundo Berger (2006, p. 67), “o valor da TV e do telejornalismo deve ser observado pelo modo como o veículo foi utilizado como instrumento de desenvolvimento do Estado Nacional e também pelos efeitos sociais gerados por essa apropriação nos contextos políticos-culturais e socioeconômicos brasileiros”.

Estes dados destacam o poder de alcance da televisão no Brasil. Reforçando esta afirmação, e acrescentando que o poder de alcance da tevê não é apenas territorial, dados revelaram que 95% dos domicílios brasileiros têm aparelho de televisão, enquanto 93,6% contam com a geladeira, 47% com a máquina de lavar roupa e 38% com o computador (IBGE, 2012). Logo, a tevê atingiu a preferência da sociedade brasileira. Conforme Bresciani e Porcello (2011, p. 1), a “televisão completou 60 anos no Brasil em 2010 e cada vez mais disputa a atenção do público telespectador com as novas tecnologias de comunicação, internet, celulares, *tablets* e vários outros suportes mais ágeis e informativos”. Porém, como foi dito anteriormente, a televisão continua sendo o aparelho mais frequente nas residências. Assim, podemos dizer que a televisão ainda é o principal meio de informação da população brasileira.

Costuma-se dizer que a televisão é o meio hegemônico por excelência da segunda metade do século XX, e, de fato teorias inteiras sobre o modo de funcionamento das sociedades contemporâneas têm sido construídas com base na inserção desse meio nos sistemas políticos ou econômicos e na molduragem nas formações sociais ou nos modos de subjetivação (MACHADO, 2001, p. 15-16).

Apesar de ter essa aceitação por parte do público e fazer parte da estrutura do lar de muitas famílias brasileiras, é importante perceber que estamos restritos à característica de quantidade, no sentido do alto número de aparelhos que contabilizam a estatística do IBGE, conforme foi apresentado no parágrafo anterior. Essa quantidade não equivale à qualidade do conteúdo das notícias e informações exibidas. MACHADO (2001) usa o conceito de Geoff Mulgan, que enumera sete diferentes acepções da palavra “qualidade” em relação ao que é

produzido na televisão. Para esta pesquisa, interessa-nos o quarto item que se refere à abordagem “ecológica” de Mulgan, onde “identificada com o ponto de vista dos educadores e religiosos, que prefere privilegiar os aspectos pedagógicos, os valores morais, os modelos edificantes e construtivos de conduta que a televisão está potencialmente apta a promover” (MACHADO, 2001, p. 25). Ou seja, uma abordagem de qualidade para a temática ambiental poderia seguir alguns dos critérios considerados importantes. Esses traços pedagógicos podem ser aplicados numa gestão compartimentada expressa por uma abordagem transdisciplinar. Neste ângulo, consideramos que os interesses dos jornalistas e dos proprietários atuam conjuntamente nas decisões sobre os temas que serão transformados em notícias. Também podemos atribuir a esse sistema uma visão de gestão compartilhada ao invés de uma gestão impositiva. Neste ângulo, consideramos que jornalistas e proprietários do telejornal decidem conjuntamente os temas que serão transformados em notícia. Nessa perspectiva, entre esse cruzamento de valores morais e edificantes da abordagem ecológica de Mulgan, deve-se priorizar a ótica ambiental através do jornalismo ambiental no contexto televisivo.

O quinto item da lógica proposta por Mulgan afirma que se a televisão for vista como um ritual coletivo “a qualidade pode estar no seu poder de gerar mobilização, participação, comoção nacional em torno de grandes temas de interesse coletivo, abordagem melhor identificada com o ponto de vista dos políticos, sejam eles de esquerda ou de direita” (MACHADO, 2001, p. 25). Logo, essas duas classificações ressaltam a capacidade não de apenas transmitir mensagens para quem assiste, mas de causar adesão ou desestabilidade social, conforme a condução de um tema. Ou seja, existe uma intenção que conduz a construção dos produtos noticiosos e a sua capacidade de promover a compreensão e despertar o sentido. Diante destes dois sentidos, acreditamos que a notícia de cunho ambiental deve ter um objetivo de atingir ao público, mas com a pretensão de originar uma inquietude reflexiva, que o leve a pensar a sua relação individual neste contexto de totalidade social.

O telejornalismo é um espaço que informa e aciona sentidos. Para Porcello e Ramos (2010, p. 216), “a TV tem seu ritmo controlado pelo tempo que funciona como regulador das emoções estabelecendo critérios que despertem nas pessoas as sensações de alegria, tristeza, ódio, esperança ou total desesperança”. Sendo assim, podemos entender que o lugar ocupado pelos telejornais na vida das pessoas é muito representativo e desempenha um papel fundamental na construção social de uma realidade assistida pelo telespectador, a realidade recontextualizada pela tela. Segundo Vizeu (2006, p. 33-34),

O telejornal é uma montagem de vozes, um espaço imaginário onde são propostos múltiplos espaços de participação à audiência; uma paisagem, de qualquer maneira, onde a audiência pode escolher o seu caminho com mais ou menos liberdade. Ao longo de todo o seu caminho, a audiência encontra atalhos, trilhas e personagens diversos com os quais procura estabelecer uma relação, segundo a imagem que lhe é oferecida, o modo pelo que é tratada ou a intimidade que lhe é proposta.

Logo, os jornais televisivos cumprem um papel importante junto com outras instituições na construção social da realidade brasileira. Os telejornais têm as duas faces ao mesmo tempo, ou seja, é um produto institucional e ao mesmo tempo colabora na formação social do país, sendo que essas duas nuances ocupam o mesmo espaço sem necessariamente se excluir. Um telejornal, mesmo com as interferências das empresas jornalísticas, pode colaborar com a construção social. Vizeu e Rocha (2010, p.91) concordam com este pensamento quando afirmam que:

Os telejornais ao interpretar a realidade social contribuiriam para tornar o mundo mais compreensível para homens e mulheres. No entanto, não podemos ser ingênuos em acreditar que essa seja a preocupação da maioria das empresas jornalísticas que trabalham dentro da lógica moderna. Isso não impede que reportagens veiculadas nos telejornais possam ter essa preocupação.

Essa forma de compreender segue a lógica dos interesses que participam da formação da notícia, como tratamos no capítulo anterior, mas mostra um horizonte que abre outro olhar sobre a edição de um telejornal que, mesmo sofrendo a interferência de tantos interesses, também pode ter o puro e simples objetivo de informar a sociedade. No caso do telejornalismo, entra mais um elemento que aumenta a pressão da produção de notícia: o tempo. Dessa forma, os objetivos e os valores do jornalismo precisam ser ressignificados pelos jornalistas, que cientes de que mesmo estando numa posição de “inferioridade” devido à intercessão de fatores, a produção de notícias prevalece. Dessa forma, para esclarecer, consideramos que existem as funções ativa e passiva do jornalismo. Se conseguir transmitir a sua mensagem sem muitas interferências, dizemos que cumpriu a função ativa. Se for sucumbido por forças oriundas de outros interesses e teve a capacidade de informar afetada temos a função passiva. Nas duas funções, a notícia é veiculada. O que muda é o caminho ou descaminho dado ao conteúdo. Logo, o telejornalismo é um colaborador da geração de sentidos social. Como dizem Berger e Luckman (2004, p. 76):

Todas as sociedades estão envolvidas em processos de gerar sentido, mesmo que não tenham desenvolvido instituições especiais de produção de sentido. Em todos os casos controlam a recepção dos elementos de sentido para os membros da sociedade, adaptando-se às novas necessidades. Por meio de suas instituições as sociedades

conservam as partes essenciais do sentido. Elas comunicam sentido ao indivíduo e às comunidades de vida em que o indivíduo cresce, trabalha e morre.

A imagem na televisão, e no telejornalismo, é um recurso que proporciona outros sentidos e propicia uma assimilação diferenciada, já que não ficamos “soltos” na nossa imaginação. É como se a imagem ajudasse a conduzir junto com o texto e o áudio a compreensão do telespectador. Certamente, com a ausência da imagem a assimilação seria outra. Logo, podemos afirmar que a imagem em televisão é determinante para o entendimento que se quer transmitir. Para Vizeu et al. (2013, p. 153), “a representação imagética da realidade social nos telejornais, por meio de uma imagem gravada, manipulada ou criada no computador, com planos e enquadramentos determinados, seria uma espécie de virtualização da realidade”.

Com tudo que já foi mencionado, percebemos que a televisão faz parte da família. Tem lugar garantido na sala das residências, local que geralmente é para descansar, para reuniões em família, para assistir a um telejornal ou a um programa em busca de atualização e conhecimento. A televisão conseguiu criar um laço forte e duradouro com o público. Para Finger (2013, p. 111):

A história de paixão do brasileiro pela televisão pode ser contada pela mudança de hábito no interior dos lares. No começo foram os “televizinhos” quando quem tinha um aparelho em casa reunia os amigos para assistir a um programa nos sábados a noite. Depois, a televisão foi acusada de acabar com o diálogo em família na sala de jantar, ocupou ainda o quarto do casal influenciando os índices de natalidade, invadiu o quarto dos filhos (crianças ou adolescentes), as cozinhas e as dependências de empregada. Agora, além de ocupar todos os cômodos da casa, tem um novo lugar de destaque, uma sala especial para o *home theater*, com tela plana, *subwoofer e surround*. Novamente um local para reunião da família, amigos e vizinhos, mas apenas em ocasiões especiais.

O telejornalismo se beneficiou desse vínculo antes estabelecido pela televisão com o público, que está cada vez mais sólido e se espalhando para novos espaços. O jornalismo de tevê foi atingido pelos reflexos da tevê, que é o veículo que o divulga na sociedade. Assim, a tevê tem mais um motivo para ser assistida: busca de atualização via telejornal. Logo, a televisão influencia o telejornalismo e vice-versa fomentando ainda mais a relação de intimidade com o público, colaborando para essa ligação tornar-se cada vez mais forte. Um passa a ser atrativo do outro ressaltando que não estamos considerando uma relação de dependência e nem atribuindo exclusivamente a um o sucesso do outro, mas sim, ressaltando uma relação de cooperação mútua. Estamos avaliando que as forças singulares de cada um reforça a relação de confiança, e até de companheirismo, que o público estabelece com a

televisão e os conteúdos oferecidos em forma de produtos. O binômio televisão e telejornalismo favorece a busca do público pela notícia na tevê. Mais uma razão para a televisão permanecer na hegemonia. Conforme Vizeu e Rocha (2010, p. 97):

Equipamento símbolo da contemporaneidade e da sociedade midiaticizada, a televisão realiza, através do gênero jornalístico, inquestionavelmente, de maior público- o telejornalismo-, a articulação das diversas esferas públicas setoriais numa ampla esfera pública desencaixada das limitações de espaço e tempo como nenhum outro veículo anterior e até mesmo como o webjornalismo apresentado pela rede mundial da internet ainda não conseguiu articular devido às limitações de sua base social. A era das novas mídias oferecem ao público formas alternativas de buscar informação e entretenimento. A televisão e seu conteúdo não estão estanques a esse movimento. Estão se adaptando a essa nova realidade midiática.

Neste engendramento de sentidos, o fazer telejornalístico, considerando a combinação de áudio e vídeo para contar histórias recria uma atmosfera de realidade quando interpreta situações que envolvem anônimos como se fossem figurantes, protagonistas e antagonistas na tela da televisão. A matéria de tevê coloca o cidadão comum na tela assim como coloca o político, o artista, o empresário. Essa é uma das formas de participação do telespectador como produtor. Ele está na tela e está fora dela, ora como participante ora como telespectador. As novas mídias sociais ampliaram essa participação. Segundo Finger (2013), o telejornal de alguma forma permanece no ar após sair da grade de programação. Essa conjuntura de fatores e processos desencadeia novas relações entre as mídias, novas atuações do público e sensibilidade apurada do jornalista para perceber essas mudanças. Tudo isso exige versatilidade do profissional que, no fim do processo, é quem vai colocar o conteúdo nas mídias e é quem vai ter contato com o público. Para Finger (2013, p. 116):

Quando provocados, os telespectadores passam a interagir mais. Com a utilização dos websites é possível rever uma notícia, ampliar conhecimentos sobre determinado fato, dar uma opinião e por fim, contribuir com novas informações, outras pautas e até produção “caseira” de vídeos. O que significa dizer que houve uma alteração nos conteúdos dos telejornais, com novos modos de atuação, tanto dos profissionais como da audiência, mas é preciso pensar em outros cenários, principalmente, quando os canais de interatividade estiverem disponíveis na TV Digital.

De uma maneira muito resumida, porque as novas mídias não são objeto de estudo deste trabalho (por isso não trataremos e nem vamos discutir sobre os aspectos econômicos, sociais e culturais incluídos neste tema), elas proporcionaram a interação do público e também afetaram a forma de se relacionar com o jornalismo. Vivemos uma época em que ocorre a transposição do que vai ao ar na televisão para o site correspondente ao do telejornal,

onde há a promoção de ambos, e que pode ser acessada por outros suportes (assistir televisão do celular tornou-se uma realidade). As informações não tem mais limite de tempo e podem ser recontextualizadas. Logo, torna-se possível o *feedback* por parte do público, já que existe a possibilidade de diálogo e participação por meio dessa interação intensificada pela convergência das mídias.

A seguir, apresentamos alguns elementos da história do Jornal Nacional, um produto jornalístico que é referência no Brasil, possível de ser acessado pela internet através do seu site específico.

2.3 Jornal Nacional

No dia 1º de setembro de 1969, quatro anos após a inauguração da Rede Globo no Brasil, ocorreu uma estreia que marcaria a história da Rede Globo e do telejornalismo brasileiro: a primeira exibição do Jornal Nacional (JN). A apresentação foi de Hilton Gomes e Cid Moreira, que abriram a primeira edição do JN anunciando: *"O Jornal Nacional, da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o país"*. Cid Moreira encerrou: *"É o Brasil ao vivo aí na sua casa. Boa noite"*.

Em 2013, o Jornal Nacional completou 44 anos. Veiculado de segunda a sábado, às 20h15 min, tem quatro blocos separados por comerciais (*breaks*) e tem aproximadamente trinta minutos de duração. Durante todo este tempo, o Jornal Nacional acompanhou a evolução tecnológica dos meios, o surgimento das redes sociais, das mídias alternativas, das mudanças sociais, políticas e econômicas, dos novos perfis de públicos, enfim, todo o conjunto de transformações que culminou em novas “expressões de comunicação”, que também refletiram na inovação do Jornal Nacional. Ainda hoje, continua sendo referência no jornalismo brasileiro. Para permanecer nessa posição de liderança, o JN teve que acompanhar as novas mudanças e também introduzir algumas no formato, na forma de fazer jornalismo para não se “depreciar” diante da tecnologia e continuar com o vínculo forte com os brasileiros.

No final da década de 60, quando o Repórter Esso, da TV Tupi, liderava a audiência no segmento televisivo, a difusão de notícias era muito semelhante à transmissão via rádio: os apresentadores liam as notícias cobertas por imagens. O JN, numa iniciativa inédita, transformou a concepção de jornalismo de televisão ao colocar repórteres com câmeras nas

ruas para captação de áudio direto para fazer entrevistas. Depois, introduziu o teleprompter (TP), que é o equipamento que fica no estúdio onde aparece o texto para o apresentador ler, nas transmissões ao vivo e coloridas desenhando um novo modelo de jornalismo televisivo.

Atualmente, os apresentadores são os jornalistas William Bonner, que é editor-chefe, e Patrícia Poeta, editora-executiva. Em 2009, quando o JN completou 40 anos, Bonner lançou o livro “Jornal Nacional Modo de fazer”. No primeiro capítulo, ele diz que o Jornal Nacional é

um programa jornalístico de televisão. Por ser jornalístico, apresenta temas comuns aos jornais impressos, aos programas jornalísticos de rádio, aos sites da internet voltados para notícias e, em parte, às revistas semanais de informação. Por ser um programa de televisão, procura apresentar esses temas com a linguagem apropriada ao veículo: com um texto claro, para ser compreendido ao ser ouvido uma única vez, ilustrado por imagens que despertem o interesse do público por eles mesmos que não sejam temas de apelo popular imediato (BONNER, 2009, p. 13).

A penetração da televisão na vida dos brasileiros possibilitou uma relação estreita do JN com a sociedade, o que nos mostra que o telejornalismo é reconhecido pelo seu público como uma forma de saber sobre a cidade, sobre a região, sobre o país, sobre o mundo. O público legitima a relação com um telejornal a partir do momento em que estabelece um elo informativo. Para Vizeu (2008, p.7)

Os telejornais cumprem uma função de sistematizar, organizar, classificar e hierarquizar a realidade. Dessa forma, contribuem para uma organização do mundo circundante. É o lugar em que os grandes temas nacionais ganham visibilidade, convertendo o exercício de publicização dos fatos como a possibilidade prática da democracia. Todo esse processo se produz num campo complexo de construção, desconstrução, significação e ressignificação de sentidos. O telejornal é hoje a grande praça pública do Brasil.

Dessa forma, o telejornalismo combina suportes de compreensão (texto, imagem e áudio) nas reportagens de televisão. Esses recursos estabelecem outra forma de relação do público com a notícia. Assistir a um telejornal é uma experiência sensorial, onde cada elemento aciona um sentido e em conjunto interage e aciona a interpretação da mensagem. Mota (2006) destaca que em termos televisivos, o texto constrói a referência em imagem, fornece tributos, da mesma forma que se alimenta da imagem para se autoconstruir. Essa articulação de texto, imagem e áudio promove um diálogo alinhado que constitui a estrutura interligada e que não dispensa nenhum desses itens para ter a formação de sentido para o conteúdo noticioso televisivo. Mas a presença da imagem é o atributo que individualiza e caracteriza a televisão e, de certa forma, conduz a combinação entre texto, áudio e vídeo e forma este arranjo de sentidos. De acordo com Aumont (1993, p.107)

A imagem só existe para ser vista por um espectador historicamente definido (isto é, que dispõe de certos dispositivos de imagens), e até as imagens mais automáticas, as das câmeras de vigilância, por exemplo, são produzidas de maneira deliberada, calculada para certos efeitos sociais. Pode-se perguntar, a priori se, em tudo isso, a imagem tem alguma parte que lhe seja própria: será tudo, na imagem, produzido, pensado e recebido como momento de um ato_ social, comunicacional, expressivo, artístico etc?

A estrutura textual também é um importante marcador de tempos, de espaços, de posições, de discursos, ou seja, um componente determinante na composição noticiosa televisiva. É indissociável pensar em notícia de telejornal sem imagem ou sem texto no contexto televisivo. A convergência harmoniosa, compatível e coerente entre texto, áudio e imagem é o alicerce da construção das “telenotícias”.

Uma característica importante do texto no telejornal é a de que é um texto escrito para ser falado. Ou seja, é um texto que tem as características do texto escrito e as do texto oral. Existem aspectos de oralidade como certas repetições de palavras, maior informalidade, uso de vocábulos mais comuns, e, ao mesmo tempo, é uma construção de texto escrito, com a racionalidade e coerência com que representa os fatos que envolvem um acontecimento (MOTA, 2006, p. 135).

A partir desse entendimento, verificamos que a construção da realidade social pela notícia de televisão começa este padrão combinatório entre esses recursos, o que pode atribuir mais versatilidade, proximidade e credibilidade pela “mobilidade audível” gerada pela junção que constitui a formação de notícia. Para expandir a temática ambiental em forma de notícia, essa “união-fusão” é um aditivo que a televisão oferece. A avaliação de André Trigueiro (2003, p. 76), para o qual “numa primeira abordagem de como a mídia vem tratando dos assuntos sobre meio ambiente, é conveniente começar pela televisão, que conta com a boa receptividade do público e com imagens e sons da vida selvagem”. Trigueiro ainda ressalta que a temática ambiental não fica restrita a programas de televisão especializados em meio ambiente no sentido de “natureza”, pois “curiosamente, esses programas parecem reforçar, involuntariamente, a ideia de que meio ambiente é sinônimo de fauna e flora” (TRIGUEIRO, 2003, p. 76). Logo, a reportagem de televisão contempla esse tríptico fundamental (imagem, áudio e vídeo) para a notícia televisiva incorporando, além de outros aspectos, na constituição do bloco noticioso. De acordo com Diniz (2005, p.72):

A reportagem é a mais completa forma de apresentação da notícia, pois contém o texto, as imagens, a presença do apresentador, do repórter e dos entrevistados. [...] A reportagem contém as seguintes partes básicas: 1. cabeça da matéria ou lead, texto lido pelo(a) apresentador (a) do telejornal, é gancho da matéria; 2. cabeça do repórter abertura da matéria; 3. sonora fala de atores envolvidos no fato; 4. off

apenas a voz do repórter durante a projeção das imagens, gravada no VT;5. passagem, gravação feita pelo repórter no local do fato.

O jornalismo de televisão é um gênero jornalístico, levando em consideração que gênero deriva do latim *genus/generis* (família, espécie), ou seja, aproximação por afinidade. Temer (2010, p. 106), explica que em relação ao telejornalismo temos mais de uma probabilidade de análise já que “o telejornalismo como gênero televisivo inserido em um conjunto da programação da televisão; ou o telejornalismo como uma extensão da categoria jornalismo, que abriga em seu interior diversos gêneros jornalísticos”. A gama de possibilidades, provenientes do conceito de gênero, aplica-se ao telejornalismo e reflete alguns tipos de relação que a televisão, através do jornalismo, estabelece com o público por meio das adjacências que pode ocupar dentro do campo e que podem ser estendidas para explicar as formas de relação que as pessoas têm com a televisão. Conforme Temer (2010, p. 107):

O gênero é mais do que um conjunto de componentes textuais, é o produto de uma relação social, pois envolve a criação, a circulação e o consumo dos textos dentro de contextos sociais. O gênero diz respeito a uma competência comunicacional, e o seu estudo permite o entendimento das características consideradas importantes dos programas (a análise do conjunto de formatos e regras de construção, recepção e mudança) e, sobretudo, a percepção do sentido do texto.

A televisão e o seu poder de projeção refletiu-se na história do telejornalismo, do Jornal Nacional e na sua relação com os telespectadores. O telejornalismo segue formando e atualizando a própria identidade, embora seja considerado uma das formas mais usadas para a busca de informação devido à tradição da televisão, com a introdução de novas mídias. Os sentidos de troca, tensionamento e tessitura estão no cotidiano de construção de notícias, nas relações entre jornalistas e empresa, no conjunto de interesses que cerceiam as decisões editoriais e na simples atribuição do jornalismo: exercer a função de informar antes de qualquer interesse.

O telejornalismo e o poder político tem uma relação acentuada de proximidade. Essa esfera institucional está muito próxima do fazer jornalístico e faz com que, muitas vezes, o ângulo político se sobreponha a outros temas. São as mazelas políticas refletindo e decidindo o que deve ser notícia. E neste contexto, o jornalismo ambiental tem o desafio de conquistar espaço junto ao cenário político.

2.4 O olhar do jornalismo ambiental

O meio ambiente não está desvinculado do homem. Ao contrário, tem uma ligação orgânica que oferece condições de vida (ar, água e terra), recursos para gerar economia, lazer, cultura, tecnologia e emancipação, no sentido de prosperidades materiais e imateriais. O homem, em alguma dessas esferas, percebe essa relação.

Os meios de comunicação contribuem para dar notabilidade à temática ambiental à medida que ganha mais espaço, considerando o tamanho e a frequência deste veículo. Mas se formos considerar a qualidade e a forma, verificamos que é preciso avançar muito. Os estudiosos do jornalismo ambiental, que pode ser considerado uma especialização do jornalismo, têm contribuído com pesquisas e reflexões no sentido de observar, avaliar e sugerir procedimentos para que o jornalismo exerça com responsabilidade a função social de informar ao público. Para isso, torna-se importante a noção de ambiente ser apresentada ao público de uma forma mais integradora não restringindo o conceito à existência de recursos naturais. Conforme Bueno (2007, p.35),

Meio ambiente é o complexo das relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, etc), mas inclui as interações sociais, a cultura e as expressões/manifestações que garantem a sobrevivência humana (política, economia etc).

Desde a década de 1950, os movimentos ambientalistas já existiam, mas foi com o primeiro congresso denominado o *Homem e a Natureza*, organizado pelas Sociedades Protetoras dos Animais, em 1968, que começou a despertar a atenção da imprensa para o tema ambiental (CARNEIRO, 2007).

O sociólogo John Hannigan (2009) indica que os estudos de Schoenfeld et. al. (1979) demonstraram, antes de 1969, que a imprensa diária dos Estados Unidos confundia ambientalismo com conservação, embora desde 1880, a noção do conceito de conservação era conhecida e suscitava respeito. Já os valores do ambientalismo, que acreditam na conexão entre tudo, demoraram a ser assimilados em termos jornalísticos. Ainda nesse período, os assuntos relativos à ótica ambiental eram específicos e tratados como problemas locais. Derramamentos de óleo, enchentes, queimadas e demais acidentes ambientais eram noticiados com o caráter de atualização pontual sobre um acontecimento que interfere na vida pública,

mas verificar outros cruzamentos de ideias, como a busca pelas causas geradoras desses imprevistos ou problemas ambientais. Neste período também, a ideia de desenvolvimento sustentável passou a ser implementada nos discursos da ONU (Organização Nacional das Nações Unidas), como, por exemplo, na Conferência da Biosfera, em Paris, no ano de 1968. Quatro anos mais tarde, em 1972, na Conferência de Estocolmo, que reuniu 113 países na Suécia, o termo sustentabilidade foi usado para fazer referência aos direitos individuais a um meio ambiente sadio e equilibrado, chamando a atenção para os problemas de gestão ambiental. Surge a expressão *desenvolvimento sustentável*, denominação que contribuiu para a inserção do tema ambiental na mídia. A consolidação do termo foi em 1983, quando o relatório *Nosso Futuro Comum* consagrou a expressão. Assim, a Conferência de Estocolmo sugeriu à ONU o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Neste mesmo ano, aconteceu a oficialização do termo desenvolvimento sustentável pela Comissão Brundtland, denominação devido ao nome da 1ª ministra da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a ministra da Noruega na época, Gro Harlem Brundtland. Desde então, a expressão desenvolvimento sustentável projetou o meio ambiente no mundo com mais visibilidade na imprensa (o termo foi popularizado no Brasil pela ampla cobertura da mídia na Rio – Eco 92).

Um acontecimento que marcou a mudança brusca de consciência sobre o meio ambiente pode ser atribuído, em boa parte, pela visão que se teve da Terra a partir da lua, em 1969. Com a imagem do globo terrestre, até então desconhecida, o meio ambiente ganhou destaque na esfera midiática. Contudo, depois desse despertar, a cobertura começou a decair. No Brasil, nos anos 70, a mídia começou a se interessar pela cobertura ambiental devido aos protestos e lutas ambientais. Em 25 de fevereiro de 1975, aconteceu o primeiro ato ambientalista do país quando o estudante Carlos Dayrell subiu numa árvore em frente à Faculdade de Direito da UFRGS para impedir o corte pela prefeitura municipal. Este fato repercutiu na mídia estadual, nacional e internacional.

O esforço de alguns jornalistas fez surgir o que chamamos de jornalismo ambiental hoje no Brasil. O jornalista Roberto Villar (1997) cita dois eventos como marcos do nascimento do Jornalismo Ambiental: a Conferência da Biosfera, ocorrida em Paris, em 1968, e o aparecimento da primeira entidade de Jornalismo Ambiental na França, na mesma época. Além disso, Villar destaca o pioneirismo do jornalista brasileiro Randau Marques:

No mesmo ano [1968], era preso no Brasil - pela Operação Bandeirantes - o jovem repórter Randau Marques, primeiro jornalista brasileiro a se especializar em meio ambiente. Randau foi considerado subversivo na época porque escreveu num jornal

da cidade paulista de Franca (berço dos curtumes) reportagens sobre a contaminação de gráficis e sapateiros com chumbo, e já questionava a expressão "defensivos", mostrando que os agrotóxicos eram responsáveis pela mortandade de peixes e pela intoxicação de agricultores. Depois, Randau se especializou em assuntos urbanos e questões ambientais no Jornal da Tarde (VILLAR, 1997, online).

Villar (1997) enfatiza que a descoberta do buraco na camada de ozônio, ainda em meados da década de 1980, e as primeiras incidências sobre o impacto das ações humanas no aumento do aquecimento global como casos que projetaram outro olhar da mídia sobre o meio ambiente. "A imprensa brasileira reagiu às preocupações dos países do primeiro mundo e se voltou para os problemas ambientais da Amazônia", afirma. Ele ainda define dois eventos ocorridos em 1989, que contribuíram para a expansão da atividade no nosso país: o seminário "A Imprensa e o Planeta", promovido pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão e pela Associação Nacional de Jornais, em São Paulo, e o "Seminário para Jornalistas sobre População e Meio Ambiente", organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas, em Brasília. Essas iniciativas deram origem aos núcleos regionais de Jornalismo Ambiental em São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. Tais núcleos tinham a intenção de criar uma entidade nacional de jornalismo ambiental.

Hannigan (2009) também avalia que apenas na década de 1990 as histórias sobre o tema ganham um estilo mais global e complexo. As coberturas passam a ter caráter emergencial na imprensa canadense. Em um panorama geral, nos outros países, as pautas ambientais demoraram ainda mais para ter lugar, destacando-se apenas em grandes desastres ou acidentes. Ainda nos anos 1990, após inúmeras catástrofes e uma conscientização maior dos jornalistas, empresários e políticos, foram abertos espaços específicos para o tema e surgiram revistas voltadas somente para tratar a temática. A partir dessa abrangência crescente de notícias ambientais na mídia, ainda que em condições específicas, jornalistas começam a se interessar e oferecer abordagens mais focadas no tema. Por isso, o jornalismo ambiental pode ser considerado como uma especialização jornalística. Porém, o seu conceito não pode ser simplista e restrito à abordagem puramente ambiental, pois considera também valores sociais e comporta intenções de responsabilidade com o meio ambiente incluindo cuidados com o planeta.

Bacchetta (2000) afirma que o jornalismo ambiental é um tipo de comunicação especializada que requer preparação e conhecimento para lidar com assuntos variados, como diversas ciências e teorias. Pode ser visto como uma filosofia de vida que pretende encontrar o sentido conciliador e social da proximidade do meio ambiente com o homem através das áreas do conhecimento, onde o homem oscila entre o centro e a margem das formações

relacionais. O jornalismo ambiental é promotor de um encadeamento de esferas, princípios e valores humanos e sociais em forma de notícia. Para Bacchetta (2000, p. 18, *tradução nossa*),

Jornalismo ambiental considera os efeitos da atividade humana, desde a ciência e a tecnologia em particular, sobre o planeta e a humanidade. Deve contribuir tanto pela difusão de temas complexos e pelas análises de suas implicações políticas, sociais, culturais e éticas. É um jornalismo que procura desenvolver a capacidade das pessoas para participar e decidir sobre a sua forma de vida na Terra, para assumir em definitivo a sua cidadania planetária.

O jornalismo ambiental, antes de ser classificado dessa forma por tratar de um tema específico e que ainda não foi totalmente internalizado na pauta da mídia, é jornalismo. As reuniões de pauta, a seleção de fontes, a apuração informativa, a escolha do recorte, os valores empresariais e os profissionais, todos os ângulos e os aspectos que regem, intrigam e orientam o caminho da construção da notícia também estão presentes na elaboração de uma notícia de cunho ambiental. Neste sentido, não há diferenças “abismais” que justifiquem a separação de dois fazeres jornalísticos que são afins na forma de busca e preparo da notícia. Mas no caso do jornalismo ambiental, por ser direcionado, podemos ter uma aspiração mais definida para causar interesse e atitude no olhar do público na sua relação com meio ambiente. Como diz Bueno (2007, p.106), “o jornalismo ambiental, que é jornalismo em primeiro lugar, caracteriza-se por produtos (veículos, de maneira geral) que decorrem do trabalho realizado por profissionais que atuam na imprensa”.

O jornalismo ambiental deve ser visto da mesma forma como o jornalismo cultural, político, esportivo, econômico e deve receber a mesma importância. Apenas direciona para o assunto que vai ser tratado considerando, evidentemente, as peculiaridades de abordagem e apresentação do tema. Essa é a visão sistêmica, que se fundamenta no pensamento de que tudo está interligado, formando um sistema de múltiplas interações onde “todo organismo- animal, planta, micro-organismo ou ser humano- é um todo integrado, um sistema vivo” (CAPRA, 2003, p. 23). Esta pode ser uma característica que está na raiz do jornalismo ambiental, que é de agregação e não de fragmentação. Logo, o jornalismo ambiental condensa, intensifica e converge áreas instituindo uma essência de articulação social a partir da própria natureza quando executa essa interação. Conforme Bachetta (2000, p. 18, *tradução nossa*):

Se considerarmos o meio ambiente como um conjunto de sistemas naturais e sociais habitados pelo homem e pelos demais seres vivos existentes no planeta-dos quais o homem obtém seu sustento-, o jornalismo ambiental é um dos gêneros mais amplos e complexos do jornalismo.

No caso do jornalismo ambiental, limitar o enfoque a abordagens de catástrofes ambientais, por exemplo, cerceia o tema e colabora para uma “setorização”, um distanciamento em relação às outras matérias.

Assim como há um diálogo entre política e economia (quando se anuncia investimentos em projetos, em cidades), esporte e economia (quando se fala da movimentação financeira que a Copa de 2014 vai gerar), cultura e economia (quando se fala de investimento em exposições), entre outros, é menos comum ter essa troca entre áreas com o assunto meio ambiente. Essa fragmentação é um retrocesso do fazer jornalístico já que a atividade é um canal de pluralismo e atinge a coletividade. Apostar na integração de ideias e de áreas não significa o fim das editorias. Esse entrosamento pode representar uma reformulação que permita a intersecção de outros prismas para desencadear novas leituras e novos textos equalizando uma multiplicidade de abordagens e de ângulos, estabelecendo essa ligação sem perder as particularidades próprias da área.

O jornalismo ambiental, neste novo conceito e nesta nova realidade que estão sendo plasmados agora, passa a incorporar uma visão inter e multidisciplinar, que extrapola os limites dos cadernos e das editorias, porque a fragmentação imposta pelo sistema de produção jornalística fragiliza a cobertura de temas ambientais. O jornalismo ambiental anseia por um conceito, que extrapole o do jornalismo científico tradicional (comprometido com uma parcela significativa da comunidade científica que tem privilegiado a continuidade das suas pesquisas, sem contextualizar as suas repercussões), que não se confunda, em nenhuma hipótese com o jornalismo econômico (impregnado pelo canto de sereia do modelo agroexportador, da revolução tecnológica a qualquer preço e da apologia das aplicações rentáveis do capital financeiro) e que não se apoie no jornalismo cultural, quase sempre tipificado pelo diálogo surdo das elites (BUENO, 2007, on-line).

O jornalismo ambiental é a voz e o eco que trata do meio ambiente como um tema amplo e complexo e não como um problema. Deve ser um canal de qualidade de comunicação ambiental que não se reduza a informar, mas sim, consiga despertar o interesse em refletir e conhecer mais sobre o assunto. Deve ser elaborado de forma a atingir o cotidiano das pessoas. Elas precisam entender como um vazamento de óleo atinge a vida delas, assim como o caminho do algodão, matéria-prima da roupa que se veste, que começa lá no campo com o produtor rural, que vende esse algodão para a indústria, que emprega pessoas, que vai para o setor varejista e segue uma cadeia que movimenta a economia, a política (presente nos impostos estabelecidos), ou seja, atua em conjunto com outras esferas sociais. O jornalismo pode despertar essa consciência de que o meio ambiente está no cotidiano e atua em todos os campos da vida.

Wilson Bueno (2007) propõe funções para o jornalismo ambiental, como a função política, que é mobilizadora social. As outras funções que ele agrega são a informativa (com o viés de atualização) e a pedagógica (mostra problemas e indica soluções). O ponto que ressalta é que o sucesso das duas últimas categorias depende do progresso da primeira no sentido de informar um público desconhecedor do assunto e causar novas atitudes, mudanças de pensamentos e de costumes. Podemos relacionar a efetiva consolidação de duas funções condicionadas a outra a essa visão sistêmica que está na essência do jornalismo ambiental, que parte da ação conjunta de três núcleos compostos por suas características e objetivos próprios, mas que atuando em sincronia funcionam e alcançam a sua meta, independentemente se uma função se sobressai sobre as demais, ainda assim, não elimina o caráter de atuação coletiva como caminho para atingir finalidades.

O jornalismo ambiental deve ser uma fonte de democratização do saber ambiental que conduza para uma direção de mudanças estruturais e congênicas. O primeiro passo é iniciar uma mudança individual para progredir para o segundo passo, que é partir para a articulação de uma mudança conjunta. É em torno da expectativa de modificação que se deve trabalhar na produção de notícia de cunho ambiental e, posteriormente, repassar essa perspectiva de mudança condensada em forma de informação para o público. Bueno (2008, p. 110) ainda explica que

[...] essa função incorpora também uma vigilância permanente com respeito à ação dos governantes que, por omissão ou comprometimento com os interesses empresariais ou com grupos privilegiados da sociedade, não elaboram nem põe em prática políticas públicas que contribuem efetivamente para reduzir a degradação ambiental.

A capacidade de incluir o tema ambiental na pauta diária, superando a diversidade dos outros assuntos em um discurso que ofereça além do factual e produza novos sentidos e ângulos para o público, deve ser um objetivo aliado ao fazer jornalístico peculiar de cada veículo midiático. A teoria da Ecologia Profunda (CAPRA, 2003) ajuda a refinar o olhar do jornalismo ao considerar todas as formas de vida integrantes de uma teia de relações, com sua importância para o todo. Girardi, Pedroso e Baumont (2011, p. 48) afirmam que “mesmo fazendo parte dessa rede de organismos vivos, os seres humanos frequentemente comprometem, com suas ações, o equilíbrio dos ecossistemas e a continuidade de própria vida”.

Para Hannigan (2009), a notícia ambiental tem que configurar um problema social. Para isso, precisa seguir seis critérios para se tornar um problema ou uma questão ambiental e,

consequentemente, virar notícia. São eles: “autoridade científica para validação dos argumentos; a existência dos “popularizadores” que podem combinar ambientalismo e ciência; atenção da mídia, na qual o problema é “estruturado” como novo e importante; dramatização do problema em termos simbólicos e visuais; incentivos econômicos para uma ação positiva, recrutamento de um patrocinador institucional que possa garantir legitimidade e continuidade” (HANNIGAN, 2009, p. 119). Outro aspecto que orienta a produção de notícias sobre o meio ambiente é o estabelecimento de delimitações, que interessam ao jornalismo, onde três tipos importantes de eventos ambientais podem ser identificados:

Um marco histórico (Dia da Terra, a reunião do Rio de Janeiro); as catástrofes (derramamento de petróleo, acidentes nucleares, incêndios tóxicos); e acontecimentos legais/administrativos (audiências parlamentares, julgamentos em tribunais, publicação de relatórios ambientais oficiais). (DUNWOODY e GRIFFIN, 1993, apud HANNIGAN, 2009, p.127).

Pela visão de Hannigan (2009), a transformação de um tema ambiental em pauta e, posteriormente, convertido em notícia é um processo que precisa passar por vários setores para conseguir uma “aprovação” até chegar ao respectivo público. Mas esse caminho apresenta-se mais complicado quando precisa penetrar no âmbito do fluxo das políticas públicas, ou seja, quando precisa estar em consonância com os interesses políticos e econômicos da empresa jornalística. Nas últimas décadas, percebeu-se o surgimento de um jornalismo voltado para o mercado, em favor da sustentação da sociedade capitalista. Conforme Traquina (2004, p. 25):

O trabalho jornalístico é condicionado pela pressão das horas de fechamento, pelas práticas levadas a cabo para responder às exigências da tirania do fator tempo, pelas hierarquias superiores da própria empresa, e, às vezes, o(s) próprio(s) dono(s) pelos imperativos do jornalismo como um negócio, pela brutal competitividade, pelas ações de diversos agentes sociais que fazem “promoção” dos seus acontecimentos para figurar nas primeiras páginas dos jornais ou na notícia de abertura dos telejornais da noite.

Dessa forma, percebe-se que a notícia de cunho ambiental acaba por sucumbir aos interesses políticos e estratégicos assim como os produtos dos meios de comunicação e os próprios meios de comunicação. Esse formato pode prejudicar o conteúdo ambiental, que pode ser relegado a segundo plano diante do recorte político e econômico destacado numa questão. Hannigan (2009, p. 127) recorre ao pensamento de Lacey e Longman que observam que:

O surgimento de um *show business* e um enfoque comercial para questões ambientais na mídia britânica durante os anos de 1980 e o argumento de que os melhoramentos nas reportagens ambientais somente são evidentes se uma definição estreita de questões ambientais é utilizada. Em particular, uma separação artificial é criada entre as questões ambientais e de desenvolvimento, o mesmo acontecendo com um editorial predominantemente e politicamente tendencioso (LACEY e LONGMAN, 1993, apud, HANNIGAN, 2009, p.127).

Essa linha de pensamento dialoga com Bauman (2007), no que diz respeito à ideia de “hospitalidade”, na sociedade contemporânea, que atribui “um sentido inteiramente novo e inventou um modo de acomodar o pensamento e a ação crítica, permanecendo imune às consequências dessa acomodação e saindo, assim, intacta e sem cicatrizes” (BAUMAN, 2007, p. 31). Percebemos isso quando há um evento ambiental, que poderia ser repercutido com vários desdobramentos ambientais, sofrer uma readequação, ou uma acomodação, a partir de uma definição que prioriza, ou proporciona o enfoque econômico e político da questão e acomoda a temática ambiental dentro da construção noticiosa, o que representa um deslocamento de foco causado por interesses e resulta em menor aprofundamento em torno do tema ambiental. Para Bauman (2007, p. 32):

O tipo de “hospitalidade a crítica” característico da sociedade moderna em sua forma presente pode ser aproximada do padrão do acampamento. O lugar está aberto a quem quer que venha com seu trailer e dinheiro suficiente para o aluguel; os hóspedes vêm e vão; nenhum deles presta muita atenção a como o lugar é gerido, desde que haja espaço suficiente para estacionar o trailer, as tomadas elétricas e encanamentos estejam em ordem e os donos dos trailers vizinhos não façam muito barulho e mantenham baixo o som das suas tvs portáteis e aparelhos de som depois de escurecer.

Para Hannigan (2009), o desafio da mídia é produzir uma notícia de cunho ambiental que a capacite a concorrer com as editorias tradicionais. Para atingir esse padrão ela precisa ter animação (capacidade e informação), legitimação (reconhecimento e prestígio) e demonstração do problema (competir pela atenção). Hannigan concorda com Enloe (1975:21), que acredita que a origem de uma questão ambiental está ligada a seis fatores: estímulo à atenção dos meios de comunicação social, envolvimento de alguma arma do governo, exigência de uma decisão governamental, evitar a eliminação pelo público como um fenômeno que acontece apenas uma vez, ter relação com os interesses pessoais de um número significativo de cidadãos e alinhamento estrutural pelos ambientalistas. Neste caso,

as políticas (ambientais) raramente resultam de um problema racional em que os problemas são identificados com precisão e, depois, cuidadosamente ligados a soluções otimizadas. A maior parte das políticas emergem duvidosamente, aos poucos a partir de uma complicada série de contratos e compromissos que refletem

as tendências, objetivos e necessidades de realce das agências estabelecidas, comunidades profissionais e políticos ambiciosos (WALKER, 1981, apud HANNIGAN, 1995, p. 68).

O autor considera que no plano político as questões ambientais ganham mais visibilidade, pois se aproximam mais da categorização de problema social, mas antes precisam da legitimação em vários seguimentos: meios de comunicação social, ciência e público. Essa rigidez pragmática para Bauman (2007) perdeu força considerando a maneira como as mudanças acontecem no espaço público nesta “Modernidade Líquida”, conceito de sociedade contemporânea proposto pelo autor, em que ele compara a mobilidade dos fluidos, como as características de fluir, escorrer, respingar, transbordar, vazar, inundar, borrifar, filtrar, entre outros, são “razões para considerar “fluidez” ou “liquidez” como metáforas adequadas quando queremos captar a natureza da presente fase, nova de muitas maneiras, na história da modernidade” (BAUMAN, 2007, p. 9). Esta visão atribui importância a valores como versatilidade e adaptabilidade ao caráter social afirmando que posicionamentos rigorosos e inflexíveis estão em desalinho com a sociedade moderna. Para Bauman (2007, p. 33):

O tipo de modernidade que era alvo, mas também o quadro cognitivo, da teoria crítica clássica, numa análise retrospectiva, parece muito diferente daquele que enquadra a vida das gerações de hoje. Ela parece “pesada” (contra a “leve” modernidade contemporânea); melhor ainda, “sólida” (e não “fluida”, “líquida” ou “liquefeita”); condensada (contra difusa ou “capilar”); e, finalmente, “sistêmica” (por ocasião a “em forma de rede”).

Hannigan (1995) afirma que os jornalistas veem a si próprios como voz neutra considerando a comprovação científica como o suporte suficiente para embasar uma matéria. Neste caso, o suporte da ciência é a objetivação do fato. Para Hannigan (1995), “o relato ambiental, a objetividade e o equilíbrio significam que os repórteres tentavam distanciar-se a si e aos seus leitores da luta para afetar uma mudança na consciência pública, em vez de se refugiarem no objetivismo da ciência” (HANNIGAN, 1995, p. 93). Porém, o autor destaca que a principal falha desta abordagem “é que poucos repórteres ambientais estão suficientemente bem informados para serem capazes de eficazmente avaliar a posição científica” (HANNIGAN, 1995, p.93). Este pensamento encontra respaldo em Traquina (2004) ao afirmar que a notícia “é uma construção social” e que “os jornalistas são participantes ativos na definição e construção das notícias, e, por consequência, da construção da realidade” (TRAQUINA, 2004, p. 26).

O jornalista que se propõe a escrever sobre jornalismo ambiental precisa entender o assunto e ter a sensibilidade de perceber outras formas de abordagem que não limitem a temática ambiental ao relato de catástrofes, à extinção de animais ou ao desmatamento. O meio ambiente está na mesa, no vestuário, nas salas refrigeradas, nos móveis, na luz, na economia (através da compra e venda desses itens), nas decisões políticas (no racionamento de luz), no clima, no tempo, nas nossas relações pessoais, profissionais e sociais. É contorno e preenchimento da vida. Está na rotina de todos independentemente da origem, características e valores desta coletividade. Esta noção mínima o jornalista que vai tratar do jornalismo ambiental deve ter e deve repassar para o público transformando o espaço numa oportunidade de causar mais envolvimento e “acordar para uma consciência ambiental e social”. Isso é jornalismo com função social, que tenha o objetivo de causar inquietude e interesse.

A notícia de cunho ambiental deve aproximar, questionar e fazer o público refletir sobre como o meio ambiente é uma realidade presente e onipresente no cotidiano. Esta visão pode ser compartilhada através do jornalismo ambiental, que deve se fortalecer como temática necessária para a sociedade, com jornalistas capacitados, com amplo entendimento sobre o assunto. O trabalho jornalístico é selecionar os fatos que vão virar notícias. Assim, para Eric Neveu (2006, p. 118):

Coletar informações e encontrar o ângulo não resultam magicamente no produto final. É preciso redigir, encontrar um plano ou uma montagem, encadear fatos, ideias, imagens. É aqui que entram as convenções da escrita do jornalismo, que estabelecem para cada tipo de matéria (editorial, reportagem, nota) uma verdadeira gramática.

A Rio 92, que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1992, foi uma conferência emblemática e que propiciou novas formas de cobertura da questão ambiental, permitindo uma perspectiva de preocupação global com implicações locais. Até 1992, não se tinha um agenda organizada e a falta de preparo jornalístico para lidar com o tema era flagrante (TRIGUEIRO, 2003). A partir daí, novos espaços foram constituídos com a apresentação e evidências, sobretudo, em alterações climáticas. Barros e Sousa (2010) denominam este novo panorama como uma *esfera pública verde ou ecosfera*, em que os problemas ambientais adquiriram uma dinâmica social com inclusão em agendas nacionais conectadas a problemas globais. Busca-se a ressignificação para a questão ecológica diante desse novo papel que está assumindo os últimos anos.

O meio ambiente tem ligações com outras esferas sociais e é plausível de ter mais desdobramentos proporcionadores de novos prismas, que contribuem para entender a própria

essência do ambientalismo. O poder político é um dos assuntos que pode colaborar para a emergência do tema ambiental. Desde que não se sobressaia e acabe esvaziando ou reduzindo o foco sobre o meio ambiente.

2.4.1 Breve história do Código Florestal Brasileiro

A mudança do Código Florestal Brasileiro não deve ser vista como uma exclusividade para ambientalistas, pesquisadores e especialistas em meio ambiente. Deve ser considerada como um assunto relevante para a sociedade e de interesse da humanidade por tratar dos recursos que sustentam a vida no planeta. A partir do momento em que se coloca em votação a redução das áreas de florestas, a impossibilidade do reflorestamento das áreas desmatadas para produção agrícola em prol dos lucros do agronegócio, desconsiderando a importância da biodiversidade, estamos lidando com a fragilidade do meio ambiente diante do âmbito econômico. Estudos na área ambiental indicam que a redução das florestas implica em alteração do regime de chuvas, por exemplo. Por isso a discussão do tema interessa a todos os brasileiros.

Dado o tema proposto pela pesquisa, é preciso abordá-lo em duas etapas. Vamos abordar a votação pela mudança do Código Florestal Brasileiro apresentada em matérias veiculadas no telejornal Jornal Nacional em março de 2012 até maio de 2013. Para isso, é preciso entender a evolução legislativa do meio ambiente para compreender melhor o processo na mídia, neste caso, no telejornalismo, representado pelo Jornal Nacional. Logo, começamos esclarecendo a diferença entre direitos humanos e fundamentais. Esses não são excludentes, mas têm sentidos diferenciados. Os direitos humanos estão relacionados aos direitos da esfera universal e são condicionados pela própria existência, enquanto os direitos fundamentais atingem o âmbito constitucional nacional e devem ser estabelecidos em um ordenamento jurídico (MENDES, 2006).

Em 1948, três anos após o fim da II Guerra Mundial (1937-1945), a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O texto afirma que:

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente essa Declaração, se esforce,

através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948)

Os direitos humanos estão divididos em três gerações: a primeira trata do direito à liberdade individual do ser humano aos direitos civis e aos direitos políticos; a segunda está relacionada à proteção dos trabalhadores e ao desenvolvimento social e a terceira trata dos direitos difusos (por exemplo, a conservação do meio ambiente, paz e desenvolvimento). Segundo Bobbio (2006, p.6), “o mais importante deles é aquele reivindicado pelos movimentos ambientais: o direito de viver num ambiente saudável”. Percebemos então a introdução do meio ambiente como uma necessidade indispensável para asseverar uma vida saudável ao homem, onde ele tenha as demais garantias universais asseguradas pelo Código Florestal Brasileiro como atributo ambiental, que pode ser incorporado como umas das premissas para o “direito à vida”, como consta no artigo III da referida Declaração. O documento foi composto por 26 princípios. O Princípio I declara que

O homem tem direito à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas a um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, tendo a solene obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE HUMANO, 1972).

Este fragmento do princípio I coloca o bem-estar ambiental como direito universal, e atribui à integridade do meio ambiente como um valor basilar para uma vida digna. A Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, também instituiu ao seu texto como princípio I da Constituição que “os seres humanos (...) têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza”. No Brasil, o direito ao meio ambiente foi determinado pelo artigo 225 da Constituição Brasileira estabelecendo que

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1998).

Essa noção de meio ambiente como direito humano fundamental está atrelado à interdependência entre processos ecológicos. Por exemplo, o desmatamento em um estado pode poluir o ar dos outros bem como a poluição gerada por um local pode atingir outros

lugares. Por isso é importante essa consideração do meio ambiente como direito humano fundamental para garantir um ambiente saudável.

A mudança do Código Florestal também é um processo político e normativo. Vamos apresentar resumidamente como é o processo legislativo e como foi a tramitação do Projeto de Lei da alteração do Código Florestal Brasileiro. O Processo Legislativo Brasileiro é a sequência dos atos realizados para a elaboração de normas jurídicas. É necessária a observação de regras particulares, como a iniciativa, o emendamento, a discussão, a votação, a participação do Presidente da República, em casos onde seja necessário, entre outras disposições. O processo está previsto em nossa Carta Magna, no artigo 59.

Como o Congresso Nacional é constituído pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dizemos que o sistema legislativo federal é bicameral, sendo que as duas casas recebem auxílio técnico do Tribunal de Contas da União (TCU), de modo que as leis elaboradas estejam ajustadas com a receita acumulada pelo poder público. A Câmara dos Deputados é representante direta do povo e o Senado Federal representa os estados. A elaboração das leis é um processo complexo formado por etapas obrigatórias que incluem discussão, votação, aprovação, sanção ou veto, promulgação e publicação.

O processo legislativo começa com um projeto de lei, em uma das casas, seja Câmara ou Senado, que será a casa iniciadora. O presidente da República, Supremo Tribunal Federal e tribunais superiores, procurador-geral da República, deputados e cidadãos, em geral, entram com seus projetos, obrigatoriamente, pela Câmara. Já os senadores e os membros da Assembleia Legislativa encaminham seus projetos ao Senado. Na casa iniciadora, o projeto passa por análise técnica, material e formal feita por uma das dezesseis comissões, se for na Câmara, e sete, se for no Senado. Depois, o projeto de lei é votado em plenário, e se rejeitado, é arquivado; se aprovado, vai para a casa revisora. Na casa revisora, se rejeitado, é arquivado. Se sofrer emendas, volta para a apreciação da casa iniciadora. Se aprovado, é enviado ao presidente da República para sanção ou veto.

Ao presidente cabe aprovar ou vetar total ou parcialmente (proibido o veto de palavras isoladas). O veto deve ser feito em até quinze dias e ser embasado juridicamente, mas este pode ser derrubado em até trinta dias pelo Congresso. Derrubado o veto, o projeto é encaminhado ao presidente para promulgação. Caso o presidente recuse-se a promulgar, o presidente do Senado poderá assinar em seu lugar.

A trajetória do Código Florestal começou em 1934 (Decreto nº 23.793, de 23-01-1934), a primeira legislação ambiental do país, que resultou de um anteprojeto elaborado por uma comissão cujo relator foi Luciano Pereira da Silva, procurador-jurídico do Serviço

Florestal do Brasil, autarquia criada em 1921 e subordinada ao então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em seu Capítulo I e que tratava das disposições preliminares, aquele diploma legal assim determinava:

Art. 1º - As florestas existentes no território nacional, consideradas em conjunto, constituem bem de interesse comum a todos os habitantes do país, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que as leis, em geral, e especialmente este Código, estabelecem.

Art. 2º - Aplicam-se os dispositivos deste Código assim às florestas como às demais formas de vegetação reconhecidas de utilidade às terras que revestem (BRASIL, 1934, capítulo I, Decreto n° 23.793).

Devido às imensas dificuldades verificadas para a efetiva implementação do Código Florestal de 1934, elaborou-se proposta para um novo diploma legal para normatizar adequadamente a proteção jurídica ao patrimônio florestal brasileiro. Após diversas alterações introduzidas no projeto, o “novo” Código Florestal, foi finalmente sancionado, em 15 de setembro de 1965, por meio da edição da Lei n° 4.771, informando-se, no caput de seu Artigo 1º, o que segue:

Art. 1º - As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.

§1º - As ações ou omissões contrárias às disposições deste Código na utilização e exploração das florestas são consideradas uso nocivo da propriedade, aplicando-se, para o caso, o procedimento sumário previsto no Artigo 275, inciso II, do Código de Processo Civil (BRASIL, 1965, Lei n° 4.771)

Segundo o Serviço Ambiental Brasileiro (2010), a floresta é “uma área medindo mais de 0,5 hectares com árvores maiores de 5 metros de altura e cobertura de copa superior a 10%, ou árvores capazes de alcançar estes parâmetros *in situ*. Isso não inclui terra que está predominantemente sob uso agrícola ou urbano”. O Serviço Florestal Brasileiro enquadra como floresta as tipologias de vegetação lenhosas que mais se aproximam da definição de florestas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO). No Brasil, as florestas são diferenciadas em categorias, conforme classificação do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, o IBGE (SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO, 2010). As florestas estão distribuídas desigualmente no mundo sendo mais concentradas na Rússia, região Amazônica e a América do Norte (ABDALA, 2007). Além das funções ambientais das florestas, como a regulação dos ciclos hidrográficos, essas são usadas com fins econômicos.

O Brasil é um dos países com maior diversidade biológica no mundo abrigando cerca de 20% de espécies do planeta. Isso implica oportunidades econômicas, como o

desenvolvimento de novos fármacos, mas também mais responsabilidade com a preservação ambiental (SILVA et al., 2011). O Brasil abriga seis biomas: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal. Bioma é um conjunto de “vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação [...] com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria”, o que não contempla, necessariamente, uma formação florestal (SERVIÇO AMBIENTAL BRASILEIRO, 2010, p. 34).

No Brasil, as áreas protegidas têm a finalidade de conservação da natureza e de valores culturais associados. Elas podem ser públicas ou privadas. As áreas protegidas públicas são divididas em terras indígenas e unidades de conservação. A Lei 9985/2000 institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. As áreas protegidas privadas ou particulares são estabelecidas pelo Código Florestal Brasileiro. Esta legislação dispõe, entre outros, sobre as áreas de reserva legal e as áreas de preservação permanente e regula o uso sobre detalhes de votação e aspectos ambientais de biomas em áreas privadas.

Após a explanação, seguem as principais datas relativas ao Código Florestal Brasileiro até 2012. Os dados do site do Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil.

1934 - presidente Humberto de Allencar Castello Branco sanciona a Lei Federal 4.771. O primeiro Código Florestal estabelece 50% de reserva legal na Amazônia e 20% no restante do país (artigo 16) e define a localização das áreas de preservação permanente (artigos 2 e 3).

1965 - surge o “novo” Código Florestal Brasileiro. O decreto número 23.793 determina que nenhum proprietário pode “abater” mais de $\frac{3}{4}$ da vegetação existente em seu imóvel (artigo 23).

1989 - Após enchentes devastadoras no Vale do Itajaí (SC), Congresso Nacional aprova Lei 7.803, que aumenta o tamanho das faixas de terra ao longo dos rios que não devem ser ocupadas, e determina a averbação da RL (Reserva Legal) na matrícula do imóvel para evitar a sua divisão.

1992 - Realização da ECO-92, no Rio de Janeiro.

1994 - O desmatamento na Amazônia atinge o maior índice da história, com mais de 29 mil quilômetros quadrados devastados no período.

1996 - O presidente Fernando Henrique Cardoso edita a Medida Provisória (MP) 1.511, aumentando a reserva legal nas áreas da Floresta Amazônica para 80% e reduzindo a reserva legal nas áreas do Cerrado dentro da Amazônia Legal para 35%.

1999 - Deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR) apresenta, em comissão mista do Congresso, relatório feito em parceria com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) para desfigurar o Código Florestal e ampliar o desmatamento legalizado em todos os biomas brasileiros.

1999-2000 - Dez/1999 a mar/2000, a Comissão Nacional do Meio Ambiente (Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente, órgão de representação democrática, com participação de diversos setores da sociedade) aprova novo texto do Código Florestal.

2001 - Presidente Fernando Henrique Cardoso reedita MP 1.511, agora pelo número 2.166, com base no texto aprovado pelo Conama.

2006 - Projeto de Lei (PL) do deputado Flexa Ribeiro (PSDB-PA), sob o número 6.424/05, inicia tramitação na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados.

2008 - Uma comissão especial é criada com a missão de juntar 11 projetos de lei para mudar o Código Florestal. A relatoria do projeto fica a cargo do deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), apoiado por uma maioria de ruralistas.

2009 (parte 1) - Deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), coordenador da Frente Parlamentar Agropecuária, apresenta novo PL 5.367/09 para criação de um Código Ambiental Brasileiro, de conteúdo altamente prejudicial para a política nacional de meio ambiente.

2009 (parte 2) - Outra comissão especial é criada com a missão de juntar onze projetos de lei para mudar o Código Florestal. O relato é delegado ao deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP), apoiado por uma maioria de ruralistas.

2010 (parte 1) - Março a maio: deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) realiza audiências públicas no Congresso e em cidades polos de produção agropecuária, em sua grande maioria organizada por sindicatos ou organizações alinhadas à Confederação Nacional da Agricultura.

2010 (parte 2) - Junho: deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) apresenta proposta desfigurando o Código Florestal.

2010 (parte 3) - Julho: proposta do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) é aprovada na Comissão Mista do Congresso.

2012 - promulgada a lei.

A seção sobre a elaboração de projeto de lei mostra justamente como foi a transição das mudanças propostas por ruralistas e ambientalistas. Esta votação foi marcada pela disputa entre os dois grupos que no decorrer das mudanças entre Câmara e Senado, reescreveram o texto conforme os interesses que representavam. Em 21 de maio de 2012, foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff, o novo Código Florestal Brasileiro, lei número 12.651. Porém, a questão continuou. Ambientalistas entenderam que a nova legislação atendia às reivindicações

dos ruralistas e começaram a questionar alguns pontos do novo texto. A campanha da sociedade civil chamada de "Veta, Dilma" tomou as ruas por um tema que há mais de dez anos tramitava no Congresso, mas que nunca teve tanta atenção. A presidente vetou nove pontos e seguiu para a publicação no Diário Oficial da União. Abaixo, os vetos da presidente Dilma Rousseff, publicados no Diário Oficial no dia 18 de outubro de 2012.

- a) No artigo 35, parágrafo 1º, Dilma vetou a permissão de plantio ou reflorestamento de áreas degradadas de Áreas de Proteção Permanente (APPs) com a monocultura de espécies frutíferas. Essa prática poderia comprometer a biodiversidade, segundo o governo;
- b) As regras da chamada “escadinha”, que prevê obrigações de recuperação maiores para grandes proprietários rurais. A presidente vetou o parágrafo 4º do artigo 61-A, justificando que "a redação adotada reduz a proteção mínima proposta originalmente e amplia excessivamente a área dos imóveis rurais alcançada pelo dispositivo, elevando o seu impacto ambiental e quebrando a lógica inicial do texto, que já contemplava adequadamente a diversidade da estrutura fundiária brasileira". Com isso, volta a valer a redação original, que exigia a recomposição de 20 metros em propriedades de quatro a dez módulos;
- c) Dilma vetou o parágrafo 9º do artigo 4º, que não considerava como Área de Proteção Permanente (APP), em zonas rurais ou urbanas, as várzeas (terreno às margens de rios, inundadas em época de cheia) fora dos limites previstos pelo artigo. A presidente alegou que "a leitura sistêmica do texto provoca dúvidas sobre o alcance deste dispositivo, podendo gerar controvérsia jurídica acerca da aplicação da norma";
- d) No artigo 15º, 4º parágrafo, o texto dispensava da recomposição de APP's os imóveis rurais que tivessem 50% de Reserva Legal em sua propriedade. O Executivo justificou como "uma limitação desarrazoada as regras de proteção ambiental, não encontrando abrigo no equilíbrio entre preservação ambiental e garantia das condições para o pleno desenvolvimento do potencial social e econômico dos imóveis rurais";
- e) Dilma também suspendeu o parágrafo 6º do artigo 59, que previa a implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA). O veto refere-se à imposição de prazo de vinte dias após inclusão no PRA para que eles promovam a regularização ambiental. A justificativa é de que “ao impor aos produtores rurais um prazo fatal de vinte dias para a adesão ao PRA, o dispositivo limita de forma injustificada a possibilidade de que eles promovam a regularização ambiental de seus imóveis rurais”. Segundo o decreto, os prazos deverão ter uma regulamentação específica;

- f) Mais à frente no artigo 61-A, parágrafo 13, inciso V, foi vetado a recomposição com plantio de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, nativas e exóticas, no caso dos imóveis em pequena propriedade ou posse rural familiar;
- g) Ainda no artigo 61-A, Dilma vetou o parágrafo 18 - que determinava que rios intermitentes de até dois metros deveriam ter recuperação de 5 metros para qualquer tamanho de propriedade – sob argumento de que a redução excessiva do limite mínimo de proteção ambiental “inviabiliza a sustentabilidade ambiental no meio rural”;
- h) Dilma vetou o artigo 61-B, inciso III, que abordava a exigência de reflorestamento aos proprietários rurais. Na prática, permitia ao proprietário reflorestar apenas 25% da área total de imóveis superior a quatro e até dez módulos fiscais;
- i) O único veto total do executivo foi para o artigo 83, que previa a revogação do antigo Código Florestal, da Lei nº 7.754/89, e suas alterações posteriores, e da Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. Segundo a presidente, “o artigo introduz a revogação de um dispositivo pertencente ao próprio diploma legal no qual está contido, violando os princípios de boa técnica legislativa e dificultando a compreensão exata do seu alcance”.

No dia 21 de janeiro de 2013, a Procuradoria Geral da República (PGR) no Supremo Tribunal Federal (STF) ingressou com três ações judiciais questionando a constitucionalidade de trechos do novo Código Florestal, sancionado em 2012 pela presidente Dilma Rousseff. O Ministério Público pretendia que o STF interpretasse os pontos específicos da legislação com base constitucional. Além disso, pediu a declaração de inconstitucionalidade de trinta e nove dispositivos da lei ambiental. Esses não são os nove itens alterados por Dilma na medida provisória aprovada pelo Congresso. Os vetos da presidente ainda não foram apreciados pelo Congresso.

O processo de votação do Código Florestal Brasileiro foi acompanhado pelo Jornal Nacional em 2012. A esfera política esteve presente durante todo o tempo da cobertura e foi determinante para os resultados da análise.

2.5 O domínio do jornalismo político

O início da plataforma jornalística está imbricado ao sistema político vigente, determinando assim a forma de fazer jornalismo de tevê vinculada à forma de fazer política. Já nesta origem percebemos o domínio e o poder exercido pela política no jornalismo. Vamos nos deter ao telejornalismo, que é o meio estudado nesta pesquisa. Torna-se fundamental traçar o paralelo entre política e telejornalismo para entender como foi o começo desta relação e como ela ainda permanece interferindo nos processos telejornalísticos. Conforme Mattos (2010, p. 31):

O golpe de 64 afetou diretamente os meios de comunicação de massa porque o sistema político e a situação socioeconômica do país foram totalmente modificados pela definição e adoção de um modelo econômico para o desenvolvimento nacional. O crescimento foi centrado na rápida industrialização, com tecnologia e capital externos, e baseado no tripé formado pelas empresas estatais, empresas privadas nacionais e corporações multinacionais. Os veículos de comunicação de massa, principalmente televisão, passaram a exercer o papel de difusores não apenas da ideologia do regime como também da produção de bens duráveis e não duráveis.

Conforme Marques de Melo (1975, p. 37), “o crescimento inicial da televisão, a partir de 1950, pode ser atribuído ao favoritismo político, o qual concedia licenças para exploração de canais sem um plano preestabelecido”. O perfil delineado nesta época permite verificar que a televisão teve a sua origem no Brasil atrelada a razões políticas sendo, desde o início, percebida pelos grupos sociais que comandavam o país, como uma forma promissora de alcançar o público.

Outro fator importante a destacar é o momento do país nesse período. Tinha sido concluído o ciclo econômico agrícola de exportação do café em 1930, vivia-se o período do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas e a indústria começava a apresentar sinais de prosperidade na economia brasileira, causando o aumento do êxodo rural. Conforme Mattos (2010, p.31), “a introdução da televisão no Brasil coincide com o começo de um importante período de mudanças na estrutura econômica, social e política”. Nesse contexto, podemos verificar que a televisão acompanhou este processo de mudança do modelo de trabalho, econômico, social e político ultrapassando apenas o papel de veículo de comunicação, mas sendo incumbido como instrumento social. Para Mattos (2010, p. 41):

O fato de que este veículo se beneficiou da situação social, política e econômica do regime militar pôde ser constatado pelo seu considerável desenvolvimento

tecnológico, quantitativo e qualitativo. De 1964 a 1985 o governo esteve envolvido com o desenvolvimento tecnológico e também com o conteúdo e a qualidade da programação televisiva, tendo criado as facilidades e as condições necessárias para que a televisão se desenvolvesse, sem deixar de interferir por meio de recomendações e sugestões oficiais, além de financiamentos específicos para a modernização dos veículos de comunicação.

Dessa forma, a televisão como instrumento social foi favorecida no seu desenvolvimento, inclusive, no processo de legislação, ações políticas e econômicas implementadas na época, mas que ainda permanecem. Esse estímulo contribuiu para a expansão da televisão no Brasil, além de fortalecer a ideia de que a tevê sempre foi vista como um forte aliado político e projetor econômico e não somente como mais uma maneira para comunicar a sociedade. Esta visão e esse uso que foi feito pelos poderes dominantes não podem ser desconsiderados no momento de entender o investimento tecnológico assim como o poder de alcance da televisão. Pensar que esta ascensão como veículo no país está restrita às características próprias, como a capacidade de compor uma informação audiovisual, é ignorar toda a conjuntura histórica do cenário que deu início a esta caminhada e que ajudou a impulsionar este crescimento da tevê no país. Segundo Mattos (2010, p. 50),

O rápido crescimento da televisão entre 1964 e 1985 foi o resultado direto e indireto das políticas adotadas pelo Regime Militar e a continuação desse crescimento até os dias atuais permanece como reflexo das ações oficiais em todos os setores. O governo é quem decide até o tipo de tecnologia a ser utilizada, observem-se os exemplos no que diz respeito às decisões de modelos tecnológicos implantados no país, como ocorreu com a escolha do sistema PAL-M de televisão a cores, ou como foi decidido e está sendo implantado o sistema de TV a cabo e a lei que regulamenta a operação de empresas que exploram a internet ou todo o processo de escolha da tecnologia da Televisão Digital adotada. Por isso, sem falarmos das decisões econômicas tomadas durante a última década do século passado, o processo de privatizações, o Plano Real e a abertura econômica cada vez maior, inclusive com a participação de capital estrangeiro nos meios de comunicação de massa o que, antes, era direito exclusivo de brasileiros assegurados por lei.

A televisão é a “mãe” da visibilidade. O poder de projeção disseminado pela tevê pode ser avaliado como garantia de visibilidade. Um dos temas que está internalizado na pauta jornalística brasileira, já que estamos tratando de Brasil, é a política. Essa comporta instituições governamentais, que normatizam e fazem vigorar o sistema social, que rege as relações que incidem direta ou indiretamente na vida das pessoas. No telejornalismo, a política tem espaço certo para mostrar ao público as atividades executadas pelos políticos, a ausência de ação, problemas de gestão, enfim, questões que tem a interferência das decisões políticas e que são de interesse social. Além de mostrar para os telespectadores este panorama, os políticos também se beneficiam dessa exposição, buscando formas de

transformar essa visibilidade num território para marcar iniciativas e movimentos ou num palanque onde as ideias de projetos podem ser citadas para serem conhecidas pelo público. Para Thompson (2012, p. 181-182):

Administração da visibilidade através da mídia é uma atividade perseguida não somente nos períodos intensivos de campanhas eleitorais: ela faz parte também da própria arte de governar. A condução de um governo exige um contínuo processo de tomada de decisões sobre o que, a quem e como se pode tornar público. A tarefa de tomar e executar estas decisões pode ser confiada em parte a uma equipe especializada de assessores, responsáveis pela administração da relação entre governo e mídia.

Thompson (2012) reforça que a visibilidade é uma estratégia antiga dos políticos, mas que a introdução dos meios de comunicação mudou as regras dessa prática. Logo, a aparição que antes era controlada e restrita a ambientes fechados passou a ser capturada pelas câmeras tornando essa ferramenta de aproximação do público não mais uma escolha individual, mas um meio de livre acesso e registro. É uma marca que demonstra a mudança da natureza da visibilidade e da relação com o poder. É o local onde as negociações são legitimadas pela marca da visibilidade.

É o espaço que vigia, critica e expõe ações e informações geradas por políticos, partidos e instituições do campo político. Mesmo estabelecendo pactos econômicos e ideológicos com determinadas instituições e sujeitos políticos, é nesse ambiente que prevalece a credibilidade. A instância que julga e tem o poder de propiciar visibilidade (WEBER, 2009, p. 87).

Outro aspecto abordado por Thompson (2012) é sobre as interações sociais e o impacto sofrido pelo padrão tradicional com o desenvolvimento dos meios de comunicação. Ele explica que durante o maior tempo da história da humanidade, as interações sociais ocorreram face a face. Com o advento dos meios de comunicação novas estruturas acabaram interferindo, mediando ou interagindo entre as partes envolvidas. Ele divide em três tipos de interação: “interação face a face”, que acontece “num contexto de copresença; os participantes estão imediatamente presentes e partilham um mesmo sistema referencial de espaço e de tempo” (THOMPSON, 2012, p. 120), a “interação mediada”, onde “implicam o uso de um meio técnico (papel, fios elétricos, ondas eletromagnéticas, etc.) que possibilitam a transmissão de informação e conteúdo simbólico para indivíduos situados remotamente no espaço, no tempo, ou em ambos (THOMPSON, 2012, p. 121) e a “quase-interação mediada”, que se refere às “relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa (livros,

jornais, rádio, televisão, etc.) que se dissemina através do espaço e do tempo” (THOMPSON, 2012, p. 122).

Nesta pesquisa, interessa a terceira modalidade já que inclui a televisão como meio condutor de mensagens ao público, uma mensagem monológica, que, segundo essa categoria, impossibilita o *feedback* do público, via televisão, onde os campos de interação estão dilatados no espaço e os participantes podem estar em contextos variados em características institucionais e estruturais. Ou seja, o ângulo selecionado para ser tratado com evidência sobre determinado assunto vai conduzir a forma de interpretação pelo telespectador que está impedido espacialmente e tecnologicamente de dialogar e divergir de forma simultânea ao que está sendo transmitido. Este viés é reforçado pelos atributos que formam o meio de comunicação televisão. Conforme Thompson (2012, p. 129):

Uma das conquistas técnicas da televisão é a sua capacidade de utilizar uma grande quantidade de deixas simbólicas, tanto de tipo auditivo quanto visual. Enquanto a maioria dos meios técnicos restringe a variedade de deixas simbólicas a um tipo de forma simbólica (a palavra falada ou escrita), a televisão tem uma riqueza simbólica com as características da interação face a face: os comunicadores podem ser vistos e ouvidos, movimentam-se através do tempo e do espaço da mesma forma que os participantes na interação social cotidiana e assim por diante.

Ressaltamos que a impossibilidade do *feedback* destacado na terceira modalidade foi superada pela introdução das novas mídias sociais, como já foi dito na parte em que tratamos sobre o telejornalismo e sobre o Jornal Nacional. Mesmo assim o modelo não é desconsiderado porque representa uma parte da trajetória da televisão e relação com a política. Essa conjuntura, que circunda a formação do jornalismo televisivo associado às características particulares do meio, propicia um ensejo favorável para o crescimento de interesses em torno dessa forma de fazer conteúdo social. Pode ser um lugar propício para tratar de assuntos que envolvam a dinâmica de funcionamento social, como a política, área que representa a organização e a ordenação através dos aparatos de governo e das lideranças instituídas através do voto da população, instrumento de eleição do regime democrático vigente do país. A televisão pode reforçar conceitos, destacar alguns feitos, reduzir a dimensão de outros, dar voz, vez, construir, destruir tornando-se uma peça central no jogo político. Segundo Becker (2010, online):

Na tevê são encenadas muitas das mais importantes dimensões da política contemporânea, mas também são promovidos conhecimentos sobre a realidade social. De fato, a televisão e os noticiários podem funcionar como instrumentos fundamentais da ampliação ou restrição do interesse público e da expressão de diferentes atores sociais. A narrativa dos atores dos telejornais é o resultado mais ou

menos ambíguo da interseção entre informação e desinformação, verdade de artifício, montagens ritualizadas e espontaneidade.

O jornalismo, nesse caso com ênfase no telejornalismo, reconfigura-se com os novos contextos sociais, políticos econômicos e culturais. A ideia de campo, elaborada pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2012), ajuda a entender essa perspectiva, pois ele considera que o campo não é totalizante e os limites entre esses são muito tênues. Segundo o sociólogo, “a teoria geral da economia dos campos permite descrever e definir a forma específica de que se revestem, em cada campo, os mecanismos e os conceitos gerais (capital, investimento, ganho) evitando assim todas as espécies de reducionismo” (BOURDIEU, 2012, p. 69). Ou seja, a limitação frágil dos contornos do campo não impede que internamente seja estabelecido o seu padrão dogmático teórico e prático.

Compreender a gênese social de um campo, e aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não-motivado os atos dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU, 2012, p. 69).

O campo é um espaço social onde demandas internas e externas disputam esse lugar, ou seja, os indivíduos ocupam posições e estreitam relações devido a esses arranjos, que são definidas por regras. O campo não é a estrutura, é o local onde acontece o embate entre os agentes. Os agentes internos buscam a legitimação dentro do campo e os indivíduos podem mudar de posição para conquistar referência dentro do campo ao qual pertencem.

Essa legitimação é chamada de capital que pode ser dividido em capital social, cultural, econômico e simbólico. O campo não existe como realidade social, pois é um instrumento para entender um objeto. Por isso, ele fala que os agentes tem que ter um *habitus* definido. O *habitus* é uma palavra de origem latina, que está relacionada a disposições. Ele ressignifica e recontextualiza os agentes que estão disputando relações de poder dentro do campo. Para Bourdieu (2012, p. 61), “o *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural”. Logo, podemos ver que o *habitus* para acontecer precisa de um campo. Só se expressa no campo. É um local cercado por normas específicas, mas que não isola o campo e nem o torna impermeável diante dos demais.

O *habitus* se expressa de forma definida, onde está bem clara a posição, os instrumentos e as regras do jogo.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 2012, p. 11).

A comunicação é o grande campo que contempla diferentes espaços onde ocorrem embates causados por razões que individualizam e sustentam a existência de cada campo. Essas forças mudam de domínio. Nessa ótica o campo do jornalismo é o instrumento para entender a realidade social assim como ressignificá-lo e recontextualizá-lo como propõe o conceito de *habitus*. Assim, o campo jornalístico apresenta disputa entre fatores internos e externos. Representando os fatores internos podemos mencionar a cultura da redação e a formação dos profissionais. Quanto aos fatores externos, consideramos a cultura da empresa e os interesses de outros setores. A relação de confronto, que alterna o a situação de poder através do predomínio das decisões, interfere na constituição do conteúdo jornalístico que vai ser repassado ao público. Seguindo esta linha, o jornalismo ambiental é o capital já que incorpora os aspectos social, cultural, econômico e simbólico. Esse capital busca legitimação dentro deste campo, no caso jornalístico, consolidando o local onde ocorrem os conflitos por poder dentro da estrutura, dessa estrutura maior que é o campo da comunicação. O campo jornalístico, a comunicação e o jornalismo ambiental podem ser considerados dentro das noções de Bourdieu, “os instrumentos estruturados estruturantes”, que causam tensionamento, cruzamento e diálogo entre os representantes de cada campo, dentro deste campo global, que é do da Comunicação.

O campo político, o capital simbólico denominado por Bourdieu (2012, p. 132), é representado pela “acumulação do prestígio, reconhecimento e respeito atribuído a certos produtores ou instituições”. Essas categorizações internas atribuídas e legitimadas pela força do campo têm a capacidade de interferir nas ações e criar acontecimentos através de expressões simbólicas. Este é o poder simbólico. Para Bourdieu (2012, p.15):

O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder, só se pode passar para além da alternativa de modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de força e dos modelos cibernéticos que fazem das relações de

comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico.

O telejornalismo e a política estabeleceram desde o começo uma relação de proximidade e cumplicidade no decorrer da construção das duas esferas diante e dentro da sociedade. O jornalismo televisivo, através dos recursos que o individualizam, ocupa um lugar central na história dos meios de comunicação.

2.6 Valores-notícias e as fontes

Cada dia é uma “usina” de pautas para o jornalismo. Os fatos e os acontecimentos são realidades do cotidiano detectadas pelos jornalistas para serem alçadas, ou não, à categoria de notícia. Neste sentido, devemos contemplar a responsabilidade da profissão de jornalista para designar o que deve ser promovido à condição de notícia. Além dos fatores editoriais, empresariais, institucionais, e alegorias externas ao processo, mas que incidem na construção noticiosa, o jornalista tem uma tarefa que também é decisiva na constituição do todo.

Para Traquina (2004), a prática do jornalismo possui em sua deontologia valores como credibilidade, liberdade de imprensa, autonomia dos profissionais, verdade e objetividade que estão presentes quando se faz necessário definir o que é notícia e como determinado acontecimento deve ser coberto. Neste caso, podemos dizer que o jornalista seria o *gatekeeper*, de Davi Manning White (1950), atuando como umas das etapas da passagem de um tema para o “*status*” de notícia.

Na teoria, o processo da informação é concebido como uma série de escolhas onde o fluxo de notícias tem de passar por diversos *gates*, isto é, “portões”, que são mais do que área de decisão em relação às quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não (TRAQUINA, 2001, p. 69).

A seleção de notícias segue uma espécie de mapeamento que pontua aspectos que habilitam um tema a ser destacado como notícia. São os critérios de noticiabilidade.

Os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia, isto, é, de ser julgado como merecedor de ser transformado em matéria noticiável e, por isso, possuindo “valor-notícia” (newsworthiness”) (TRAQUINA, 2008, p. 63).

Nesse conceito, Traquina (2008) traz a noção de valor-notícia, onde podemos entendê-lo como uma “membrana”, que comporta conhecimentos e padrões, e reveste um assunto com o bônus da referência para a consolidação desse como notícia.

Os valores-notícia são critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo de produção, isto é, não estão presentes só na relação de seleção de notícias, mas participam de todas as operações anteriores e posteriores à escolha, embora com um relevo diferente em cada situação. Eles são dinâmicos, ou seja, mudam em função de aspectos culturais, sociológicos e das tecnologias (VIZEU, 2007, p. 27).

Conforme Wolf (1999, p. 179), “os valores-notícia derivam de pressupostos implícitos ou de considerações relativas: às características substantivas das notícias; ao seu conteúdo; à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo; ao público; à concorrência”. Ou seja, os valores-notícia são versáteis e adequam-se conforme as etapas do processo produtivo. O autor também considera a incorporação dos critérios de noticiabilidade fundamentais e devem fazer parte desse olhar estratégico do jornalista, como integrante das práticas produtivas.

A noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os aparatos de informação enfrentam a tarefa de escolher cotidianamente, de um número imprevisível e indefinido de acontecimentos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias (WOLF, 2008, p. 196).

Vizeu (2005) vai além e classifica os valores-notícia como um item dos critérios de noticiabilidade.

Definida a noticiabilidade como o conjunto de elementos com os quais as empresas jornalísticas controlam e produzem a quantidade de fatos, entre os quais vai selecionar as notícias, podemos definir os valores-notícia como um componente da noticiabilidade. A combinação deles vai ajudar o jornalista a definir quais os fatos que são suficientemente interessantes, significativos e relevantes para serem transformados em notícia (VIZEU, 2005, p. 26).

Os valores-notícia indicam a capacidade de um fato virar notícia. Ou seja, funciona como uma medida dentro de uma escala que aponta que um tema passou no “teste” e está apto a ser “apresentado” ao público.

Conforme Franciscato (2002) os valores informativos, valores noticiosos ou valores notícias referem-se, tradicionalmente, a qualidades intrínsecas de um acontecimento, fazendo parte dos elementos escolhidos pelos critérios de noticiabilidade para determinar a relevância dos acontecimentos. Silva (2005), no entanto, ressalta que a ação de seleção é intrínseca a

todo o processo de denominação dos critérios de noticiabilidade e não restrita somente às instâncias demarcadas pelos valores-notícias.

Para Wolf (1999), os valores-notícias fazem parte da seleção dos acontecimentos com potencial para serem noticiados. Os valores-notícias são, ainda, essenciais na socialização profissional e na prática ideológica dos jornalistas (HALL et al., 1993, apud Wolf, 1999), podendo ser vistos como “mapas culturais” que formam um código particular de entendimento do mundo (SILVA, 2005) e que orientará o trabalho desses profissionais no seu cotidiano. Tais valores indicam parâmetros para compreender a realidade retratada pelo jornalismo.

Para esta pesquisa vamos trabalhar com os valores-notícia substantivos de seleção, de acordo com Mauro Wolf (2005) e seguido por Nelson Traquina (2008), por serem estes que apontam as características próprias do fato, e também os valores-notícia de construção, sugeridos por Traquina (2008), que partem dos estudos de Ericson, Baranek e Chan (1987) e Galtung e Ruge (1965). Wolf (2005) explica que os valores-notícia são parte integrante de todo o processo de produção jornalística, incluindo a seleção dos acontecimentos e a elaboração das notícias. Dentro dessa perspectiva, Wolf (2005) definiu a separação entre valores-notícia de seleção e valores-notícia de construção.

Os valores-notícia de seleção são os critérios usados pelo jornalismo para escolher um acontecimento em detrimento de outro para ser transformado em notícia. Esses se dividem em critérios substantivos, que designam a importância de um assunto para virar notícia, e critérios contextuais, que enfatizam o contexto de produção noticiosa. Os valores-notícia como critério de construção são atributos da sua constituição como notícia e orientam para a apresentação do conteúdo propondo o que merece ser destacado ou suprimido, ou seja, aponta o que deve ser valorizado na composição noticiosa. Seguindo Wolf (2005), Traquina (2008) evidencia os valores-notícia dividindo entre critérios de seleção e construção.

Nos critérios substantivos de seleção, o autor destaca que a morte é um valor fundamental para a comunidade jornalística; a notoriedade, isto é, a celebridade ou a importância hierárquica dos indivíduos envolvidos no acontecimento tem valor como notícia; a proximidade, em termos geográficos ou culturais; a relevância, relacionada ao impacto que determinada notícia tem na vida das pessoas; o tempo, na forma de atualidade, podendo ser retomado como gancho ou como data específica para retomar um acontecimento do passado (efeméride), e quando um assunto ganha noticiabilidade e assim permanece com o passar do tempo; a notabilidade, a qualidade de ser visível ou tangível expressa em questões como a quantidade de pessoas envolvidas, a anormalidade do acontecimento, o insólito, a falha (a

exemplo dos acidentes), o excesso, a escassez; o inesperado, o que surpreende as expectativas dos jornalistas; o conflito ou a controvérsia, a violência física ou simbólica, a infração, a transgressão das regras (notícias sobre crimes) e que está ligado ao escândalo, acontecimento que é ponto crucial para os jornalistas.

Os critérios de construção de notícia são a simplificação (quanto mais simples, maior a chance de ser notícia), a amplificação (quanto maior a dimensão, maior a possibilidade de notabilidade), a relevância (quanto mais sentido, mais chance de notabilidade), a personalização (quanto mais focado em pessoas, maior a oportunidade de a notícia ser vista) e a dramatização (reforço de aspectos de natureza emocional ou conflitual).

Para este trabalho, nos interessa verificar como os critérios de noticiabilidade se relacionam ao uso das fontes de informação e quais são as mais utilizadas no corpus selecionado.

As fontes são materiais indispensáveis para a construção da notícia. Elas certificam, esclarecem e agregam pontos de vista que ajudam na compreensão da matéria. Wolf (2005) assinala que as fontes não são igualmente importantes e que o acesso aos jornalistas é disforme. Erbolato (1985) classifica como fontes qualquer pessoa que preste informação ao jornalista, agência de notícias, sucursais do interior e do exterior, agências de variedades, informantes, correspondentes, entidades públicas e privadas, sindicatos e associações, assessorias de imprensa governamentais e privadas, os amigos do pessoal e do jornal e os voluntários (pessoas que sugerem). Wolf (2005) explica que há uma diferença entre pessoas e agências, classificando as primeiras como fontes verdadeiras ou primárias, pois se distinguem das agências noticiosas que fornecem produtos gerados por jornalistas. Logo, há uma classificação nas fontes jornalísticas.

As possíveis classificações das fontes são muito diferentes, conforme o parâmetro a que se faz referência: por exemplo, podem-se distinguir as fontes institucionais das oficiosas, ou as estáveis, opostas as fontes provisórias; uma categorização diferente separa as fontes ativas das passivas, conforme o grau de uso e o tipo de relações que se instituiu entre fonte e aparato de informação. Fontes centrais, territoriais e fontes de fase são categorias definidas não apenas pela localização espacial dessas fontes, mas também pelo tipo de utilização que se faz em relação à relevância e à noticiabilidade dos acontecimentos (WOLF, 2005, p. 234).

Sendo o jornalismo um campo fundamental na produção e reprodução da vida social, torna-se necessário, considerar que o saber do jornalismo também é construído pelas fontes. As notícias, como já vimos nesta pesquisa, resultam de processos complexos de interação, mas há limites na sua produção, por isso, cada vez mais as fontes fornecem conteúdos prontos

para uso. Segundo Harvey Molotch e Marilyn Lester (1974), mesmo quando os jornalistas (*news assemblers*) produzem as notícias, são pressionados pelas fontes (*news promoters*) a alterar o enfoque ou aceitar as notícias produzidas por elas. Aliás, “os promotores de notícias” passaram a interferir de forma decisiva no processo jornalístico, sendo também produtores ostensivos de conteúdos com qualidade de notícias, garantindo os seus espaços nos processos jornalísticos. “Pensam, agem e dizem pelo que noticiam, exercitando aptidões que lhes garantem espaço próprio nos processos jornalísticos”, diz Manuel Carlos Chaparro (2010, p.19). A isso, o autor chama de “revolução das fontes”, pois se atribui a elas o poder e a capacidade de criar acontecimentos públicos. Elas partem das práticas e dos critérios dos jornalistas que produzem conteúdos que atendem aos requisitos que tornam um acontecimento uma notícia irrecusável. Lorenzo Gomis (2004) também confirma que “os interessados produzem e fornecem os fatos” estabelecendo uma negociação de interesses e deslocando o jornalismo para o papel de mediador entre quem “produz a notícia” e o público, devido aos custos para obter a informação. Jorge Duarte (2010) explica que este fenômeno deve-se à redução das redações, ao uso habitual dos serviços de agências de notícias, à proliferação de assessorias e agências de comunicação e à capacitação dos porta-vozes no relacionamento com a mídia. A notícia que resulta das fontes tem interesse em promover e divulgar certos fatos. Conforme Rogério Santos (1997), elas passaram a trabalhar com os critérios dos jornalistas, além de manter uma permanente disponibilidade, enviando à mídia conteúdos genuinamente jornalísticos para alcançar a divulgação de seus fatos.

Para esse trabalho, nos interessa a proposta de Lage (2011), que divide as fontes em oficiais, oficiosas e independentes, primárias e secundárias, testemunhos e experts. As fontes oficiais são mantidas pelo Estado e por instituições que preservam algum poder de Estado, por empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações etc. As fontes oficiosas são aquelas ligadas a uma entidade ou indivíduo, e estão autorizadas a falar em nome do órgão a qual estão vinculadas. As fontes independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso. Das três, as fontes oficiais são tidas como as mais confiáveis. Segundo o autor, não costumam ser mencionadas e os dados divulgados não são questionados.

O testemunho é normalmente composto por pessoas que viram, testemunharam um fato de forma integral ou participaram de etapas (por exemplo, uma guerra onde uma testemunha não precisa ter presenciado todo o conflito se acompanhou uma parte, já pode ser ouvida). De modo geral, o testemunho mais confiável é imediato. *Experts* são geralmente fontes secundárias que relatam versões ou interpretações de eventos. Alguns *experts* têm

treinamento em didatizar assuntos. É conveniente variar os especialistas que são entrevistados.

Segundo Lage (2011), uma das formas dos assessores de imprensa favorecer a abordagem para o seu cliente é indicar *experts* “sempre simpáticos e disponíveis”, que concederão informações convenientes à assessoria. As fontes primárias são consultadas para colher o essencial para fazer uma matéria. Fornecem fatos, versões e números. Já as fontes secundárias são consultadas para entender um assunto e em contextos ambientais

As fontes integram o fazer jornalístico. Impossível conceber uma matéria sem fontes comprovando, afirmando, contrariando, mas acima de tudo, enriquecendo o conteúdo noticioso assim como propondo material para ser transformado em notícia. Logo, fazem parte das rotinas de produção, das relações com os jornalistas, da forma como estabelecem o acesso da comunidade jornalística a ela. Cabe aos profissionais conduzirem esse contato de forma que não acentue a proximidade e nem se estabeleça um distanciamento que dificulte o trabalho de obter declarações.

Para esclarecer sobre a metodologia adotada na análise do material selecionado o próximo capítulo aborda o método da análise de conteúdo.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho, o método de análise de conteúdo (AC) torna-se adequado para identificar os valores-notícia de seleção e de construção mais presentes nas categorias estabelecidas nas matérias do Jornal Nacional e verificar as fontes mais usadas.

3.1 Análise de Conteúdo (AC)

A AC é um método que surgiu associado à pesquisa de textos midiáticos, principalmente jornalísticos e publicitários, no século XX, nos Estados Unidos, sobre a perspectiva da sociologia funcionalista. É um dos métodos mais eficientes para detectar “tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamento” (HERSCOVITZ, 2008, p. 123). Segundo a autora, a AC também é utilizada para analisar a frequência em que situações, pessoas e lugares aparecem na mídia para comparar o conteúdo. O método é pertinente na realização deste trabalho, já que trata da análise dos critérios de noticiabilidade das matérias do Jornal Nacional. Ou seja, será feita a análise das mensagens cumprindo requisitos de sistematicidade de confiabilidade (FONSECA JÚNIOR, 2009).

Segundo Bardin (1997), a AC é dividida em três fases: pré-análise; exploração de materiais; tratamento dos resultados; inferência e interpretação. A primeira é a de organização e preparação para a análise dos dados, em que é possível a formulação de hipóteses, objetivos, elaboração de objetivos e de indicadores que fundamentem a interpretação final. A segunda fase, exploratória, envolve a prática da pesquisa, a administração das decisões tomadas na anterior. Na terceira fase, os resultados passam por tratamento e são mais bem visualizados e compreendidos. Uma vez disponíveis, o pesquisador pode propor inferências e fazer interpretações conforme os seus objetivos. De acordo com Bauer (2008), as *unidades de amostragem* são fisicamente definidas. Por exemplo, uma notícia de tevê. As unidades de registro estão contidas nas unidades de amostragem, como por exemplo, uma reportagem dentro de um telejornal. No caso deste trabalho, as unidades de amostragem são as 13 matérias do corpus. Já as unidades de registro são os textos das reportagens. Logo, vamos

estabelecer as categorias e verificar os valores-notícia (quais valores-notícia estão presentes no texto) e as fontes mais utilizadas.

Na segunda metade do século, XX, Bardin (2010), percebeu que as descrições quantitativas do material possibilitam a análise qualitativa baseada na inferência, atribuindo um caráter híbrido ao método. É o que reforça Herscovitz (2007) quando afirma que “a característica híbrida da análise de conteúdo – pode ser vista como um método que reúne elementos quantitativos e qualitativos” (HERSCOVITZ, 2007, p. 125). Bauer (2010) também destaca as vantagens da compilação entre análise qualitativa e quantitativa num mesmo método e acrescenta que a aplicação permite fazer inferências no material através de técnicas sistemáticas, claras e replicáveis.

A validade da AC deve ser julgada não por uma “leitura verdadeira” do texto, mas em termos de sua fundamentação os materiais pesquisados e sua congruência com a teoria do pesquisador, e a luz do seu objetivo de pesquisa. Um corpus de texto oferece diferentes leituras, dependendo dos vieses que ele contém. A AC não é exceção; contudo, ela traça um meio caminho entre a leitura singular verídica e o “vale tudo”, e é, em última análise, uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social (BAUER, 2007, p. 191).

Assim, o pesquisador pode oscilar para os dois lados, análise qualitativa quantitativa, conforme o interesse. Desta forma, organizamos uma forma de dar coerência ao corpus através da definição em três formatos baseados nos gêneros do telejornalismo. A partir deste “passo inicial”, verificamos o tempo de duração, data de exibição e retranca da matéria para visualizar com mais clareza o material examinado. Essa é a representação das unidades de análise. Os formatos jornalísticos são:

- a) Reportagem: é o texto lido no estúdio pelo apresentador do telejornal (cabeça) seguido de VT (material editado composto por no mínimo dois desses três elementos- off/sonora/passagem).
- b) Nota coberta: quando os âncoras leem texto enquanto é coberto por imagens.
- c) Nota simples (pelada): quando o apresentador lê a notícia sem ter imagem ficando em quadro o tempo todo.

Para organizar a análise, categorizamos o material coletado, ou seja, as unidades de análise, em questões políticas e questões ambientais. Nessas duas questões, estão inseridos os itens manifestações, visibilidade e abordagem, nos quais verificamos os valores-notícia de seleção, os valores-notícia de construção e as fontes que mais aparecem.

Antes de apresentar a análise das reportagens fazemos uma breve recuperação do Código Florestal Brasileiro para que o(a) leitor(a) desta dissertação compreenda a sua importância no cenário nacional, em especial, para a **sustentabilidade**.

4 O CÓDIGO FLORESTAL NO JORNAL NACIONAL: OS VALORES-NOTÍCIA E AS FONTES

O corpus desta pesquisa contempla 13 matérias exibidas de março de 2012 até maio de 2013. Como são matérias que tratam do processo de votação do Código Florestal Brasileiro e o tema reúne meio ambiente e política, decidimos classificar a análise em duas categorias: questões ambientais e questões políticas. A definição pelas categorias deve-se ao fato do tema da dissertação trazer esses dois assuntos como ponto de divergência. Logo colocá-los como questões separadas e analisar individualmente cada uma pode trazer observações relevantes sobre a linha editorial selecionada pelo Jornal Nacional. Em cada uma, vamos examinar três tópicos: manifestação, visibilidade e abordagem. A manifestação é o contexto em que o tema foi mostrado. Avaliamos neste item a situação, o posicionamento das fontes, o andamento da questão. Já na visibilidade observamos o que mais se destacou na notícia. Atentamos para quem, o quê, porque e como pessoas e/ou fatos atraíram a visibilidade. E a abordagem indica a condução da matéria a partir da percepção do enfoque que foi priorizado. Consideramos que com essas duas categorias e as três estratificações é possível perceber as diferenças e as perspectivas ambientais e políticas presentes na questão.

Quando algum dos tópicos não for contemplado nos valores-notícias colocaremos um traço que indica nulo. Além disso, vamos constatar quais são as fontes mais utilizadas, mais ouvidas pelo Jornal Nacional para tratar do tema. Assim, traçamos um caminho para entender como esses valores-notícias e as fontes escolhidas contribuíram para elaborar as notícias sobre o Código Florestal Brasileiro. Segue o quadro com o corpus completo.

Quadro 1 – Matérias exibidas sobre o Código Florestal Brasileiro pelo Jornal Nacional em 2012

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
Votação do CFB é suspensa após reclamações do PMDB.	06/03/2012	1'38"	Reportagem
Ambientalistas protestam contra a votação do novo CFB	07/03/2012	1'40'	Reportagem
Relatório final do novo Código Florestal Brasileiro é apresentado em Brasília	19/04/2012	31"	<i>Off vivo</i>
Governo anuncia 12 vetos ao novo CFB	25/05/2012	2'16"	Reportagem

Continua.

Conclusão.

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
Governo divulga modificações feitas pela presidente no CFB	28/05/2012	2'07"	Reportagem
Relato da MP do novo CFB apresenta parecer com mudanças	11/07/2012	1'29"	Reportagem
Comissão do Congresso aprova texto principal da MP do Código Florestal	12/07/2012	2'03"	Reportagem
Comissão mista do Congresso chega a um acordo sobre a MP do Código	29/08/2012	30"	Nota simples
Dilma Rousseff cobra ministras a respeito de acordo sobre novo CFB	30/08/2012	1'03"	Nota coberta
Câmara aprova novo CFB- o governo teve que ceder e fechar acordo com a bancada ruralista para conseguir votar a MP	19/09/2012	1'49"	Reportagem
Senado aprova MP sobre o CFB	25/09/2012	1'19"	Reportagem
Dilma sanciona medida provisória do CFB	17/10/2012	33"	Nota simples
Oposição vai recorrer ao STF para anular vetos de Dilma ao texto do CFB	18/10/2012	02'04"	Reportagem

Fonte: elaborado pela autora.

Segue o modelo do quadro de transcrição das matérias analisadas e dos valores-notícia de seleção e de construção.

Quadro 2 – Transcrição da primeira análise

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
VOTAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL É SUSPensa APÓS RECLAMAÇÕES DO PMDB	06/03/2012	1'38"	REPORTAGEM
APRESENTADOR WILLIAN BONNER	O governo foi obrigado a suspender a votação do projeto do Código Florestal, que estava prevista para hoje na Câmara, e o motivo foi um risco de uma rebelião de um partido aliado, mas muito insatisfeito: o PMDB.		
OFF1	Os PMDBistas entregaram ao presidente da República em exercício, Michel Temer, que é do PMDB, um manifesto assinado por 53 deputados do Partido. De olho nas eleições para prefeito, exigem um tratamento igual ao dado pelo Governo aos petistas.		

Continua.

Conclusão.

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
SONORA SENADOR DANILO FORTE PMDB-CE			Com toda a experiência, com toda a história que o Partido tem, nós não temos um papel de protagonista no cenário nacional.
OFF 2			O líder de governo na Câmara, que é do PT, procurou minimizar a disputa com os PMDBistas.
SONORA DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA PT-SP			É uma questão interna do PMDB não tem nenhum impacto aqui na Câmara. Zero.
PASSAGEM JULIO MOSQUÉRA / BRASÍLIA			Mas a disputa por poder entre PMDB e PT, contaminou a votação do Código Florestal. Os ruralistas aproveitaram o momento de confronto, para buscarem apoio contra as terras destinadas à agricultura mesmo em áreas de proteção ambiental. E os ambientalistas, voltaram a pedir que a votação do Código Florestal seja adiada por tempo indeterminado.
OFF3			Com receio de perder toda a negociação feita ao longo de um ano, o Governo remarcou a votação do projeto do Código Florestal para a semana que vem.
SONORA IDELI SALVATTI MINISTRAS DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS			Nós gostaríamos que fundamentalmente aquilo que foi construído que levou um bom tempo, que exigiu muito empenho das duas casas tanto do Senado quanto da Câmara pudesse ter o texto aprovado.

Fonte: elaborado pela autora.

A primeira reportagem foi exibida no dia 6 de março, com o título de **Votação do CFB é suspensa após reclamações do PMDB**, com duração de 1'38". As questões políticas e as ambientais foram percebidas no texto e nas imagens, que ficaram restritos ao Congresso Nacional. Nesta matéria, ficou clara a proeminência da questão política sobre a questão ambiental. O embate entre os dois partidos políticos mais poderosos e tradicionais do Brasil (PT e PMDB) suspendeu a votação do Código Florestal. O PMDB, insatisfeito com o tratamento recebido pelo PT, ou se considerando desprestigiado em aspectos internos que não ficaram nítidos na matéria, que citou somente que o PMDB estava de "olho" das eleições municipais de São Paulo, acabou usando o momento para conseguir atingir os seus interesses. Ou seja, a votação do Código passou a ser um instrumento de interesse político, o que

demonstrou a pouca importância que teve perante os parlamentares. Os ruralistas tentaram aumentar a extensão das áreas para plantio, mesmo que já estivesse evidente que estavam sob proteção, e ambientalistas buscavam prorrogar o prazo de votação, já que deveriam ter percebido que faltava atenção à questão ambiental presente no ato de mudança da legislação ambiental.

Os *valores-notícia de seleção* nas questões ambientais verificados foram o insólito e a falha, no sentido de que houve uma escassez do enfoque sobre a votação, e o tempo como efeméride, já que explicou que a votação foi adiada, mas que voltaria a ser retomada. Consideramos também o *valor-notícia de seleção* infração, uma vez que um processo de votos foi suspenso por motivos (disputa por interesses que colocou a votação numa posição de inferioridade e desprestígio) inconsistentes para desautorizar uma votação.

Já nos *valores-notícia de construção*, destacamos o de simplificação da questão ambiental, que teve a votação suspensa, ou seja, perdeu o valor diante do impasse partidário, o que expressou a pouca importância delegada ao protejo ambiental. O tratamento dispensado pelos parlamentares à votação colocou como uma questão secundária diante do confronto político.

Em relação às questões políticas, a reportagem carregou esta essência de conflito na esfera política e que acabou diminuindo a questão ambiental. Neste caso, percebemos o *valor-notícia de seleção* conflito ou controvérsia presente no setor político, na divergência entre PMDB e PT, interferindo no andamento da votação da legislação ambiental. O valor-notícia de notoriedade pode ser identificado na importância dos indivíduos envolvidos, deputados federais e senadores, ou seja, representantes eleitos pela população, no acontecimento (aprovação da legislação ambiental). O período de resolução, isto é, a definição da data para a votação, ficou em aberto direcionando para o valor-notícia de tempo (efeméride), ou seja, continuidade.

Os *valores-notícia de construção* em evidência nas questões políticas foram o de amplificação, que ganhou dimensão dentro da esfera política através do embate partidário (PT e PMDB) e interferiu na aprovação do Código Florestal, o de personalização marcada nas figuras políticas que discutiram o teor do novo Código e o de dramatização, presente no reforço de aspectos conflitantes, como o duelo partidário protagonizado por PT e PMDB. Quanto ao uso de fontes, destacaram-se três fontes primárias, oficiais e testemunhos. Segue o quadro com os valores-notícia de seleção e de construção desta reportagem e o quadro da transcrição da próxima análise.

Quadro 3 – Valores-notícia de seleção e de construção da primeira análise

Reportagem 1	Questões Ambientais		Questões Políticas	
	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção
Manifestação	Infração	_____	Conflito ou controvérsia	Dramatização
Visibilidade	Insólito, falha	_____	Notoriedade	Personalização
Abordagem	Tempo (efeméride)	Simplificação	Tempo (efeméride)	Amplificação

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 4 – Transcrição da segunda análise

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
AMBIENTALISTAS PROTESTAM CONTRA A VOTAÇÃO DO NOVO CFB	07/03/2012	1'40"	REPORTAGEM
APRESENTADORA PATRÍCIA POETA	A insatisfação dos aliados do Governo ameaça emperrar a votação do Código Florestal por tempo indeterminado.		
APRESENTADOR WILIAM BONNER	Em meio a esse impasse todo, os ambientalistas aproveitaram para fazer um protesto em Brasília.		
OFF 1	Ambientalistas usaram redes e até uma prancha de <i>surf</i> para protestar em frente ao Congresso contra a votação do novo Código Florestal.		
PASSAGEM JÚLIO MÓSQUERA BRASÍLIA	A presidente Dilma Rousseff defende o projeto aprovado no Senado e gostaria de vê-lo votado na Câmara o quanto antes. Mas como não há consenso nem entre os deputados governistas, a presidente mandou um recado: admite adiar por tempo indeterminado a aprovação do novo Código Florestal se houver riscos de retrocessos.		

Continua.

Conclusão.

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
OFF 2	A maior pressão é de deputados ruralistas que não aceitam recuperar as áreas de proteção ambiental já ocupadas pela produção de alimentos. O projeto do Senado obriga a recomposição de 15 a 100 metros de mata à beira dos rios para livrar o produtor rural da multa ambiental. O relator do projeto na Câmara, Paulo Piau, quer um mecanismo para negociar exceções.		
SONORA 1 DEP. PAULO PIAU, PMDB-MG RELATOR	Que a gente jogue a responsabilidade aos estados e aos municípios para que realmente a coisa seja decidida de acordo com a especificidade local.		
OFF 3	A votação do projeto no plenário da Câmara está marcada para terça-feira que vem, tempo para o Governo tentar convencer o PMDB, em briga direta por poder com o PT, a apoiar a proposta do Senado.		
SONORA 2 DEP. CÂNDIDO VACCAREZZA, PT-SP LÍDER DO GOVERNO	Se nós não chegarmos a um consenso do que a base “tá” entendendo em relação ao relatório pode não ser possível que seja votado na terça-feira à noite.		

Fonte: elaborado pela autora.

A segunda reportagem foi exibida no dia 7 de março, com o título de **Ambientalistas protestam contra a votação do novo Código Florestal**, com duração de 1’40”. As questões políticas e as ambientais foram percebidas no texto, imagens e artes. Nesta matéria, ambientalistas protestavam em frente ao Congresso. Eles jogaram uma rede e um dos manifestantes “surfou” no lago. Há faixas e gritos de ordem. Eles se manifestavam porque os deputados ruralistas não queriam recuperar as áreas desmatadas. A arte foi usada como suporte para orientar o entendimento, conforme ilustração a seguir.

Figura 1 – Ilustrando o off 2 “O projeto do Senado obriga a recomposição de 15 a 100 metros de mata à beira dos rios para livrar o produtor rural da multa ambiental”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Na categoria questões ambientais, o *valor-notícia de seleção* verificados foi o de notabilidade, que apareceu quando mostraram a quantidade de pessoas reunidas no protesto. Outro valor foi o tempo (atualidade) focado no fato do ambientalista “surfear” no lago em frente ao Congresso Nacional assim como a rede que foi lançada pelos manifestantes, fazendo com que este ato de “surfear” ganhasse aspecto de novidade, e também reforçasse o valor-notícia de conflito ou controvérsia, já que o local não era para nado. Também podemos acrescentar a essas atitudes de jogar a rede e usar uma prancha de *surf* o valor-notícia inesperado. Podemos notar o valor-notícia de relevância presente no ato da manifestação dos ambientalistas. Esse movimento demonstrou que aprovar a nova lei é importante, pelo menos para esse grupo social, que conseguiu ser visto e ouvido pelas lentes de um telejornal, no caso o Jornal Nacional, e desta forma repercutiu em rede nacional o “seu grito” para toda a sociedade.

Já nos *valores-notícia de construção*, destacamos o de simplificação da questão ambiental, que ficou restrita à manifestação externa sem desenvolver uma explicação mais densa ou mais específica para mostrar de que forma este contexto de alteração/votação tem implicações na vida das pessoas. Os *valores-notícias* de personalização e dramatização foram verificados no movimento dos ambientalistas, principalmente no ato do homem que “surfou”, evidenciando que o processo de votação perdeu espaço para a aparição de pessoas envolvidas, diretamente ou não, na votação ao invés de explicar aspectos do Código Florestal.

Na questão política, os aspectos salientados evidenciaram que houve o adiamento da votação do Código Florestal por falta de consenso entre as duas partes quanto às alterações,

com destaque para o fato dos ruralistas se recusarem a recompor as áreas de preservação utilizadas para a produção de alimentos. No texto dos *off's*, percebeu-se a tensão que envolveu a votação quando se fez referência à disputa de poder entre PT e PMDB e que esse embate prejudicou a votação da lei ambiental. Neste caso, percebemos o valor-notícia de seleção conflito ou controvérsia presente no setor político, na divergência entre PMDB e PT, interferindo no andamento da legislação ambiental. O valor-notícia de notoriedade pode ser identificado na importância dos indivíduos envolvidos, deputados federais e senadores, ou seja, representantes eleitos pela população, no acontecimento (aprovação da legislação ambiental). O período de resolução, isto é, a definição da data para a votação, ficou em aberto direcionando para o valor-notícia de tempo (efeméride).

Os *valores-notícia de construção* em evidência nas questões políticas foram o de amplificação, que ganhou dimensão dentro da esfera política através do embate partidário (PT e PMDB) e interferiu na aprovação do Código Florestal, o de personalização marcada nas figuras políticas que discutiram o teor do novo Código (e inclusive na menção à presidente Dilma Rousseff) e o de dramatização, presente no reforço de aspectos conflitantes, como o duelo partidário protagonizado por PT e PMDB. As duas fontes usadas foram primárias, oficiais e testemunhos. Seguem os quadros com os valores-notícia de seleção e de construção da reportagem analisada e o quadro da transcrição da próxima análise.

Quadro 5 – Valores-notícia de seleção e de construção da segunda análise

Reportagem 2	Questões Ambientais		Questões Políticas	
	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção
Manifestação	Conflito ou controvérsia Inesperado	Personalização	Conflito ou controvérsia	Dramatização
Visibilidade	Notabilidade	Dramatização	Notoriedade	Personalização
Abordagem	Tempo (atualidade)	Simplificação	Tempo (efeméride)	Amplificação

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 6 – Transcrição da terceira análise

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
RELATÓRIO FINAL DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO É APRESENTADO EM BRASÍLIA	19/04/2012	0'31	REPORTAGEM
APRESENTADOR WILLIAN BONNER	O Deputado Paulo Piau, do PMDB, apresentou hoje o relatório final do novo Código Florestal com 21 modificações.		
OFF VIVO	Ele retirou do texto a obrigação de recompor uma faixa de 15 a 100 metros de mata em beira de rios ocupadas pela produção agrícola. Cada estado vai estabelecer o tamanho da área a ser recomposta. Foi mantida a possibilidade de anistia das multas e das sanções aos desmatadores. O plenário da Câmara deve votar o texto na próxima terça-feira.		

Fonte: elaborado pela autora.

A terceira matéria é um *off vivo* (quando o apresentador lê o texto e se insere imagens que são colocadas enquanto há a narração) com a retranca **Relatório final do novo Código Florestal Brasileiro é apresentado em Brasília**, exibida no dia 19 de abril, com 31” de duração. O texto do *off* foi bem direto e objetivo, não aprofundou e nem explicou o que significaram essas vinte e uma modificações que foram anunciadas para o meio ambiente, para a produção agrícola e para a sociedade. Houve apenas a informação sem explicações, nem superficiais e nem mais elaboradas, sobre a representatividade destas mudanças.

Neste caso, o jornalismo cumpriu a sua função de informar o fato, mas não repercutiu com mais ênfase sobre os reflexos que poderiam ter essas intervenções ambientais, como se tudo ficasse reduzido a tópicos materializados num documento. Neste sentido, seria, e é, necessário o conhecimento do jornalismo ambiental para que outros desdobramentos fossem apresentados e levados para o cotidiano do telespectador, para que ele percebesse a real consequência de um uso inadequado do meio ambiente no presente e no futuro planetário. A noção de que se estava lidando com recursos naturais essenciais à manutenção da vida na Terra foi praticamente esquecida e teve a sua importância e lugar ocupados por um processo automático de votação pelo sim e pelo não. A questão das multas e sanções também não foi esclarecida, nem em que situações deveriam ser aplicadas e nem o que diferencia uma da outra.

Na questão ambiental, novamente, percebemos os *valores-notícias de seleção* de tempo (atualidade), já que prestou uma informação sobre o fato e que demonstrou que seria

retomado, dentro deste contexto, à medida que houvessem novidades, e tempo como efeméride, já que indicou continuidade. O valor de infração pode ser analisado quando percebemos que o futuro do meio ambiente, que é o teor da legislação que é o foco do pleito, foi negligenciado e não recebeu nenhuma menção mais específica (nem uma explicação mais simples e nem complexa). Já os *valores-notícia de construção* foram de simplificação, presente na redução do tema que foi materializado ou direcionado a uma legalização oficial documentada.

Avaliando a questão política, verificamos o *valor-notícia de seleção* de notabilidade, expresso nas imagens do ambiente com muitos parlamentares e o deputado Paulo Piau (PMDB-MG) a frente da mesa de coordenação quando apresentou a decisão. O valor de notoriedade esteve presente nas autoridades políticas envolvidas na questão. O conflito ou controvérsia não ficou nítido já que a notícia mostrou apenas o anúncio de uma decisão sem explorar reações e debates provocados.

O valor de tempo (efeméride) esteve presente na última linha do *off* que diz que “*a próxima votação vai ser na terça-feira*”. Já nos *valores- notícias de seleção*, notamos o de amplificação da decisão política materializada nas “vinte e uma modificações” e nas sanções e multas. Consideramos como amplificação porque o tema da votação foi “personalizado” no número de alterações e nas palavras “sanções e multas” sem oferecer nenhum esclarecimento melhor sobre o que constituiu isso em termos ambientais e nem como atinge a vida do público. Por isso, houve a amplificação do viés político sobre o ambiental nessa construção. O valor de personalização estava na figura do deputado federal Paulo Piau (PMDB-MG), da bancada ruralista, que conduziu a reunião e apresentou o resultado final. As fontes não foram ouvidas. Seguem os quadros com os valores-notícia de seleção e de construção dessa análise e o da transcrição da próxima.

Quadro 7 – Valores-notícia de seleção e de construção da terceira análise

Nota simples	Questões Ambientais		Questões Políticas	
	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção
Manifestação	_____	_____	Conflito ou controvérsia	_____
Visibilidade	Infração	_____	Notoriedade, Notabilidade	Personalização
Abordagem	Tempo (atualidade/efeméride)	Simplificação	Tempo (efeméride)	Amplificação

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 8 – Transcrição da quarta análise

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
GOVERNO ANUNCIA 12 VETOS AO NOVO CÓDIGO FLORESTAL	25/05/2012	2'16"	REPORTAGEM
APRESENTADOR WILLIAN BONNER	E aqui embaixo no planeta Terra, o governo brasileiro anunciou hoje 12 vetos ao código florestal aprovado no Congresso Nacional e derrubou a anistia aos desmatadores. A decisão provocou reações.		
OFF 1	Sem apresentar os detalhes de todas as mudanças, o governo disse que o Código Florestal vai responsabilizar todos os donos de terra pela recuperação das áreas desmatadas.		
SONORA ISABELLA TEIXEIRA MINISTRA DO MEIO AMBIENTE	É uma mudança de comportamento, mudança de um país que quer recuperar sim. Proteger, continuando ser um produtor de alimentos, protegendo o meio ambiente. Agora, a responsabilidade é de todos.		
OFF 2	As áreas de preservação permanente, locais frágeis à beira de rios, encostas, e topos de morro, terão que ser recuperadas. A presidente Dilma, vetou a anistia aos pequenos produtores rurais, que terão que recompor de 5 a 15 metros nas margens dos rios. Para os grandes produtores, a obrigação é maior. Recuperar de 30 a 100 metros. Os agricultores terão 5 anos para se adaptar às novas regras. Depois desse prazo, quem estiver irregular, não vai conseguir crédito para produzir. Para o ministro da Agricultura, as mudanças não afetarão a produção de alimentos.		
SONORA MENDES RIBEIRO MINISTRO DA AGRICULTURA	Eu não tenho dúvida que o Brasil não perderá a sua capacidade de produção		
OFF3	As reações já começaram. Em nota, o Deputado Ronaldo Caiado, do Democratas, um dos líderes dos ruralistas, disse que o governo não respeitou a realidade dos produtores rurais. E já os ambientalistas do Greenpeace, defendiam o veto total e dizem que do jeito que está a lei pode trazer insegurança jurídica		

Continua.

Conclusão.

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
PASSAGEM JULIO MOSQUERA/BRASÍLIA	Na segunda- feira será publicada no Diário Oficial da União a parte do Código Florestal sancionada pela presidente Dilma Rousseff. No mesmo dia, o governo envia para o Congresso, uma medida provisória com as mudanças das propostas que terão que ser aprovadas por deputados e senadores. Mas desta vez, com maior atenção dada aos pequenos produtores, o governo acredita que vai conseguir isolar os radicais dos dois lados.		
SONORA LUIS ADAMS ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	Atendido o pequeno agricultor que o texto tem um foco claro, esse projeto tem todas as condições, toda a capacidade de ser mantido integralmente no Congresso Nacional.		

Fonte: elaborado pela autora.

Na quarta reportagem com o título de “**Governo anuncia 12 vetos ao novo Código Florestal Brasileiro**”, exibida no dia 25 de maio, com 2’16” de duração, ficaram em evidência as desavenças entre os interesses dos parlamentares ambientalistas e ruralistas. A notícia foi o anúncio de doze vetos ao Código Florestal Brasileiro e o fim da anistia aos “desmatadores”, referindo-se aos produtores rurais, ou seja, aos ruralistas. No texto de abertura (chamada de cabeça no telejornalismo), a palavra “desmatadores”, que foi dita pelo apresentador, no caso o representante, ou melhor, a própria Rede Globo qualificando quem promoveu o desgaste da terra para plantar (no sentido de fazer uso irresponsável do meio ambiente) como um desmatador que precisa ser enquadrado na lei.

Dessa forma, houve uma valorização desse caminho de efetivação da legislação ambiental. Percebemos também que a ministra Izabella Teixeira afirmou que é responsabilidade de todos os cuidados com o meio ambiente, estendendo para a sociedade o compromisso de zelar pelo bem maior da humanidade, que é o lugar onde vivemos. Essa reportagem destacou a “derrota” dos ruralistas, que perderam a anistia pelos anos que utilizaram inadequadamente os recursos naturais e sofreram a imposição de reflorestar as margens dos rios. Embora tenha apresentado um viés ambiental mais forte, a questão ainda ficou como uma incógnita para o público leigo. Esse poderia se perguntar: mas o que significa

cinco metros ou dez metros a menos? As áreas de preservação permanente (APP) eram um dos pontos mais polêmicos da votação.

A apresentação desse conceito e as consequências deveriam ser abordadas com o objetivo de situar e talvez envolver melhor o público na questão. Outros pontos percebidos, e que estavam bem separados e definidos, eram o foco e a postura de cada grupo de interesse que participou da votação. A disputa pode ser percebida na estrutura da reportagem e, principalmente, quando citou que o deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO), um dos líderes ruralistas, fez um comunicado de crítica ao governo em defesa aos interesses dos produtores rurais. O JN mostrou, para rebater o posicionamento ruralista, uma carta dos ambientalistas do *Greenpeace*. Dessa vez, houve a inserção dos ambientalistas “de fato” com a participação de ativistas sociais atuantes em defesa das causas ambientais. Mesmo que não tenha sido por entrevista, houve a introdução de uma manifestação legítima do *Greenpeace*, grupo reconhecido mundialmente por sua luta pelo meio ambiente. As artes utilizadas colaboraram na compreensão, mas não houve explicações mais contundentes que permitissem entender com clareza o que é uma APP e toda a sua importância no processo. Seguem as artes que foram utilizadas na matéria assim como os trechos em *off* nos quais foram inseridas para ilustrar a questão das APP's, assim como as artes sobre os comunicados do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) (ruralista) e do *Greenpeace* (ambientalista).

Figura 2 – Mostrando onde há exigência de APP - ilustrando o primeiro trecho off 2 “As áreas de preservação permanente, locais frágeis a beira de rios, encostas, e topos de morro, terão que ser recuperadas”.



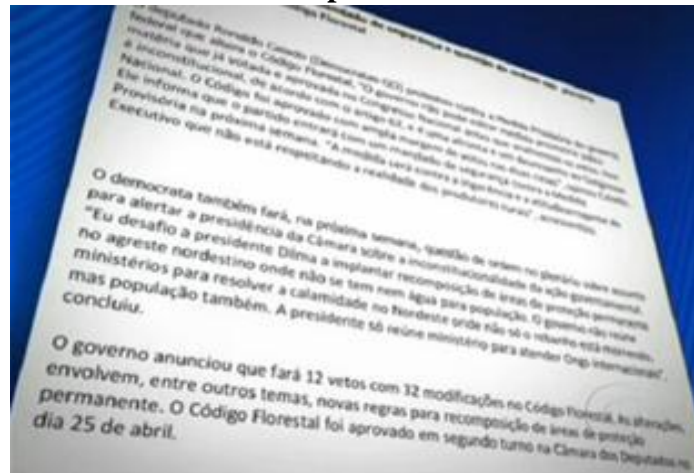
Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 3 – Ilustrando o segundo trecho do off 2 “A presidente Dilma, vetou a anistia. Os pequenos produtores rurais terão que recompor de 5 a 15 metros nas margens dos rios. Para os grandes produtores, a obrigação é maior. Recuperar de 30 a 100 metros”.



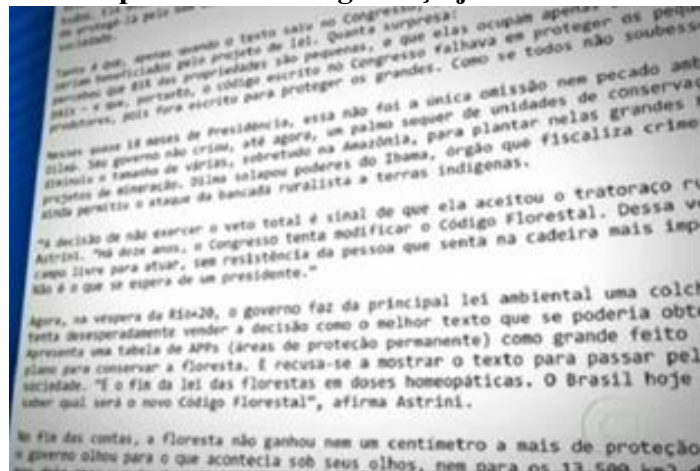
Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 4 – Carta apresentada pelo deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) ilustrando o primeiro trecho do off 3 “As reações já começaram. Em nota, o deputado Ronaldo Caiado do Democratas, um dos líderes dos ruralistas, disse que o governo não respeitou a realidade dos produtores rurais”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 5 – Carta do Greenpeace ilustrando segundo trecho do off 3: “E já os ambientalistas do Greenpeace, defendiam o veto total e dizem que do jeito que está a lei pode trazer insegurança jurídica”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

A presidente Dilma, vetou a anistia e os pequenos produtores rurais teriam que recompor de cinco a quinze metros nas margens dos rios. Para os grandes produtores, a obrigação seria maior. Recuperar de trinta a cem metros. Aos agricultores, foram dados cinco anos para se adaptar às novas regras. Depois desse prazo, quem permanecer irregular, não iria conseguir crédito para produzir. Para o ministro da Agricultura, as mudanças não afetariam a produção de alimentos.

Quanto aos *valores-notícia de seleção* na questão ambiental, percebemos o de notoriedade ao ter a manifestação de uma instituição mundial (Greenpeace) reconhecida no trabalho de defesa ao meio ambiente se pronunciando em favor de uma votação séria e que garanta segurança jurídica em nome da preservação ambiental. A participação do *Greenpeace* atribuiu o valor-notícia de proximidade uma vez que a participação desse movimento atribuiu mais credibilidade e legitimidade ao valor ambiental da questão, que perdeu espaço para o cenário formado pelo Congresso Nacional e parlamentares. Mesmo o telespectador que não era engajado em causas sociais e não tinha tanta noção sobre o trabalho desenvolvido pelo *Greenpeace*, provavelmente, saberia da representatividade que conquistou dentro das lutas ambientais. O tempo (efeméride) indicou a continuidade da questão.

Já nos valores-notícias de construção percebemos o de amplificação da questão ambiental, uma vez que o tema foi privilegiado diante do poder político quando foi decretado o fim da anistia aos produtores rurais e o aumento da extensão das APP's à beira da margem dos rios. Esta decisão, embora não tenha ocorrido uma explicação que permitisse uma compreensão melhor formulada sobre como a modificação do tamanho da área influenciaria

no ciclo ambiental e acabaria atingindo animais e pessoas, permitiu avaliar que houve um parecer favorável ao meio ambiente e contrário aos interesses dos produtores. O de personalização estava nas fontes usadas como a ministra do Meio Ambiente, o ministro da Agricultura, como fontes oficiais e primárias, e na manifestação por escrito do Greenpeace, como fonte secundária, oficiosa e *expert*.

Já na questão política tivemos os *valores-notícias de seleção* de conflito ou controvérsia, presentes no comunicado do deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO), um dos líderes ruralistas, o de notoriedade por envolver parlamentares federais e o de tempo (efeméride) indicando continuidade.

Já os *valores-notícia de construção* foram o de simplificação do aspecto e interesse político visto que houve uma vitória nesta etapa do interesse ambiental, o de personalização, principalmente, na figura e na posição do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), como representante dos ruralistas, através do teor do seu pronunciamento escrito, e o de dramatização quando Caiado disse que não se compreendeu a posição dos produtores rurais, dando a ideia de injustiça com a categoria. A reportagem apresentou duas fontes primárias, oficiais e testemunhos e uma fonte (advogado-geral da União) é secundária e oficiosa. Seguem os quadros com os valores-notícia de seleção e de construção e o da transcrição da próxima análise.

Quadro 9 – Valores-notícia de seleção e de construção da quarta análise

Reportagem 4	Questões Ambientais		Questões Políticas	
	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção
Manifestação	Notoriedade	_____	Conflito ou controvérsia	Dramatização
Visibilidade	Proximidade	Personalização	Notoriedade	Personalização
Abordagem	Tempo (efeméride)	Amplificação	Tempo (efeméride)	Simplificação

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 10 – Transcrição da quinta análise

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
GOVERNO DIVULGA MODIFICAÇÕES FEITAS PELA PRESIDENTE NO CFB	28/05/2012	2'07"	REPORTAGEM
APRESENTADOR WILLIAN BONNER	O governo divulgou hoje detalhes das modificações que a presidente Dilma Rousseff fez no Código Florestal.		
OFF 1	Os vetos e a medida provisória foram publicados hoje no Diário Oficial. Segundo o relator do Código Florestal no Senado, as mudanças feitas pelo governo, melhoraram o projeto da Câmara.		
SONORA SENADOR JORGE VIANA PT-AC	A “presidenta” Dilma trás de volta a responsabilidade do Brasil com a legislação ambiental.		
OFF2	O governo afirma que as mudanças aprovadas da Câmara retomam as proteções de nascentes, manguezais e topos de morros e acabam com as anistias aos desmatadores. Os pequenos produtores rurais serão obrigados a recompor de 5 a 15 metros nas margens dos rios. Para os grandes produtores, a recuperação será de 30 a 100 metros Os agricultores terão cinco anos para se adaptar às novas regras. Depois desse prazo, quem estiver irregular, não vai conseguir crédito público para produzir. O Comitê Brasil em defesa das florestas, formado por mais de 200 entidades da sociedade civil, como CNBB e Ong’s ambientalistas, disse que esperavam mais. Defendia a total recuperação das áreas desmatadas desde 1999. O Governo manteve a data desde julho de 2008.		
SONORA RAUL DO VALLE INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	Ela aprovou um texto que promove a anistia e o desmatamento ilegal. Portanto, passa a mão na cabeça de quem desrespeitou a lei.		
OFF3	A Frente Parlamentar da Agropecuária e a Confederação Nacional da Agricultura consideram que não há anistia para desmatadores.		
SONORA KATIA ABREU – PSD-TO PRES. CNA	A anistia seria se os produtores ficassem livres das multas, sem ter nenhuma condicionante. E isso não é o caso. Os produtores vão ter que recompor aquilo que foi o objeto da multa provocada pelo órgão ambiental.		

Continua.

Conclusão.

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
SONORA KATIA ABREU – PSD-TO PRES. CNA	A anistia seria se os produtores ficassem livres das multas, sem ter nenhuma condicionante. E isso não é o caso. Os produtores vão ter que recompor aquilo que foi o objeto da multa provocada pelo órgão ambiental.		
PASSAGEM JULIO MOSQUÉRA/BRASÍLIA	As mudanças feitas pela presidente Dilma Rousseff já estão valendo. A medida provisória tem poder de lei. Mas ela terá que ser aprovada por deputados e senadores. A bancada ruralista, que já derrotou o governo duas vezes no plenário da Câmara, se reúne amanhã para montarem a estratégia das próximas votações do Código Florestal.		

Fonte: elaborado pela autora.

Na quinta reportagem, com o título **Governo divulga modificações feitas pela presidente no Código Florestal Brasileiro**, foi exibida no dia 28 de maio e tem 2'16" de duração. O objetivo foi divulgar os detalhes das modificações feitas pela presidente Dilma Rousseff. A anistia e a exigência para recomposição das áreas, conforme o tamanho da propriedade, no período de cinco anos, foram as alterações informadas nessa reportagem assim como foi na anterior. Logo, não houve uma variação e um acréscimo significativo a ser considerado em termos de novas informações.

A designação “desmatadores” foi utilizada mais uma vez para se referir aos produtores rurais. Entendemos que o uso dessa nomenclatura acusou agricultores de pequeno, médio e grande porte, independente da condição financeira, como agressores do meio ambiente. Defini-los dessa forma já pressupõe uma decisão final que os considerou como culpados por terem derrubado grandes extensões de áreas verdes para produzir.

Um aspecto que chamou a atenção foi a presença de uma fonte ambiental do Instituto Socioambiental (uma organização não governamental) que manifestou descontentamento com as mudanças divulgadas. Mas o importante foi a introdução da primeira sonora como parte do processo, já que foi a primeira pessoa ligada a um órgão não governamental que se pronunciou numa cobertura que, até o período de maio, só tinha dado espaço para parlamentares envolvidos. As artes que seguem mostraram as medidas exigidas dos pequenos e grandes produtores e auxiliaram na captação da informação pelo telespectador.

Figura 6 – Ilustrando o primeiro trecho do off 2 “Com a anistias aos desmatadores, os pequenos produtores rurais serão obrigados a recompor de 5 a 15 metros nas margens dos rios”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 7 – Ilustrando o primeiro trecho do off 2 “Para os grandes produtores, a recuperação será de 30 a 100 metros”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Os valores-notícias de construção na questão ambiental foram conflito ou controvérsia quando a fonte ambiental demonstrou insatisfação com as alterações realizadas pela presidente Dilma Rousseff. O valor de notoriedade estava na inserção da fonte do Instituto Socioambiental, que reforçou e qualificou a presença de um especialista para avaliar o conteúdo do texto que foi modificado. O valor de notabilidade acabou sendo uma consequência do anterior já que a representatividade das pessoas envolvidas acabou dando

visibilidade, além da quantidade de pessoas envolvidas na questão. O tempo (efeméride) indicou que o assunto seria retomado quando terminou afirmando que teria encontros para firmar estratégias para a nova votação.

Já os *valores-notícia de seleção* foram de amplificação do tema, que ganhou força com a presença de uma fonte ambiental legítima, o que remeteu ao valor de relevância que foi atribuído ao tema, o de personalização pela fonte ambiental e pela presidente Dilma Rousseff, já que a matéria tinha o foco de divulgar alterações textuais causadas por ela.

Na questão política, os *valores-notícias de seleção* verificados foram de conflito ou controvérsia, quando remeteu às duas vitórias da bancada ruralista sobre o governo, e deixou claro que iria tentar reverter a decisão da presidente que, na visão dos produtores, os prejudicou. O valor de notoriedade foi percebido na apresentação das mudanças provocadas pela presidente da República que, mesmo sem o pronunciamento dela, já atribuiu caráter de importância. Os outros entrevistados, também renomados no cenário político, reforçaram essa característica. A notabilidade estava na visibilidade das pessoas envolvidas, como a presidente Dilma Rousseff. E o tempo (efeméride) destacou que a questão não findou e que os parlamentares ruralistas pretendiam se mobilizar para mudar a situação.

Nos valores-notícia de construção houve uma simplificação da questão política, embora tenha sido uma decisão presidencial, ou seja, da esfera política, os interesses dos parlamentares ruralistas perderam força quando a anistia e a exigência de recomposição predominaram como regras. O valor de relevância estava associado ao fato de ter sido um anúncio do governo, o de personalização estava na presidente Dilma Rousseff e o de dramatização estava na reação de desgosto da bancada ruralista que, inconformada, afirmou que tentaria contornar este quadro. A reportagem foi composta por duas fontes primárias, oficiais e testemunhos e uma fonte secundária, oficiosa e *expert*. Seguem os quadros de valores-notícia de seleção e de construção da matéria analisada e o da transcrição da própria análise.

Quadro 11 – Valores-notícia de seleção e de construção da quinta análise

Reportagem 5	Questões Ambientais		Questões Políticas	
	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção
Manifestação	Conflito ou controvérsia	Relevância	Conflito ou controvérsia	Dramatização e relevância
Visibilidade	Notoriedade e notabilidade	Personalização	Notoriedade	Personalização
Abordagem	Tempo (efeméride)	Amplificação	Tempo (efeméride)	Simplificação

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 12 – Transcrição da sexta análise

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
RELATO DA MP DO NOVO CFB APRESENTA PARECER COM MUDANÇAS	11/07/2012	1'29"	REPORTAGEM
APRESENTADOR WILLIAN BONNER	O governo divulgou hoje detalhes das modificações que a presidente Dilma Rousseff fez no Código Florestal.		
APRESENTADOR RENATA VASCONCELLOS	O relator da medida provisória do novo Código Florestal apresentou um parecer com mudanças na proposta de governo e desagradou os ambientalistas.		
OFF 1	O relator, senador Luis Henrique, alterou pontos importantes da medida provisória. Ele propõe que nas médias propriedades com rios de até 10 metros de largura a recomposição da mata seja de 20 metros em cada margem, como o governo já exigia. Mas o relator fez a ressalva de que esse replantio não ultrapasse 25% de toda a propriedade. Se isso acontecer, o produtor poderá replantar uma área menor. Outra mudança: na Amazônia, a soma da reserva legal e das áreas de preservação permanente, ou seja, a área que não pode ser cultivada será de, no máximo, 80% da propriedade. Nas demais regiões do país, a área de proteção será de 50%. O relatório, provocou críticas de ruralistas e ambientalistas.		
SONORA MARIO MONTOVANI DIRETOR – SOS MATA ATLÂNTICA	O que a gente viu agora ficou muito bem caracterizado que esse é um texto de interesse dos ruralistas.		

Continua.

Conclusão.

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
SONORA SENADORA KATIA ABREU PSD - TO	Não podemos ter pressa em passar por cima de detalhes que são fundamentais para estados, municípios e regiões do país.		
PASSAGEM CRISTINA SERRA/BRASÍLIA	A votação do relatório está marcada para amanhã. Mas como há ainda pontos polêmicos e a bancada ruralista disse que não tem pressa, a votação deve ficar para depois do recesso em agosto.		

Fonte: elaborado pela autora.

A retranca da sexta reportagem é **Relato da Medida Provisória do novo Código Florestal apresenta parecer com mudanças**, exibida no dia 11 de julho, com 2'07". Nesta matéria, os parlamentar Luiz Henrique (PMDB-SC), da bancada ruralista, alterou o texto, que antes tinha sido modificado pela presidente Dilma. Conforme manifestação da fonte ambientalista, esta mudança favoreceu os produtores rurais. Mas segundo a senadora e presidente da Confederação Nacional dos Agricultores (CNA), Kátia Abreu (PSD-TO), o novo texto não foi muito bem recebido. A inserção de uma fonte ambientalista, Mário Montovani, diretor da SOS Mata Atlântica, para opinar sobre essa mudança contribuiu, ainda que a sonora (termo jornalístico que indica quando o entrevistado fala) apresentada tenha sido bem curta. Poderíamos entender com um olhar pessimista considerando que a fonte ambiental foi incluída apenas para fazer um contraponto, dar um parecer sobre o aspecto ambiental, já que houve a opinião da parte ruralista, e para constar que foi ouvido o outro lado. Mas pensamos que houve o entendimento de que a fonte ambiental era fundamental para o contexto, já que a essência de todo esse movimento é a relação do homem com o meio ambiente, e que a interferência no conteúdo da legislação em formação, naquele momento, deveria ser avaliada por um órgão não governamental.

As artes com números colaboraram e orientaram a compreensão do telespectador, mas não explicaram porque tanta divergência e disputa por cinco metros a mais ou a menos. Seguem as artes utilizadas na matéria e os trechos dos *offs* os quais ilustraram.

Figura 8 – Mostra nova proposta do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ilustrando o off 2 “Ele propõe que nas médias propriedades com rios de até dez metros de largura a recomposição da mata seja de 20 metros em cada margem, como o governo já exigia”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 9 – Ilustrando segundo trecho do off 2 “Mas o relator fez a ressalva de que esse replantio não ultrapasse 25% de toda a propriedade. Se isso acontecer, o produtor poderá replantar uma área menor”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 10 – Ilustrando o terceiro trecho do off 2 “Outra mudança, na Amazônia, é a soma da reserva legal e das áreas de preservação permanente, ou seja, a área que não pode ser cultivada será de, no máximo, 80% da propriedade”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 11 – Ilustrando o quarto trecho off 2 “Nas demais regiões do país, a área de proteção será de 50%”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Os *valor-notícia de seleção* na questão ambiental foi de conflito ou controvérsia gerado pelas mudanças desagradando ambientalistas. Outro valor foi o de notoriedade, que estava marcado na figura do relator, da senadora e do diretor do SOS Mata Atlântica, o que trouxe visibilidade e remeteu ao valor de notabilidade. No fim do texto, percebemos que o próximo encontro foi marcado para agosto de 2012 (a matéria foi veiculada em julho de 2012), após o recesso. Logo, apareceu o valor de tempo (efeméride) esclarecendo que o assunto teria seguimento. Os *valores-notícias de construção* foram os de personalização e dramatização marcados na fonte específica e na situação que foi compreendida como desfavorável pelos ambientalistas.

Na questão política, o valor-notícia foi de conflito ou controvérsia gerado pelas mudanças desagradando ruralistas. O valor de notoriedade estava na posição do relator e da senadora, que ocupavam lugar de destaque no processo, e desencadeou o valor de notabilidade devido à visibilidade dos entrevistados. No fim do texto, percebemos que o próximo encontro deveria ser em agosto de 2012, após o recesso parlamentar. O tempo (efeméride) indicou que novas etapas ainda estavam por acontecer. Os *valores-notícias de construção* foram os de personalização e dramatização e estavam presentes nos entrevistados e na situação, que foi compreendida como desfavorável pelos ambientalistas. Teve duas fontes oficiais, primárias e testemunhos. Seguem os quadros com os valores-notícia de seleção e de construção dessa análise e o da transcrição da próxima.

Quadro 13 – Valores-notícia de seleção e de construção da sexta análise

Reportagem 6	Questões Ambientais		Questões Políticas	
	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção
Manifestação	Conflito ou controvérsia	_____	Conflito ou controvérsia	Dramatização
Visibilidade	Notoriedade e notabilidade	Personalização	Notoriedade e notabilidade	Personalização
Abordagem	Tempo (efeméride)	Amplificação	Tempo (efeméride)	_____

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 14 – Transcrição da sétima análise

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
COMISSÃO DO CONGRESSO APROVA TEXTO PRINCIPAL DA MP DO CÓDIGO FLORESTAL	12/07/2012	2'03''	REPORTAGEM
APRESENTADOR WILLIAN BONNER	Uma comissão do Congresso aprovou o texto principal da medida provisória do Código Florestal e deixou para agosto a decisão sobre as emendas que alteram a proposta. A sessão de hoje provocou um racha entre os ruralistas.		
OFF 1	O governo conseguiu apoio da bancada ruralista no Senado. A tentativa de esvaziar a sessão ficou por conta dos ruralistas da Câmara, que tentaram manobras regimentais e obstrução. A sessão virou uma queda de braço. O presidente teve que suspendê-la para uma última tentativa de acordo, mas nada feito.		
PASSAGEM CRISTINA SERRA/BRASÍLIA	Depois de uma hora de suspensão, a sessão foi retomada para o vai ou racha. Com a bancada ruralista dividida, os governistas apostam que vão conseguir por o relatório em votação.		
OFF2	E conseguiram, o relatório foi aprovado com os votos de dezesseis parlamentares, quatro preferiram não votar. Alguns pontos que mudam o texto na medida provisória: nas médias propriedades, com rios de até dez metros de largura, a recomposição da mata será de vinte metros em cada margem. Como o governo já exigia, mas com a ressalva que esse replantio não ultrapasse 25% de toda a propriedade. Se isso acontecer, o produtor poderá replantar uma área menor. Outra mudança: na Amazônia a soma da reserva legal e das áreas de preservação permanente, ou seja, a área que não pode ser cultivada, será de no máximo 80% da propriedade. Nas demais regiões do país 50%.		
SONORA SENADOR JORGE VIANA PT – AC	Todos os senadores votaram, todos da comissão pelo equilíbrio, pela mediação e por uma boa legislação. Para os produtores e para o meio ambiente.		
OFF3	Mas os ruralistas da Câmara disseram que vão tentar derrubar o relatório.		
SONORA DEPUTADO RONALDO CAIADO DEM – GO	Aguarde na Câmara, lá é a casa final e lá vamos ter uma vitória expressiva.		

Fonte: elaborado pela autora.

A sétima reportagem com a retransmissão “**Comissão do Congresso aprova texto principal da MP do Código Florestal**”, exibida no dia 12 de julho, com 2’03” de duração, apresentou uma disputa entre os parlamentares ruralistas da Câmara e do Senado. Eles divergiram quanto à aprovação do texto principal da medida provisória do Código Florestal e à prorrogação para agosto de 2012 (no caso, a matéria foi exibida em julho de 2012) a decisão sobre as emendas que alteravam a proposta. Essa situação evidenciou que existem pontos de discórdia dentro do próprio grupo, marcando a intriga entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal. Isso demonstrou que não existia um discurso harmonioso que contemplasse interesses em nome da categoria, e sim, nos fez pensar em interesses políticos que estavam inseridos na questão. Os parlamentares ambientalistas não foram citados assim como a temática ambiental passou despercebida. O foco foi no “racha dos ruralistas”.

As artes, observadas a seguir, foram usadas para ajudar o telespectador acompanhar a leitura do texto.

Figura 12 – Ilustra o off 2: “Nas médias propriedades com rios de até 10 metros de largura, a recomposição da mata será de 20 metros em cada margem”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 13 – Ilustra o segundo trecho do off 2: “Como o governo já exigia, mas com a ressalva que com esse replantio não ultrapasse 25% de toda propriedade. Se isso acontecer, o produtor poderá replantar uma área menor”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 14 – Ilustra o terceiro trecho do off 2 “Outra mudança: na Amazônia a soma da reserva legal e das áreas de preservação permanente, ou seja, a área que não pode ser, será de no máximo 80% da propriedade”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 15 – Ilustra o quarto trecho do off 2: “Nas demais regiões do país 50%”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Na questão ambiental, o *valor-notícia de seleção* foi de conflito ou controvérsia presente no desacordo sobre a metragem que deveria ser definida para o reflorestamento. O tempo nos sentidos de atualidade e efeméride indicou a novidade da informação e a continuidade, já que o texto ainda iria para a Câmara. Já os *valores-notícia de construção* não foram identificados porque o enfoque ambiental foi preterido em favor do ângulo que destacou a cisão entre parlamentares ruralistas.

Na questão política, o *valor-notícia de seleção* foi o de conflito ou controvérsia presente no “racha” entre os parlamentares ruralistas da Câmara e do Senado. O valor de notoriedade estava nos grupos de políticos envolvidos na questão e que também consideramos como notabilidade. O tempo (efeméride), da mesma forma que na questão ambiental, apontou a continuidade do texto que seguiu para Câmara. Os *valores-notícia de construção* foram de amplificação do processo de votação como um procedimento político, o valor de relevância estava presente na disputa entre os ruralistas para alterar o texto conforme os seus interesses e os valores de personalização e dramatização que apareceram nos parlamentares que personificaram a luta por poder e criaram uma sequência que sempre projetou para frente a próxima votação, a próxima mudança, ou seja, o próximo acontecimento. Foram ouvidas duas fontes, primárias e testemunhos. Segue o quadro com os valores-notícia de seleção e de construção da sétima análise e o quadro da transcrição da próxima.

Quadro 15 – Valores- notícia de seleção e de construção da sétima análise

Reportagem 7	Questões Ambientais		Questões Políticas	
	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção
Manifestação	Conflito ou controvérsia	_____	Conflito ou controvérsia	Dramatização
Visibilidade	_____	_____	Notoriedade Notabilidade	Personalização
Abordagem	Tempo (atualidade/efeméride)	_____	Tempo (efeméride)	Amplificação

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 16 – Transcrição da oitava análise

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO CHEGA A UM ACORDO SOBRE A MP DO CÓDIGO	29/08/2012	30''	NOTA SIMPLES
APRESENTADOR WILLIAN BONNER	Uma comissão mista do Congresso chegou a um acordo sobre a medida provisória do Código Florestal. Os parlamentares decidiram que as margens dos rios temporários, aqueles que secam durante uma época do ano, também devem ser recuperadas. Essa medida tinha sido excluída do texto e os ambientalistas protestaram. Também hoje foi reduzida a faixa de proteção nas margens e rios que passam por propriedades médias e grandes. Essa MP precisa ser votada nos plenários da Câmara e do Senado.		

Fonte: elaborado pela autora.

Desta vez, uma nota simples que foi ao ar no dia 29 de agosto, com 30'' de duração, informou que houve acréscimos e mudanças quanto ao tamanho das áreas a serem recompostas. Mencionou-se a inclusão das margens dos rios temporários para recomposição, mas não se apresentou uma explicação que ajudasse o telespectador a entender as características de um rio temporário e porque foi inserido na medida provisória. Apenas foi atribuída tal modificação devido aos protestos dos ambientalistas. De forma mais resumida, informou-se também que foi reduzida a faixa de proteção para os rios que passarem por médias e grandes propriedades. O telejornal optou por uma nota simples com o intuito de atualizar e não de fazer compreender. A prática do jornalismo ambiental, que é a mesma do

jornalismo com a adição de um olhar mais temático e integrador, poderia ter sido aplicada. Ao invés de ter uma nota simples de apenas 30” poderia ter sido feita uma reportagem que atribuísse importância a esse fato e o tratasse como um acontecimento, já que houve mudanças causadas devido às manifestações de ambientalistas (que foram ignoradas ou perderam espaço para outra pauta, uma vez que não foi deslocada uma equipe de reportagem para acompanhar).

O *valor-notícia de seleção* na questão ambiental, neste caso, verificados somente no texto, foram de conflito ou controvérsia no momento em que se afirmou que um tópico excluído foi reintegrado devido aos protestos de ambientalistas. O valor de tempo (efeméride) indicou seguimento quando afirmou que a nova medida provisória precisava ser votada no Congresso Nacional. O *valor -notícia de seleção* foi o de simplificação, ainda que tenha sido observada uma “vitória” dos ambientalistas sobre o texto foi muito pouco para caracterizar como amplificação. Consideramos que o JN deveria ter apresentando de forma mais clara, o que é um “rio temporário” e o que significa a redução da margem em rios que passam por propriedades. Sabemos que um telejornal não é uma aula de ciências físicas e biológicas nem de geografia, mas transformar uma nota simples numa reportagem com dois minutos a mais já permitiria uma noção melhor de tópicos importantes para a legislação e para o meio ambiente.

Nas questões políticas, o *valor-notícia de seleção* foi de conflito ou controvérsia apontado na “derrota” da reinserção de um item que tinha sido eliminado pelos ruralistas. O tempo (efeméride) indicou o seguimento da questão. O *valor-notícia de construção* foi o de amplificação da questão política, uma vez que se informou a decisão e se enfatizou os próximos passos processuais dentro da Câmara e do Senado mantendo o foco dentro do cenário político. Seguem os quadros dos valores-notícia de construção e de seleção e o da transcrição da próxima análise.

Quadro 17 – Valores-notícia de seleção e de construção da oitava análise

Reportagem 8	Questões Ambientais		Questões Políticas	
	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção
Manifestação	Conflito ou controvérsia	_____	Conflito ou controvérsia	_____
Visibilidade	_____	_____	_____	_____
Abordagem	Tempo (efeméride)	Simplificação	Tempo (efeméride)	Amplificação

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 18 – Transcrição da nona análise

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
DILMA ROUSSEFF COBRA MINISTRAS A RESPEITO DE ACORDO SOBRE NOVO CFB	30/08/2012	1'03	NOTA COBERTA
APRESENTADOR PATRÍCIA POETA	As negociações de ontem na comissão mista do Congresso, que analisa a medida provisória do Código Florestal, desagradaram a presidente Dilma Rousseff. Ela cobrou explicações de duas ministras. Os parlamentares decidiram que as margens dos rios temporários, aqueles que secam temporariamente numa época do ano, devem sim ser recuperadas. Mas uma alteração reduziu a faixa de proteção nas margens de rios que passam por médias e grandes propriedades. O texto original era mais rígido com os produtores.		
OFF 1	Nesta foto da Agência Estado, é possível ver um bilhete da presidente supostamente para as ministras Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, e Ideli Salvatti, das Relações Institucionais. A mensagem é a seguinte: “Porque os jornais estão dizendo que houve um acordo ontem no Congresso sobre o Código Florestal e eu não sei de nada?”		
APRESENTADOR PATRÍCIA POETA	No fim da tarde, uma nota da Secretaria de Relações Institucionais informou que a aprovação da MP não teve a concordância do governo federal. Segundo a secretaria, todos precisam recuperar as áreas de preservação e quem tem mais terras, deve recuperar mais.		

Fonte: elaborado pela autora.

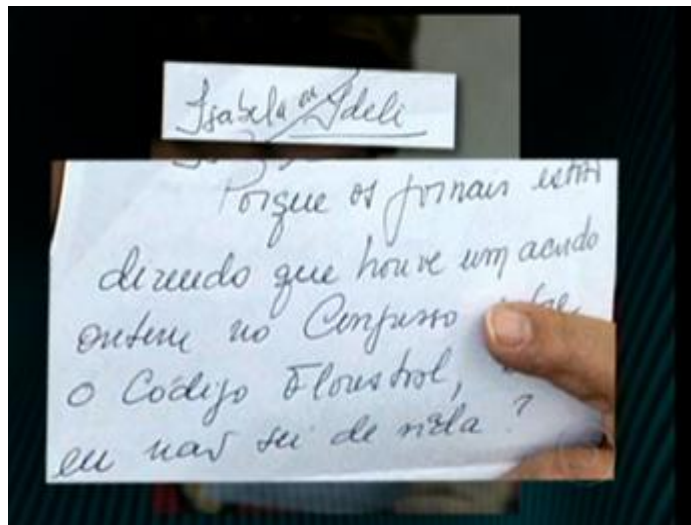
A nota coberta foi uma continuação da nota simples apresentada no dia anterior (29 de agosto). Exibida no dia 30 de agosto, com 1'03" de duração, e com a retransmissão **Dilma Rousseff cobra ministras a respeito de acordo sobre o novo Código Florestal Brasileiro**, demonstrou a insatisfação da presidente Dilma Rousseff quando ficou sabendo de uma alteração no texto original do Código Florestal pela mídia e não pelos respectivos ministérios. Foi usada uma foto da Agência Estado, que mostrava a presidente Dilma cobrando explicações das ministras das pastas do Meio Ambiente e das Relações Institucionais através de um bilhete. A situação revelou constrangimento, desconforto e falta de comunicação interna no governo federal, como podemos verificar na arte a seguir.

Figura 16 - Ilustrando o primeiro trecho do off 1 “Nesta foto da Agência Estado, é possível ver um bilhete da presidente supostamente para as ministras Izabella Teixeira, do Meio Ambiente, e Ideli Salvatti, das Relações Institucionais”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 17 – Ilustrando o primeiro trecho do off 1: “A mensagem é a seguinte “Porque os jornais estão dizendo que houve um acordo ontem no Congresso sobre o Código Florestal e eu não sei de nada?”



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Neste caso, a imagem foi fundamental para esclarecer e reforçar a situação “anormal” onde a presidente exigiu explicações de duas subordinadas através de um bilhete. O recurso da arte permitiu que se lesse a mensagem escrita por Dilma Rousseff, o que fortaleceu a verdade sobre o que foi transmitido na reportagem. Foi este gesto da presidente que trouxe de volta para a pauta do telejornal a questão das margens dos rios temporários e dos rios que passam em propriedades privadas. Os significados que estavam por trás deste bilhete, como desconfiança, omissão, desatenção, manobras política, motivaram o retorno de um tema que já estava afastado da pauta do Jornal Nacional há um mês (já que a última matéria tinha ido ao ar há 30 dias) e que merecia atenção pela importância e pela repercussão ambiental que tem na rotina social.

O *valor-notícia de seleção* da questão ambiental é o de conflito ou controvérsia e estava presente quando a presidente Dilma Rousseff demonstrou insatisfação por não ter sido avisada pelos ministérios sobre uma mudança que reduziria as margens dos rios que cortam propriedades privadas, o que tornou menos rígido o teor do texto original com os produtores. Independentemente, se o motivo da reação da presidente Dilma foi por ter se sentido excluída ou desprestigiada por uma alteração que já tinha sido aprovada por ela, não podemos negligenciar que o conteúdo da redação anterior era favorável ao meio ambiente e era mais rigoroso com os ruralistas. Por isso, consideramos que houve um olhar que privilegiou a vontade dos ambientalistas pela presidente Dilma Rousseff. O valor de notoriedade estava no

envolvimento direto da presidente Dilma e de duas ministras, o que trouxe visibilidade e desencadeou o valor de notabilidade.

Quanto à questão política, o *valor-notícia de construção* foi o de conflito ou controvérsia claramente definidos na atitude da presidente Dilma Rousseff e reforçado pela imagem. Outro valor foi o de notoriedade por envolver três mulheres com cargos políticos federais de visibilidade, o que permitiu a constatação da notabilidade. O inesperado pode ser definido pela forma como foi estabelecida a comunicação entre parlamentares num ato público, por um bilhete de papel, o que nos levou a pensar tratar-se de uma conversa informal, mas quando tivemos acesso ao conteúdo pela fotografia percebemos que foi um assunto que poderia, ou deveria, ser discutido em reunião interna e fechada. Poderíamos pensar que a “ira” da presidente foi por não ter sido oficialmente comunicada das mudanças pelos seus pares, ter sido informada pela mídia e isso ter gerado desconforto, quebra de hierarquia ou outros sentimentos. Mas optamos por pensar que a reação da presidente beneficiou a lei ambiental uma vez que a alteração “omitida” melhorou a situação dos produtores rurais devido à redução das áreas de preservação a margem dos rios que tem seu curso no interior de propriedades particulares.

Como *valor-notícia de seleção*, podemos apontar o de amplificação da relação política pontualmente no fato do bilhete. O valor de relevância da “traição ou omissão” entre a presidente e as ministras foi o aspecto norteador na matéria. O de personalização e o de dramatização complementam-se. O primeiro valor estava na figura central da presidente do Brasil e duas integrantes da sua equipe de trabalho. E o segundo foi reforçado pela imagem, que através da tecnologia, permitiu o acesso do público ao conteúdo e introduziu o drama na relação entre integrantes da equipe. Segue o quadro com os valores-notícia de seleção e de construção da nona análise e o quadro da transcrição da próxima.

Quadro 19 – Valores-notícia de seleção e de construção da nona análise

Nota coberta	Questões Ambientais		Questões Políticas	
	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção
Manifestação	Conflito ou controvérsia	_____	Conflito ou controvérsia	Personalização e dramatização
Visibilidade	Notoriedade e notabilidade	_____	Inesperado Notabilidade	Relevância e personalização
Abordagem	_____	Simplificação	_____	Amplificação

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 20 – Transcrição da décima análise

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
CÂMARA APROVA NOVO CÓDIGO FLORESTAL	19/09/2012	1'49"	REPORTAGEM
APRESENTADOR PATRÍCIA POETA	A Câmara aprovou ontem à noite a medida provisória do Código Florestal com mudanças no texto enviado ao Congresso pelo Palácio do Planalto. Em alguns casos as regras de replantio nas margens de rios ficaram menos rígidas.		
OFF1	A bancada governista teve que ceder e fechar um acordo com os ruralistas para conseguir votar a medida provisória. O texto é o mesmo que foi aprovado numa comissão especial no mês passado. Prevê que em pequenas, médias e grandes propriedades com rios de até 10 metros de largura, a recomposição da mata auxiliar seja de 15 metros. A proposta original do governo determinava a recuperação maior, de 20 metros.		
PASSAGEM VLADMIR NETTO / Brasília	Agora a proposta vai para ao Senado que terá que correr contra o tempo, para não perder a validade o texto tem que ser aprovado e até o dia oito de outubro. Depois segue para a sanção da presidente Dilma, que pode vetar artigos que não agradam ao governo.		
SONORA DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA PT – SP LIDER DO GOVERNO	Depois de votado no Senado, a “presidenta” Dilma vai analisar, vai fazer o seu julgamento e vai promulgar aquilo o que entender que é bom para o país.		
OFF2	O presidente da Frente Parlamentar da agropecuária espera que Dilma não vete nada.		
SONORA DEPUTADO HOMERO PEREIRA PSD-MT FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA	A presidente vai respeitar o Congresso Nacional, que numa votação unânime, aqui na Câmara, onde o acordo também prevaleceu. Então eu tenho certeza de que essa acessibilidade também vai prevalecer e ela vai sancionar.		
OFF3	Já os ambientalistas dizem que vão lutar pelo veto.		

Fonte: elaborado pela autora.

A décima reportagem é a **Câmara aprova novo Código Florestal Brasileiro** foi exibida no dia 19 de setembro, com 1'49", noticiou a aprovação do texto redigido pela comissão mista, um dos temas da reportagem veiculada no dia 30 de agosto, que foi a nona análise. Esta reportagem mostrou explicitamente a imposição dos ruralistas quando diz no *off* 1 que *a bancada governista teve que ceder e fechar um acordo com os ruralistas para conseguir votar a medida provisória*. Ou seja, houve uma pressão para que o texto aprovado fosse menos rigoroso com os produtores rurais, o que teve como contraponto o agravamento da questão ambiental. No texto, houve a informação sobre a redução da área de recomposição à beira dos rios, com alteração de vinte metros para quinze metros, com ausência de explicações que esclarecessem como essa redução de cinco metros beneficiaria o produtor, mas prejudicaria o meio ambiente.

Desta forma, o telespectador ficou sem entender porque tanta discussão, debate e conflito em torno de cinco metros sem ter uma dimensão total do que representa a soma dos cinco metros de cada propriedade, em termos de extensão territorial, que poderia ser preservada. Os preceitos do jornalismo ambiental estipulados por Wilson Bueno, função informativa, pedagogia e política, poderiam ser aplicados neste caso, assim como em casos que necessitavam de uma contribuição mais específica e detalhada para que se pudesse compreender como esse trâmite político não é uma votação aleatória, e sim, poderia ser decisiva para o futuro de muitas espécies de animais, evitaria mais poluição, e o fim de cursos de rios, impediria desmoronamentos, atenuaria os efeitos das condições climáticas e garantiria uma vida com bens naturais para as próximas gerações. Uma arte foi utilizada para ilustrar essa questão da metragem, mas não ofereceu contexto explicativo, apenas orientou o entendimento.

Figura 18 – Ilustrando o off 1: “Prevê que em pequenas propriedades médias e grandes, com rios de até 10 metros de largura, a recomposição da mata auxiliar seja de 15metros. A proposta original do governo determinava a recuperação maior de 20 metros”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

O valor-notícia de construção da questão ambiental foi o de conflito ou controvérsia expresso no *off 3* que diz *Já os ambientalistas dizem que vão lutar pelo veto*” e logo abaixo, estava a sonora do deputado Sarney Filho (PV-MA), parlamentar ambientalista, declarando que *Agora só resta a sociedade civil organizada, resta aqueles que têm compromisso intergeracional para que façam de novo uma campanha pelo veto*, o que evidenciou este aspecto de luta pelo meio ambiente e “convocou” a sociedade a se unir em prol da causa. Outro valor foi o de notabilidade na ação do deputado Sarney Filho (PV-MA), apresentado como político favorável à defesa ambiental e que fez um clamor social instigando a população a promover a campanha pelo veto da presidente Dilma Rousseff. Logo, este cenário remeteu ao valor-notícia de notoriedade. O tempo (efeméride) estava na continuidade quando o presidente da Câmara disse que iria conversar com a presidente Dilma para concluir o processo. O *valor-notícia de seleção* é o de simplificação, já que houve uma perda na redução da metragem à beira dos rios. O valor de personalização estava na figura do parlamentar Sarney Filho (PV-MA), que assumiu um posicionamento político ambiental, e o valor de dramatização estava no apelo social que “intimou” a sociedade a ajudar o meio ambiente.

O *valor-notícia de seleção* da questão política foi o de conflito e controvérsia gerados pela alteração da metragem que favoreceu os ruralistas. O tom impositivo também do parlamentar ruralista Homero Pereira (PSD-MT), que afirmou no *off 2* *A presidente vai respeitar o Congresso Nacional, que numa votação unânime, aqui na Câmara onde o acordo também prevaleceu. Então eu tenho certeza de que essa acessibilidade também vai prevalecer*

e ela vai sancionar, expressou uma pressão sobre a presidente para encerrar a questão com o texto favorável aos ruralistas. O valor de notoriedade estava neste parlamentar, Homero Pereira (PSD-MT), assumidamente ruralista, e o “aviso” para a presidente Dilma aumentou a visibilidade e remeteu ao valor de notabilidade. O tempo (efeméride) estava claro quando o presidente da Câmara afirmou que iria conversar com a presidente para concretizar a nova lei ambiental.

O *valor-notícia de construção* foi o de amplificação quando se tratou o meio ambiente como um processo de votação para legalizar a atuação dos produtores agrícolas e com o predomínio dos interesses políticos. O valor de personalização estava no parlamentar ruralista Homero Pereira (PSD-MT) e o recado “subliminar” para a presidente Dilma indicou a dramatização, ou seja, as desavenças e os jogos de poderes usados para prevalecer na redação final do texto. Foram entrevistadas três fontes oficiais e primárias e testemunhos. Seguem os quadros de valores-notícia de seleção e de construção dessa análise e a transcrição da próxima.

Quadro 21 – Valores-notícia de seleção e de construção da décima análise

Reportagem 10	Questões Ambientais		Questões Políticas	
	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção
Manifestação	Conflito ou controvérsia	Dramatização	Conflito ou controvérsia	Dramatização
Visibilidade	Notoriedade e notabilidade	Personalização	Notoriedade e notabilidade	Personalização
Abordagem	Tempo (efeméride)	Simplificação	Tempo (efeméride)	Amplificação

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 22 – Transcrição da décima primeira análise

RETRANCA	DATA DE EXIBIÇÃO	TEMPO	FORMATO
SENADO APROVA MP SOBRE O CFB	25/09/2012	1'19"	REPORTAGEM
APRESENTADOR PATRÍCIA POETA	E depois da sessão de hoje da sabatina, o Senado aprovou a medida provisória do Código Florestal. O texto original enviado pelo Palácio do Planalto, já havia sofrido mudanças na Câmara.		
OFF 1	A votação de hoje interrompeu o recesso informal do Senado por causa do período eleitoral. O texto do Código Florestal está no Congresso desde 2010 e a medida provisória aprovada foi criada pelo Governo para cobrir alterações feitas durante a tramitação. O Senado manteve o texto na medida provisória aprovada pela Câmara na semana passada. Entre os artigos, um é considerado a vitória dos ruralistas. Segundo o texto, as propriedades médias e grandes, com rios de até um metro de largura, a recomposição da mata será de 15 metros pela proposta original. Pelo governo, a recuperação seria de 20 metros.		
SONORA SENADOR JORGE VIANA PT-AC	É um Código possível, é um Código que representa a composição que nós temos aqui no Congresso. Eu acho que ele também traz muitas qualidades e a mais importante delas é que a lei brasileira segue sendo rígida como antes.		
SONORA SENADOR PAULO DAVIM PV – RN LÍDER DO PARTIDO	Se os nossos biomas e os nossos mananciais forem prioridades para o governo brasileiro, aí sim, nós chegaremos a um consenso necessário e não o possível.		
PASSAGEM ARI PEIXOTO / BRASÍLIA	O texto aprovado hoje segue agora para a sanção da presidente Dilma que deve vetar partes dele. A presidente tem 15 dias para fazer isso a partir do momento em que a medida provisória chegue ao Palácio do Planalto.		

Fonte: elaborado pela autora.

A décima primeira reportagem **Senado aprova Medida Provisória sobre o Código Florestal**, exibida no dia 25 de setembro, com 1'19", anunciou que o Senado Federal aprovou

o texto vindo da Câmara, que efetuou alterações no texto original. Isso significou que o processo se encaminhou para o final, após passar repetidas vezes pelas duas casas, sofrer muitas alterações e causar muito debate.

Os *valores-notícias de seleção* na questão ambiental foram de proximidade, que apontou para o fim, e o de tempo (efeméride) já que ainda seria enviado para sofrer a sanção da presidente Dilma Rousseff. Os *valores-notícias de seleção* foram de simplificação do quesito ambiental reforçado pelo artigo que foi considerado uma “vitória” dos ruralistas (redução das margens dos rios), que também pode ser considerado como dramatização.

Novamente, a mesma imagem utilizada na reportagem exibida no dia 19 de setembro de 2012 foi reutilizada para ilustrar a “derrota” ambientalista e a “vitória” ruralista. E como aconteceu na reportagem anterior, houve ausência de explicações que pudessem esclarecer como essa alteração prejudicou uns e beneficiou outros. A seguir, a ilustração que ajudou a explicar a “vitória” ruralista.

Figura 19 – Ilustrando off 1 “Segundo o texto, as propriedades médias e grandes, com rios de até 10 metros de largura, a recomposição da mata será de 15 metros. Pela proposta original pelo governo, a recuperação seria de 20 metros”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

O *valor-notícia de seleção* da questão política foi o valor de **tempo (efeméride)** porque ainda aguardava a decisão final da presidente Dilma Rousseff. Já entre os *valores-notícias de construção* estavam o de **amplificação** que prevaleceu com a aprovação de um artigo que beneficiou os ruralistas. Além disso, não houve citação de um artigo favorável ao meio ambiente. O valor de **dramatização** apareceu no aguardo pela sanção da presidente Dilma, que poderia vetar alguns artigos e frustrar expectativas. Foram usadas duas fontes

primárias, oficiais e testemunhos. Seguem os quadros com os valores-notícia de seleção e de construção dessa matéria e o de transcrição da próxima análise.

Quadro 23 – Valores-notícia de seleção e de construção da décima primeira análise

Reportagem 11	Questões Ambientais		Questões Políticas	
	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção
Manifestação	Proximidade	Dramatização	_____	Dramatização
Visibilidade	_____	_____	_____	_____
Abordagem	Tempo (efeméride)	Simplificação	Tempo (efeméride)	Amplificação

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 24 – Transcrição da décima segunda análise

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
DILMA SANCIONA MEDIDA PROVISÓRIA DO CFB	17/10/2012	0'33"	NOTA SIMPLES
APRESENTADOR RENATA VASCONCELLOS	É uma última notícia, a presidente Dilma Rousseff sancionou agora a pouco a medida provisória do Código Florestal. Nove artigos foram vetados entre eles o que previa uma recuperação de 15 metros de mata na beira de rios em propriedades médias. A proposta original do governo determinava uma recuperação maior de 20 metros. Outro artigo vetado previa que a recuperação de área de preservação permanente fosse feita somente com árvores frutíferas. Um decreto que será publicado amanhã no Diário Oficial e determina o tamanho da área recuperada na beira de rios		

Fonte: elaborado pela autora.

A nota simples **Dilma sanciona medida provisória do Código Florestal Brasileiro**, exibida no dia 17 de outubro, com 33" de duração, informou que a presidente Dilma Rousseff sancionou o texto do Código Florestal, mas vetou nove artigos, entre eles, o que favorecia aos

ruralistas. Os *valores-notícias de seleção* da questão ambiental foram os mesmos da questão política, que foram de relevância pelo impacto na vida de produtores rurais e ambientalistas (com ênfase para este grupo), e na sociedade também, embora possa não ter ficado tão claro, e o de tempo (atualidade) no sentido de ter passado a informação.

O *valor-notícia de construção* foi o de amplificação porque foram mencionados dois vetos que favorecem o meio ambiente. Já na questão política o *valor-notícia de seleção* foi o de simplificação quando apontou a invalidação de dois artigos com características positivas para os ruralistas. A forma de abordagem não prestigiou e nem sobrepôs nenhum tema sobre o outro até porque a primeira frase do *off* foi “ E uma última notícia..”, nos leva a entender que notícia não estava programada para a edição, aconteceu durante o Jornal Nacional, e a equipe jornalística decidiu fazer uma nota simples sobre o fato ao invés desconsiderar da edição.

Quadro 25 – Valores-notícia de seleção e de construção da décima segunda análise

Nota simples	Questões Ambientais		Questões Políticas	
	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção
Manifestação	_____	_____	_____	_____
Visibilidade	Relevância	_____	Relevância	_____
Abordagem	Tempo (atualidade)	Amplificação	Tempo (atualidade)	Simplificação

Fonte: elaborado pela autora.

Quadro 26 – Transcrição da décima terceira análise

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
OPOSIÇÃO VAI RECORRER AO STF PARA ANULAR VETOS DE DILMA AO TEXTO DO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO	18/10/2012	2'04''	REPORTAGEM
APRESENTADORA RENATA VASCONCELLOS	Parlamentares da oposição vão recorrer ao Supremo Tribunal Federal para anular os vetos da presidente Dilma Rousseff ao texto do Código Florestal.		
OFF 1	No Congresso Nacional, os ambientalistas aprovaram os vetos.		

Continua.

Conclusão.

Retranca	Data de exibição	Tempo	Formato
SONORA 1 DEP.SARNEY FILHO PV-MA PRES. DA FRENTE PARLAMENTAR AMBIENTALISTA			Resgataram e sinalizaram que a proteção ao meio ambiente é um direito da sociedade.
OFF 2			Mas outros parlamentares não concordam com as mudanças. Alegam que a negociação para que o Código fosse aprovado não foi respeitada.
SONORA 2 SENADOR CYRO MIRANDA PSDB-GO			Se tem um acordo, consensual, o governo presente com todas as negociações parece que é fazer uma afronta, uma provocação.
OFF 3			A presidente Dilma Rousseff vetou nove artigos. Entre eles o que previu a recuperação de pelo menos 15 metros das matas de beiras de rios em propriedades grandes e médias. Com o veto, esse limite mínimo volta a ser de 20 metros. Outro ponto vetado é o que permitia a recuperação das áreas de preservação permanente apenas com árvores frutíferas. A lei prevê sempre o uso de árvores nativas.
PASSAGEM VLADIMIR NETO BRASÍLIA			Além dos vetos, o governo editou um decreto com os critérios que vão orientar estados e municípios na elaboração das políticas de recomposição de áreas degradadas. Com essas mudanças, o governo quer dar o assunto por encerrado no Congresso, mas a polêmica continua.
OFF 4			Parlamentares da bancada ruralista dizem que vão tentar derrubar os vetos da presidente em uma votação no Congresso e vão entrar com uma ação no Supremo Tribunal Federal para derrubar o decreto.
SONORA 3 DEP. RONALDO CAIADO, DEM-GO VICE-LÍDER DO PARTIDO			A presidente edita uma medida provisória. Se não concordar veta, não retorna para o Congresso rediscutir a matéria e edita um projeto, desculpe, edita um decreto. Sendo assim, o Congresso foi totalmente anulado.
OFF 5			O governo disse que agiu da forma correta.
SONORA 4 LUÍS ADAMS ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO			A presidente reestabeleceu o princípio do interesse público para proteger adequadamente as áreas de rio, que não há uma violação legal que o próprio Congresso atribuiu à presidência da República.

Fonte: elaborado pela autora.

A décima terceira reportagem **Oposição vai recorrer ao STF para anular vetos de Dilma ao texto do Código Florestal**, exibida no dia 18 de outubro de 2012, com duração de 2'04", tratou da resposta aos vetos da presidente Dilma Rousseff anunciados na nota simples, exibida na edição anterior (17 de agosto de 2012). As questões políticas e as ambientais foram percebidas no texto, imagens e artes. A seguir, as artes utilizadas para ajudar na compreensão.

Figura 20 – Ilustrando o primeiro trecho do off 3: “Entre eles o que previu a recuperação de pelo menos 15 metros das matas de beiras de rios em propriedades grandes e médias”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 21 – Ilustrando o segundo trecho off 4: “Com o veto, esse limite mínimo volta a ser de 20 metros”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 22 – Ilustrando o terceiro trecho do off 3: “Outro ponto vetado é o que permitia a recuperação das áreas de preservação permanente apenas com árvores frutíferas”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

Figura 23 – Ilustrando o quarto trecho do off 3: “A lei prevê sempre o uso de árvores nativas”.



Fonte: Jornal Nacional (2012).

O *valor-notícia de seleção* na questão ambiental verificado foi o de notoriedade por envolver parlamentares e a própria presidente da República, o *valor-notícia de conflito ou controvérsia*, entre parlamentares ruralistas e ambientalistas em torno dos vetos presidenciais e, principalmente, no ato da oposição, que pretendia recorrer ao STF (Supremo Tribunal Federal). Embora o veto fosse um recurso político neste contexto, foi uma “arma” em defesa dos valores ambientais. E essa insistência da oposição em ir ao Supremo Tribunal Federal

para anular os vetos pode ser considerada como o valor-notícia inesperado, porque mostrou os parlamentares posicionando-se contra uma legislação reduziu a degradação e beneficiou o meio ambiente.

Já nos *valores-notícia de construção* destacamos o de simplificação da questão ambiental, que ficou restrita ao embate aos vetos presidenciais. Os valores-notícia de personalização e dramatização puderam ser vistos na “aura ambientalista” da presidente Dilma Rousseff reforçada pela bancada ruralista na insatisfação pelos vetos a um projeto que beneficiaria produtores rurais por meio de uma utilização inadequada e prejudicial dos recursos naturais. Esta rivalidade, que tem como objeto de disputa o conteúdo do novo Código Florestal, poderia ser verificado no *valor-notícia de construção* dramatização.

Nas questões políticas, o *valor-notícia de seleção* conflito ou controvérsia foi forte, marcando a disputa entre parlamentares ruralistas e ambientalistas, porque os ruralistas não concordaram com os vetos da presidente Dilma Rousseff, que aumentou a extensão territorial das áreas de preservação. O valor-notícia de notoriedade foi percebido porque envolveu parlamentares e a própria presidente Dilma Rousseff, que teve a sua decisão questionada pela bancada ruralista, ou seja, pela oposição, atitude de contestação que indicou o valor-notícia inesperado.

Um dos *valores-notícia de construção* percebido é o de *relevância* quando um dos parlamentares afirmou que o Congresso iria recorrer ao Supremo Tribunal Federal para invalidar a decisão presidencial. O valor de amplificação também pode ser notado a partir do momento em que os vetos presidenciais estariam para ir ao Supremo Tribunal Federal para serem desconsiderados por iniciativa dos ruralistas, que se sentiram prejudicados pela atitude da presidente Dilma Rousseff. Os valores de personalização e dramatização estão no contexto que personificou a insatisfação dos ruralistas na atitude da presidente Dilma Rousseff, isto é, a personalização recaiu sobre o grupo e sobre ela, que evidenciaram o valor-notícia de seleção conflito e controvérsia, como está no parágrafo acima, e também se aproximou do valor-notícia de dramatização fortalecido pela ideia de disputa. As duas fontes usadas foram primárias, oficiais e testemunhos e uma foi secundária e oficiosa. Segue o quadro com os valores-notícia de seleção e de construção.

Quadro 27 – Valores-notícia de seleção e de construção na décima terceira na análise

Reportagem 13	Questões Ambientais		Questões Políticas	
	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção	Valores-notícia de Seleção	Valores-notícia de Construção
Manifestação	Conflito ou controvérsia	Dramatização	Conflito ou controvérsia	Dramatização e relevância
Visibilidade	Notoriedade	Personalização	Notoriedade	Personalização
Abordagem	Inesperado	Simplificação	Inesperado	Amplificação

Fonte: elaborado pela autora.

Com este estudo verificamos que os valores-notícias de construção e de seleção são quase sempre os mesmos tanto nas questões ambientais como nas questões políticas. O que diferencia é a forma como foram trabalhados no telejornal nas subcategorias de manifestação, visibilidade e abordagem. O cenário predominante foi o ambiente interno do Congresso Nacional, ora mostrando reuniões, ora mostrando a fachada ou os parlamentares nos corredores. A segunda reportagem foi a única que mostrou a parte externa durante o protesto dos ambientalistas. Algumas imagens (artes), embora não sejam objeto desta pesquisa, foram apresentadas com o intuito de explicar em que contexto foram inseridas, que foi na parte de números (principalmente) para elucidar na questão de redução das áreas de desmatamento, para permitir o acesso ao conteúdo do bilhete da presidente Dilma Rousseff e para mostrar os documentos do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) e do Greenpeace.

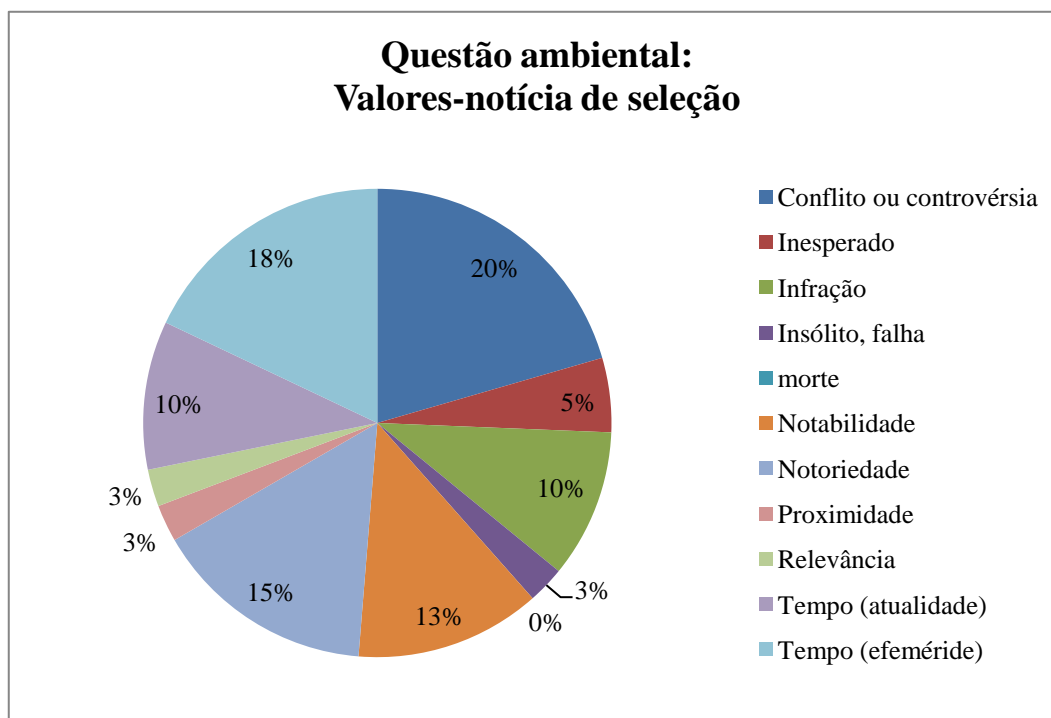
Com as informações sobre metragens, percebemos o aspecto de animação de Hannigan (2009) que acredita que essa é uma forma de tornar a questão ambiental mais atraente. Sentimos a ausência da função pedagógica proposta por Wilson Bueno, sobre aprofundar e propor soluções.

A questão das APP's (áreas de preservação ambiental) foi amplamente discutida, revista, alterada durante todo o processo de votação. Porém, nas reportagens de 2012, não houve um esclarecimento e nem a apresentação de uma alternativa de como conciliar produção e preservação ambiental. A sigla APP's sempre aparecia com indicativos de alteração de metragem e relacionada a conflitos entre ruralistas e ambientalistas

Após análise do corpus, formado por 13 matérias, seguem os gráficos que apresentam os resultados dos valores-notícia de seleção e os valores-notícia de construção na questão

ambiental e na questão política dentro das classificações de manifestação, visibilidade e abordagem, além das fontes que mais apareceram no período analisado.

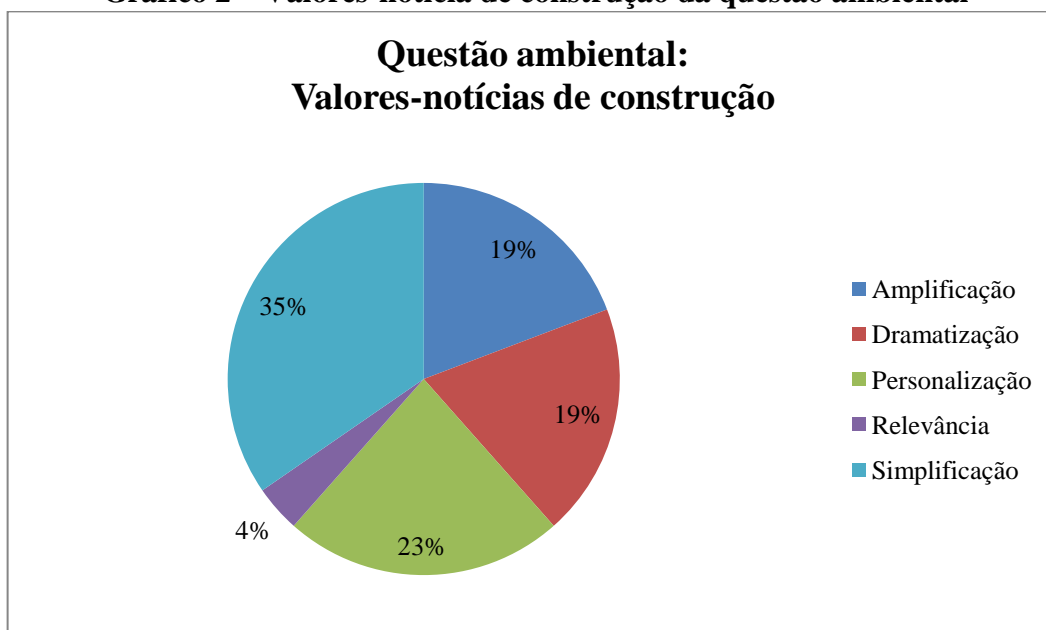
Gráfico 1 – Valores-notícia de seleção na questão ambiental



Fonte: elaborado pela autora.

Os valores-notícia de seleção na questão ambiental que mais apareceram estão na seguinte ordem decrescente: conflito ou controvérsia (20%), tempo (efeméride) (18%), notoriedade (15%), notabilidade (13%), infração (10%), tempo (atualidade) (10%), inesperado (5%), relevância (3%), proximidade (3%), insólito, falha (3%) e morte (0%).

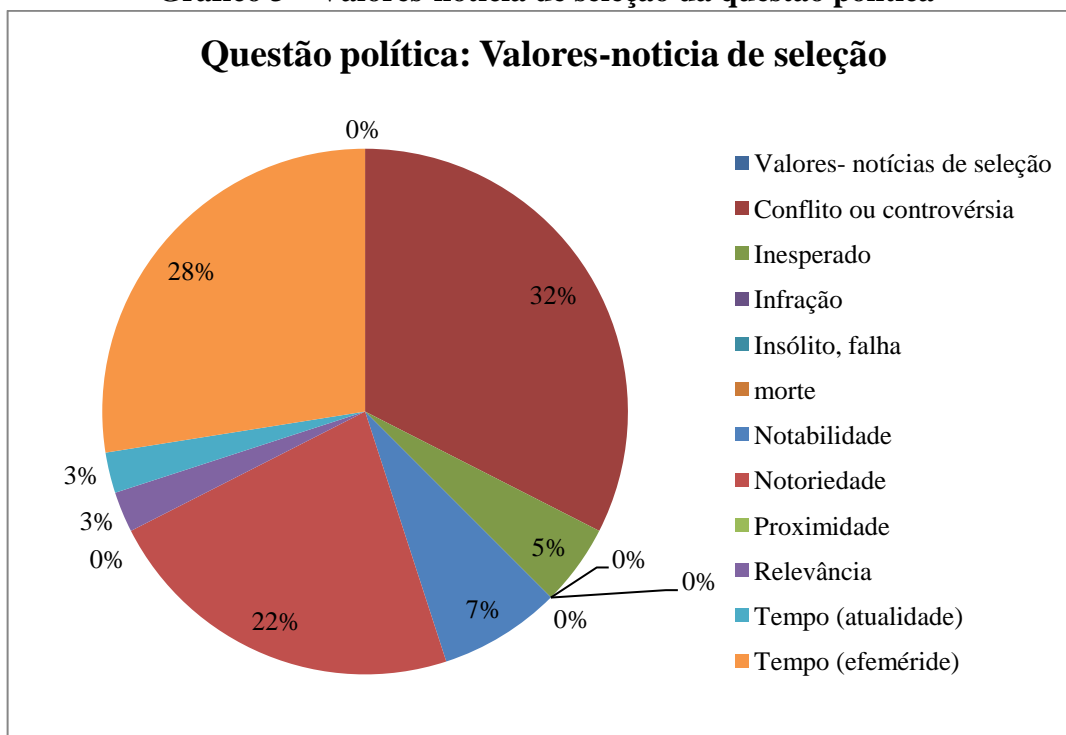
Gráfico 2 – Valores-notícia de construção da questão ambiental



Fonte: elaborado pela autora.

Os valores-notícia de construção da questão ambiental foram de simplificação (35%), personalização (23%), amplificação (19%), dramatização (19%) e relevância (4%).

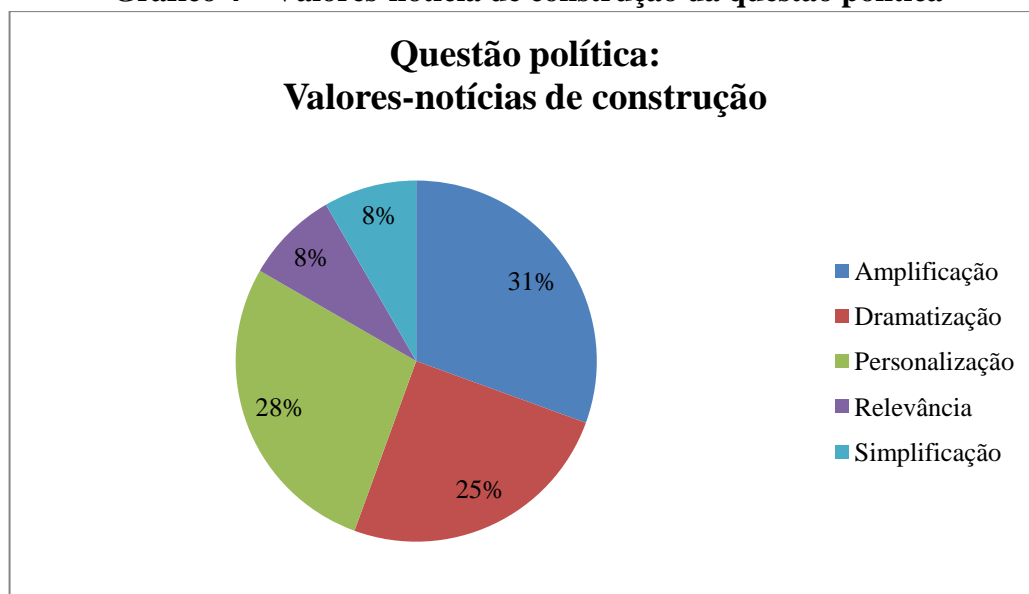
Gráfico 3 – Valores-notícia de seleção da questão política



Fonte: elaborado pela autora.

Os valores-notícia de seleção na questão política que mais apareceram estão na seguinte ordem decrescente: conflito ou controvérsia (32%), tempo (efeméride) (28%), notoriedade (22%), notabilidade (7%), inesperado (5%), tempo (atualidade) (3%), relevância (3%), infração (0%), proximidade (0%), insólito, falha (0%) e morte (0%).

Gráfico 4 – Valores-notícia de construção da questão política

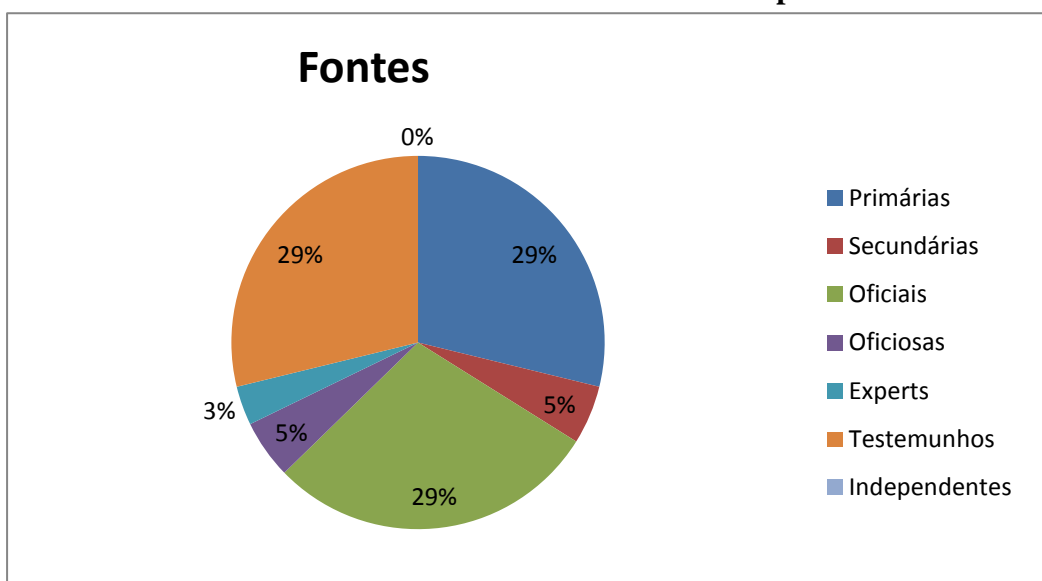


Fonte: elaborado pela autora.

Os valores-notícias de construção na questão política foram amplificação (31%), personalização (28%), dramatização (25%), relevância (8%) simplificação (8%).

Quanto às fontes não apresentamos gráficos separados para as questões ambiental e política, já que essas classificações foram criadas para analisar os valores-notícia de seleção e construção da análise e queremos verificar quais são as fontes mais utilizadas no corpus. As três fontes mais utilizadas foram as primárias (29%), oficiais (29%), testemunhos (29%), secundárias (5%), oficiosas (5%), experts (3%) e independentes (0%).

Gráfico 5 – Fontes mais usadas do corpus



Fonte: elaborado pela autora.

Após a análise percebemos que a cobertura do Código Florestal de 2012 teve a supremacia de fontes primárias, oficiais e testemunhos e valores-notícias de seleção e construção semelhantes nas questões ambientais e políticas. O cenário principal e único foi o Congresso Nacional, onde a prioridade foi focar conflitos e disputas de interesse em torno do Código Florestal Brasileiro, sendo a votação, algumas vezes, objeto de troca entre os parlamentares. A questão ambiental perdeu espaço para um cenário político onde as disputas partidárias se sobrepuseram à relevância do tema, o que acabou inviabilizando outra repercussão na preservação ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo geral analisar a cobertura do Jornal Nacional de 2012 até 2013. Neste corpus, verificamos quais os valores-notícias de seleção e de construção que mais apareceram nas matérias publicadas neste período. As fontes mais usadas e mais ouvidas também foram avaliadas nesta pesquisa. Através das categorias estabelecidas, que são as questões políticas e as ambientais, e suas subcategorias (manifestação, visibilidade e abordagem), percebeu-se que os valores-notícia de seleção que mais apareceram foram os de conflito ou controvérsia, notoriedade, e tempo (efeméride) nas duas classificações, ainda que em ordem distinta. Assim como os valores-notícia de seleção, os valores-notícia de construção mais presentes foram os de personalização e dramatização, tanto na questão ambiental quanto na política. Já o valor de simplificação apareceu mais na questão ambiental e o de amplificação na questão política. O cenário da cobertura foi o Congresso Nacional, mostrando as reuniões e discussões para aprovação do texto.

A cobertura do Jornal Nacional destacou-se pelo viés político, no sentido de restringir o tratamento a um processo de votação sem ampliar o debate para as circunstâncias ambientais inseridas no contexto. O telejornal poderia ter optado por uma abordagem que permitisse apresentar uma transversalidade mais densa entre as áreas política, econômica e social ao invés de limitar o enfoque ao processo de votação e “implicâncias” partidárias e a interesses políticos.

O campo político se sobrepôs ao campo ambiental quando a pauta ficou restrita às duas casas (Câmara dos Deputados e Senado Federal) envolvidas na votação. Os outros setores sociais não foram contemplados na cobertura, como aconteceu no ano anterior, uma abordagem que trouxe o agricultor, o especialista, o exemplo de cidades e de pessoas que tiveram benefícios com o reflorestamento. Em 2012, “saímos” do cenário interno do Congresso Nacional somente na segunda reportagem, que mostrou os manifestantes protestando na rua em frente à instituição. Nas demais matérias, o interior do Congresso Nacional foi o ambiente que prevaleceu na cobertura. Foram ouvidas dezessete fontes primárias, oficiais e testemunhos (formada por parlamentares) ao lado de três secundárias oficiais e *experts*. Ou seja, o “microfone ficou praticamente na boca” dos parlamentares que ficavam sutilmente trocando ofensas ou defendendo o ponto de vista de cada grupo. Podemos verificar que 85% (17) das fontes usadas foram primárias, oficiais e testemunhos, onde todas foram parlamentares que emitiram o seu parecer como político participante do processo de

votação, e 15% (3) foram fontes secundárias, oficiosas e *experts*, composta por especialistas do tema ambiental que não estavam envolvidos na votação, mas eram as fontes aptas para opinarem com convicção e conhecimento sobre o momento polêmico de decisão sobre o Código Florestal. Logo, por essa discrepância presente na diferença do número de fontes relacionadas à esfera política e à esfera ambiental, o requisito fontes pode ser apontado como um fator que comprovou o predomínio do enfoque político, o que indicou que a questão ambiental não foi atraente e nem interessante na cobertura de redação do texto e votação do Código Florestal Brasileiro.

Sendo que cada edição do JN tem aproximadamente 30 minutos e vai ao ar seis dias por semana, totalizamos cerca de 180 minutos de produção semanal. Logo, temos 720 minutos de produção mensal e, conseqüentemente, 8.640 minutos anuais. Este tempo convertido em horas é de 144 horas por ano de JN nas telas de televisões, celulares e outros suportes digitais. O corpus de 13 matérias, chegou a 19 minutos, o que significa que aproximadamente 0,22 % do JN contemplou o Código Florestal em 2012.

O índice é muito baixo e não chega nem a 0,5 %. Uma forma que poderia ter sido pensada para apresentar o processo de votação do Código Florestal em 2012, sem mantê-lo limitado ao Congresso Nacional, e fazer de fato uma cobertura sistêmica, que contemplasse produção e preservação possível e consciente. A pergunta que fica é: será que faltou espaço ou interesse em abordar o Código Florestal no Jornal Nacional? Será que a votação da legislação ambiental não merecia ter mais destaque? Será que o tema ambiental não merece ocupar 5%, o que seria 432 minutos num ano, ou ainda, 16, 5 edições anuais (considerando que num ano tem-se 336 edições ao ano)?

Logo, fica claro que o interesse do Jornal Nacional não é incorporar na sua pauta o tema ambiental, a não ser em eventos de repercussão nacional e internacional, como a Rio+20 ou catástrofes de grande proporção, com muita destruição e mortes. O tema ambiental fica refém desses eventos para conseguir uma visibilidade maior.

Sabemos que existem veículos especializados no assunto. Mas consideramos que o jornalismo pode e deve ter um papel com viés educativo e informações contextualizadas, analisadas, provocando reflexões por parte do público e contribuindo com a construção da cidadania ambiental. A adoção da visão sistêmica, que é a “alma” do jornalismo ambiental, pode contribuir com o telespectador - através de uma abordagem com transversalidade, com proximidade, com exemplos do cotidiano - no processo de compreensão da notícia ambiental.

É importante destacar que não há a pretensão de transformar o telejornalismo numa espécie de “telecurso” sobre o meio ambiente. A proposta é aumentar o espaço e construir

matérias que apliquem as três funções informativa, pedagógica e política apontadas por Wilson Bueno. Outra forma de colaborar para que a pauta ambiental ocupe com mais ênfase os espaços, não somente do telejornalismo, seria indicar outros subsídios de informação. No final da matéria, em se tratando de telejornalismo, por exemplo, poderia ser disponibilizada uma lista de sites que tratam melhor do tópico. Assim o telespectador pode decidir se vai usar ou dispensar a informação. Estimular contato, interação, *feedback* com o telespectador não significa que o jornalismo esteja “terceirizando” a função de informar para outro suporte, pelo contrário: informa, atualiza, mostra conhecimento e completa indicando opções para ter mais acesso sobre o assunto, em se tratando da temática ambiental. Isso é exercer a visão sistêmica, é estender a relação entre mídias e fazer mais do que informar e atualizar, é oferecer elementos para a formação do cidadão.

A análise das reportagens de 2012 mostrou o acontecimento (votação do Código Florestal) como uma cobertura política. A temática ambiental, que poderia ter sido abordada de uma forma mais complexa, já que o momento era de definição da nova legislação ambiental, um momento propício para instaurar um debate mais sério e esclarecedor, foi retirada de foco para dar espaço às discussões, embates e rivalidades políticas dentro da esfera governamental. Pelo tom dado às reportagens, é provável que a pauta tenha sido inserida na editoria de política, já que o foco ficou centralizado nos entendimentos e desentendimentos entre partidos políticos e “jogos de interesse”.

A questão ambiental perdeu espaço, interesse e relevância para a arena política. Isso ficou claro em 2012 e foi reforçado no ano seguinte, de janeiro até maio de 2013. Neste período, não houve nenhuma reportagem, nota simples ou coberta que mencionasse o Código Florestal, que completou um ano de vigência no dia 25 de maio. O Jornal Nacional ignorou a data. Optou pelo silêncio, que se estendeu durante todo o ano de 2013.

Essa postura ajudou a perceber a preferência pela editoria de política e o desinteresse pela pauta ambiental. Enquanto a lei tramitava entre as duas casas e causava discórdias entre os dois grupos, o Código Florestal esteve na pauta do telejornal, em 2012. A equipe do JN pode ter pensado que o novo Código Florestal, ao virar lei, findou o viés político da questão e, por isso, deixou de ser abordado dentro o Jornal Nacional. É como se ao sair do campo político, se esvaziasse de sentido para o Jornal Nacional. É como se o telejornal tivesse decretado a “morte” do assunto no seu espaço.

A questão ambiental é uma questão política e econômica também, pois envolve decisões políticas e econômicas, ou uma política econômica, que contemple os limites ambientais. O que vimos em 2012 no Jornal Nacional foi uma cobertura que mostrou uma

política partidária voltada somente para as eleições. Entendemos que é preciso, dentro do jornalismo e entre os seus profissionais, incluindo os fatores que condicionam à prática jornalística, a incorporação dessa visão sistêmica e integradora. Isso não significa que uma matéria não possa contemplar um ângulo, mas que deixe claro que a intenção é apresentar um aspecto formador e não desconsiderar outros fatores que compõe determinado tema.

Esperamos que esta pesquisa tenha colaborado para os estudos de jornalismo e de jornalismo ambiental, mas temos ciência que o assunto está aberto a novas possibilidades de investigações que contribuam para qualificar o tratamento da temática ambiental pelo jornalismo brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Fábio de Andrade. **Governança global sobre florestas: o caso do programa piloto para proteção das florestas tropicais no Brasil - PPG7 (1992-2006)**. Tese (Doutorado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A Construção da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993.
- BACHETTA V. Percepción de La ecología. In: V.L., BACHETTA, V. (org). **Ciudadanía Planetaria: Temas y desafíos del periodismo ambiental**. Uruguai: Federación de Periodistas Ambientales; Fundacion Fridrich Ebert: 2000. p (13-30)
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 701, 1977.
- BARROS, Antônio Teixeira de; SOUSA, Jorge Pedro. **Jornalismo e ambiente: análise de investigações realizadas no Brasil e em Portugal**. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2010.
- BAUER, Martin W. Análise de Conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BECKER, Beatriz; MATEUS, Lara. O melhor telejornal do mundo: um exercício televisual. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO. **Anais...** São Luiz, 2010. Disponível em: <http://sbpjor.kamotini.ghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/cc_05.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa**. São Paulo: Folco Masucci, 1969.
- BENETTI, Márcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- BERGER, P., LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **Locke e o Direito Natural**. Brasília: Editora UNB, 1997.
- BONNER, Willian. **Jornal Nacional: modo de fazer**. São Paulo: Globo, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRESCIANI, Débora; PORCELLO, Flávio. Globo Notícia: noticiabilidade, temas e formatos em um programa jornalístico de curta duração. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska. **O Brasil (é)ditado**. Florianópolis: Insular, 2012. V. 1. p. 211-231.

BUENO, Wilson. **Comunicação, jornalismo e meio Ambiente**. São Paulo: Mojoara, 2007.

_____. **Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Curitiba, n.15, p.33-44, jan./jun. 2007.

_____. **Jornalismo Ambiental: navegando por um conceito e por uma prática**. Portal de Comunicação do *Agribusiness* e Meio Ambiente Disponível em: http://www.agricoma.com.br/agricoma/artigos/jornalismo_ambiental/artigo1.php> Acesso em dezembro de 2013.

CAPRA, F. Alfabetização Ecológica –Meio Ambiente no século 21. Rio de Janeiro, 2003.

CARNEIRO, Augusto. **A história do ambientalismo**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2003.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Cem anos de assessoria de imprensa. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 3-21.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007. UFRGS, 2003.

DINIZ, Maria Lúcia Vissotto Paiva. Telejornal: comunicação efetiva e afetiva. In: **Revista Comunicação Midiática**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação/ Universidade Estadual Paulista- Número 3 (Ano 2-agosto de 2005), Bauru-SP.

DUARTE, Jorge; FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Relacionamento fonte/jornalista. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. ,p. 345-359.

ERBOLATO. Mário, I. **Técnica de codificação em Jornalismo**: redação, captação e edição do jornal diário. Petrópolis: Vozes, 1985.

FINGER, Cristiane. O telejornal na palma da mão: um estudo sobre a recepção do Jornal Nacional nos dispositivos móveis e portáteis. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Org.) **#telejornalismo: nas ruas e nas telas**. Florianópolis: Insular, 2013. p. 111-147

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 280-304.

GIRARDI, I., PEDROSO, R.N., BAUMONT, C.(2011). Jornalismo e sustentabilidade: as armadilhas do discurso. In GIRARDI, I.; LOOSE, E.; BAUMONT, C. (orgs.). **Ecos do planeta**: estudos sobre Informação e Jornalismo Ambiental. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

GOMES, Mota Maria Itania (org). **Televisão e realidade**. Salvador: Edufba, 2009.

GOMIS; Lorenzo. **Teoría del periodismo**: cómo se forma el presente. Barcelona: Paidós, 1991.

GOVERNO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>.

G1. Disponível em: <http://g1.globo.com>>.

HANNIGAN, John. **Sociologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; LAGE, Nilson. **Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria**. 2004. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/Pos/gtjornalismo/lage.html>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

JUSTIÇA DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br>>.

LOOSE, Eloísa; GIRARDI, Ilza; BAUMONT, Clarissa. **Ecos do planeta**: sobre informação e jornalismo ambiental. Porto Alegre, UFRGS, 2011.

MACHADO, Arlindo. **A televisão levada a sério**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação, opinião, desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1975.

MATEU, Lara; BECKER, Beatriz. O melhor telejornal do mundo: um exercício televisual. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; MOTA, Célia. **60 anos de telejornalismo no Brasil**: história análise e crítica. Florianópolis: Insular, 2010. p. 127-156

MATTOS, Sérgio. A evolução histórica da televisão brasileira. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (Orgs). **60 anos de telejornalismo no Brasil: história, análise e crítica**. Florianópolis: Insular, 2010 (33-55).

MEMÓRIA GLOBO. **Jornal Nacional**: a notícia faz a história. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2004.

MENDES, Soraia da Rosa. **Esfera Pública e direitos fundamentais um estudo das rádios comunitárias segundo J. Habermas**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br>>.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br>>.

MIRANDA, Clarissa Mazon. **Fontes jornalísticas em Veja: enquadramento como estratégia de noticiabilidade em pautas de clima e meio ambiente.** Dissertação (Mestrado em Jornalismo) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra dos fatos-jornalismo cotidiano: do senso comum ao sendo crítico.** Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOSCOVICI, Serge. **Natureza para pensar a ecologia.** Rio de Janeiro: Instituto Gaia, 2007.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>.

ONU. Disponível em:< <http://www.onu.org.br>>.

PESQUISA JURÍDICA NO BRASIL. Disponível em <<http://www.infolegis.com.br>>

PORTAL BRASIL. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>.

NEVEU, Érik. Origens de uma profissão. In: **Sociologia do Jornalismo.** São Paulo: Loyola, 2006. p.21-40.

RAMOS, Roberto; PORCELLO, Flávio. Âncora na TV: A celebração do discurso. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska. **Brasil (é)ditado.** Florianópolis: Insular, 2010. p. 211-231.

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes.** Coimbra: Minerva, 1997.

SENADO FEDERAL. Disponível em:<<http://www.senado.gov.br>>.

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO (SFB). **Florestas do Brasil em resumo.** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb>>. Acesso em: 23 out. 2013.

SILVA J.A. et al. **Código Florestal e a ciência: contribuições para o diálogo.** São Paulo: Sociedade Brasileira para o progresso da Ciência; Academia Brasileira de Ciências, 2011.

SILVA, Gislene. Para pensar critérios de noticiabilidade. **Estudos em Jornalismo e Mídia,** Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 95-107, 2005.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. A mistura dos gêneros: e o futuro do telejornal. In: **60 anos de telejornalismo no Brasil: história análise e crítica.** VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska. Florianópolis: Insular, 2010. p.101-126.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002.

_____. **O estudo do jornalismo no século XXI**. São Leopoldo: Editora Unisinos: 2001.

_____. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular. 2004.

_____. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística/uma comunidade interpretativa internacional**. 2. ed. Florianópolis: Editoria Insular, 2008. V. 3.

TRIGUEIRO, André. Meio ambiente na Idade Mídia. In: TRIGUEIRO, André (Org.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 75-89.

VILLAR, R. **Jornalismo ambiental: evolução e perspectivas**. 1997. Disponível em: <<http://www.agirazul.com.br/artigos/jorental.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2012.

VIZEU, Alfredo. (Org). **Sociedade do telejornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008.

VIZEU, Alfredo. As rotinas produtivas dos editores de texto no telejornalismo: decidindo o que é notícia. **Ícone**, Pernambuco. V. 5, n. 6, p. 139-149, maio 2003.

_____. **O lado oculto do jornalismo**. Florianópolis: Calandra, 2005.

_____. O newsmaking e o trabalho de campo. In: Cláudia Lago, Márcia Benetti (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

VIZEU, Alfredo; MOTTA, Célia; PORCELLO, Flávio (Org.). **Telejornalismo: a nova praça pública**. Florianópolis: Insular, 2006.

VIZEU, Alfredo; ROCHA, L.C. Heitor; CABRAL, Águeda. As novas rotinas de sentidos no telejornalismo: a Realidade Expandida na perspectiva construcionista. VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska. **#telejornalismo: nas ruas e nas telas**. Florianópolis: Insular, 2013.

VIZEU, Alfredo; ROCHA, C.L. Heitor. Telejornalismo, ciência e ideologia: a dificuldade de reconhecimento do estatuto científico da comunicação. In: VIZEU, Alfredo; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska. **O Brasil (é)ditado**. Florianópolis: Editora Insular, 2010. p. 89-111

WEBER, Maria Helena. O estatuto da imagem pública na disputa política. **ECO-Pós**, v. 12, n. 3, p.79-94, set/dez 2009.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Teorias da comunicação de massa**. 3.e d. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Teorias da comunicação**. 5. ed. Lisboa: Editorial Presença,1999.